

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO UNIVERSITÁRIO NORTE DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

JARDILÉIA PEREIRA BORGES

**COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SÃO DOMINGOS REGIÃO DO SAPÊ DO
NORTE/ES: ASPECTOS ETNOLINGUÍSTICOS COM ÊNFASE NO LÉXICO**

SÃO MATEUS

2021

JARDILÉIA PEREIRA BORGES

**COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SÃO DOMINGOS REGIÃO DO SAPÊ DO
NORTE/ES: ASPECTOS ETNOLINGUÍSTICOS COM ÊNFASE NO LÉXICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ensino na Educação Básica do Centro Universitário Norte do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino na Educação Básica, na linha de pesquisa Ensino, Sociedade e Cultura: Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Gonçalves da Costa.

Coorientadora: Profa. Dra. Wânia Miranda Araújo da Silva.

SÃO MATEUS

2021

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

P436c Pereira Borges, Jardiléia, 1987-
Comunidade Quilombola São Domingos região do Sapê do
Norte - ES : aspectos etnolinguísticos com ênfase no léxico /
Jardiléia Pereira Borges. - 2021.
124 f. : il.

Orientadora: Eliane Gonçalves da Costa.
Coorientadora: Wânia Miranda Araújo da Silva.
Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro Universitário
Norte do Espírito Santo.

1. Falares Quilombola. 2. Linguagem. 3. Léxico. 4.
Português Brasileiro. I. Gonçalves da Costa, Eliane. II. Miranda
Araújo da Silva, Wânia. III. Universidade Federal do Espírito
Santo. Centro Universitário Norte do Espírito Santo. IV. Título.

CDU: 37

JARDILÉIA PEREIRA BORGES

**COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SÃO DOMINGOS REGIÃO DO SAPÊ DO
NORTE/ES: ASPECTOS ETNOLINGUÍSTICOS COM ÊNFASE NO LÉXICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ensino na Educação Básica do Centro Universitário Norte do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino na Educação Básica, na linha de pesquisa Ensino, Sociedade e Cultura: Ciências Humanas e Sociais.

Aprovada em 13 de setembro de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Eliane Gonçalves da Costa
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Márcia Santos Duarte de
Oliveira
Universidade de São Paulo

Prof. Dr^a. Maria Alayde de Alcantara Salim
Universidade Federal do Espírito Santo

AGRADEÇO...

Acima de tudo a Deus, por me guiar e iluminar a minha mente. Nos momentos mais difíceis e não criativos, ele se fez presente com a sua glória e sabedoria.

À Nossa Senhora Aparecida, santa negra dos escravizados, foi a ela que eu pedi para acompanhar toda a minha vida acadêmica.

À minha família pelo apoio e incentivo nessa caminhada.

Ao meu avô, Joaquim Nunes, por me contar sobre a sua/nossa linda história de vida.

Ao meu namorado Renan, que foi muito paciente durante esse tempo dedicado aos estudos.

À minha melhor amiga Priscila, que sempre me ouviu nos momentos de desespero e me deu força para seguir adiante.

À minha amiga Jaciara por fazer minhas pautas e tabelas de notas para que eu pudesse ter tempo para a escrita do mestrado.

À minha amiga Dirce que me acompanha nesse processo acadêmico desde a graduação.

À minha companheira de mestrado Marcela, que me mantinha calma e me ajudava nas formatações.

À minha amiga Rosiane, por me ouvir e me acalmar nessa etapa.

À minha revisora, Kamunjin Tanguete, que se tornou amiga;

À minha coordenadora do mestrado, Alaíde Alcântara, por acreditar no meu tema.

À minha orientadora Eliane Gonçalves, que para o meu sucesso acadêmico se manteve firme em suas orientações.

À minha coorientadora Wânia Miranda pela sabedoria, paciência e inúmeras correções.

À Simone Ferreira que fez os contatos para abrir as portas da região do Sapê do Norte.

À dona Luzia, aquela que abriu as portas da sua casa, comunidade e coração para a conclusão dessa pesquisa.

À dona Miúda que com sua alegria me contou inúmeras histórias.

À minha amiga Edenize, da UFMG, que me auxiliou em todas as minhas dúvidas.

À Márcia, por auxiliar quanto as dúvidas sobre a minha pesquisa.

[...] E nasceram, e nascerão tantas outras comunidades que os vão cansar se
continuarem queimando
Porque mesmo que queimem a escrita,
Não queimarão a oralidade.
Mesmo que queimem os símbolos,
Não queimarão os significados.
Mesmo queimando o nosso povo,
Não queimarão a ancestralidade.

Nego Bispo

RESUMO

Este trabalho constitui uma pesquisa sobre os falares presentes na comunidade Quilombola São Domingos, localizada na região do Sapê do Norte – ES. O objetivo central foi apresentar a comunidade e o território do Sapê destacando os aspectos etnolinguísticos com ênfase no léxico. No capítulo de análise, após as transcrições das entrevistas usando a chave de transcrição do projeto vertentes, discutimos alguns léxicos como: CAMARINHA, ABADÔ, ALABÊ, EPÔ, GUINÉ e MARIÔ presentes nos falares dos moradores desse espaço. Os léxicos recolhidos nas entrevistas foram mapeados e tratados de acordo com o *corpus* de Castro (2001), que versa em sua pesquisa, um vocabulário composto por 3.517 léxicos, palavras e expressões encontrados em falares da Bahia: um vocabulário afro-brasileiro. A relevância deste estudo na comunidade São Domingos aponta uma significativa contribuição para a região do Sapê do Norte, e com isso, torna-se um elemento de extrema relevância para o universo acadêmico do Norte Capixaba. Para isso, realizamos a pesquisa de campo e selecionamos três moradores, tomando por referência, os critérios de gênero e faixa etária. O resultado deste trabalho, mesmo sendo interrompido pela pandemia, permite afirmar que o período escravocrata na região do Sapê do Norte, o tráfico partindo do porto de São Mateus – ES, e a proximidade lexical das línguas africanas naquela época, preservaram por um período, uma língua de características ainda não conhecida. Desse modo, verificou-se a necessidade em continuar esse estudo para análises de possíveis léxicos de origem africanas e indígenas. Isso porque, essa temática é inédita na região, por isso, pretende-se, com essa pesquisa e a retomada desse tema, contribuir para os estudos linguísticos e ensino da língua portuguesa.

Palavras-chaves: Falares Quilombolas. Linguagem. Léxico. Português Brasileiro.

ABSTRACT

This work constitutes a research on the speeches present in the Quilombola São Domingos community, located in the region of Sapê do Norte – ES. The main objective was to present the community and territory of Sapê highlighting the ethnolinguistic aspects with an emphasis on the lexicon. In the analysis chapter, after the transcriptions of the interviews using the transcription key of the strands project, we discuss some lexicons such as: CAMARINHA, ABADÔ, ALABÊ, EPÔ, GUINÉ and MARIÔ present in the speeches of the residents of this space. The lexicons collected in the interviews were mapped and treated according to the corpus of Castro (2001), who uses in his research a vocabulary composed of 3,517 lexicons, words and expressions found in speeches from Bahia: an Afro-Brazilian vocabulary. The relevance of this study in the São Domingos community points to a significant contribution to the Sapê do Norte region, and with that, it becomes an extremely relevant element for the academic universe of the North Capixaba. For this, we carried out the field research and selected three residents, taking as reference the criteria of gender and age group. The result of this work, even though it was interrupted by the pandemic, allows us to state that the slavery period in the Sapê do Norte region, the traffic from the port of São Mateus – ES and the lexical proximity of African languages at that time, preserved for a period, a feature language not yet known. Thus, there was a need to continue this study for analysis of possible lexicons of African and indigenous origin. This is because this theme is unprecedented in the region, therefore, with this research and the resumption of this theme, it is intended to contribute to linguistic studies and teaching of the Portuguese language.

Keywords: Talking Quilombolas. Language. Lexicon. Brazilian portuguese

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1 – Congo	46
Figura 2 – Reis do boi	46
Figura 3 – Jongo de São Bartolomeu	46
Figura 4 – Ladainha	46
Figura 5 – Festa Junina das comunidades do Sapê do Norte	47
Figura 6 - Ticumbi	47
Figura 7 – Entrada da comunidade São Domingos	49
Figura 8 – Comunidade São Domingos	50
Figura 9 – Placa da comunidade São Domingos	53
Figura 10 - Escola da Comunidade quilombola São Domingos	57
Figura 11 – Escola da Comunidade quilombola São Domingos	57
Figuras 12 - Escola da Comunidade quilombola São Domingos	58
Figura 13 – Apresentação da cultura da comunidade	59
Figura 14 – Cooperativa São Domingos	60
Figura 15 – Alimentos produzidos na comunidade São Domingos	61
Figura 16 – Caminhão de eucalipto	62
Figura 17 – Campo de futebol da comunidade	63
Figura 18 – Igreja da Comunidade São Domingos	64
Figura 19 – Mesa preparada para a ladainha	65
Figura 20 – Ladainha em Português e Latim	65
Figura 21 – Bíblia para ladainha	65
Figura 22 – Festa após a ladainha	66
Quadro 1 - Perfil dos informantes	77
Quadro 2 – <i>Corpus</i> base da comunidade São Domingos – MULHERES	78

LISTA DE MAPAS E TABELAS

Mapa 1 - Quilombos no Brasil	22
Mapa 2 – ES em dados	25
Mapa 3 – Tráfico de escravos: África – Brasil	28
Mapa 4 – Regiões de concentração de população negra até 1888	35
Mapa 5 - Comunidades quilombolas no Espírito Santo	37
Mapa 6 – Mapa das comunidades quilombolas da região Norte	42
Mapa 7 – Distribuição da amostra das Comunidades Negras do Sapê do Norte por município	44
Mapa 8 – Projeto de Regularização do Território Quilombola - Comunidade São Domingos	52
Tabela 1 - Comunidades certificadas por região	23
Tabela 2 – Estimativa de localidades quilombolas recenseáveis, segundo Grandes Regiões (2019)	23
Tabela 3 – Quantidade de escravizados no E.S, no ano de 1871	30
Tabela 4 – Legenda do Mapa 5 – Comunidades Quilombolas no Espírito Santo	38
Tabela 5 - Dados da escola Mário Florentino	57
Tabela 6 – Situação por região da OMS	73

LISTA DE SIGLAS

PB – Português brasileiro.

PIE - Protoindo-europeu.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

COVID-19 - Corona Virus Disease (Doença do Coronavírus)

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

FCP – Fundação Cultural Palmares

CAPES – Catálogo de Teses e Dissertações

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

OMS - Organização Mundial da Saúde

EIU - Economist Intelligence Unit

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FCP – Fundação Cultural Palmares

MEC - Ministério da Educação

CDA – Compra Direto do Agricultor

PNAIC - Programa Nacional Alfabetização na Idade Certa

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

ALQUIMPE - Atlas Linguístico Quilombola do Moxotó-Ipanema de Pernambuco

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LS - Língua-de-santo ou religiosa

PS - Povo-de-santo ou comunidade religiosa afro-brasileira

LP - Linguagem popular, regional brasileira ou termo dicionarizado

BA - Falar corrente, regional e familiar da Bahia

BR – Português do Brasil

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
INTRODUÇÃO	13
1 PANORAMA DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO BRASIL	18
1.1 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO BRASIL.....	18
1.2 O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - TERRITÓRIO CAPIXABA	25
1.2.1 A presença indígena no estado do Espírito Santo	31
1.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	34
1.3.1 Quilombolas no território do Sapé do Norte.....	39
2 COMUNIDADE QUILOMBOLA RURAL “SÃO DOMINGOS” – SAPÊ DO NORTE	49
2.1 SAÚDE E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA	55
2.1.1 Adentrando os muros da E.M.E.F Mário Florentino	57
2.2 ECONOMIA DA COMUNIDADE SÃO DOMINGOS	59
2.3 LAZER, RELIGIÃO E FESTIVIDADES NA COMUNIDADE SÃO DOMINGOS.....	62
3 ADENTRANDO O SAPÊ DO NORTE: METODOLOGIA	67
3.1 TRABALHO DE CAMPO.....	68
3.2 PERFIL DOS INFORMANTES.....	76
3.3 CORPUS DA PESQUISA	79
4 FALARES: ANÁLISES DO <i>CORPUS</i>	84
4.1 PESQUISAS EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO BRASIL.....	84
4.1.1 Pesquisas lexicais em comunidades quilombolas do Brasil - regiões	84
4.2 PESQUISAS EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	91
4.2.1 Pesquisas em comunidade quilombolas no norte do Espírito Santo – Sapê do Norte	94
4.3 APRESENTAÇÃO DOS DADOS	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109
ANEXO	121

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esse projeto nasce de uma questão de linguagem que teve início na minha graduação e culminou em um trabalho de conclusão de curso, publicado na revista *Mundo Acadêmico*, que tratava de falares quilombolas na comunidade São Jorge. Nesse primeiro trabalho, observamos algumas palavras recolhidas por meio de entrevistas e conversação. Desde então, pude perceber que as línguas africanas estavam presentes em nosso vocabulário.

Esta pesquisa surgiu a partir de algumas inquietações experienciadas em minha prática docente. Formada em Letras e trabalhando com estudantes da rede pública e privada, observei que o preconceito linguístico era algo corriqueiro nesses espaços. A problemática girava em torno da falta de compreensão do que é a língua portuguesa falada no Brasil. Para além da experiência profissional, no campo pessoal, presenciei, em uma aula de produção, um ato de preconceito linguístico e essa experiência levou-me a iniciar a pesquisa sobre os falares quilombolas para também entender a minha história. Em uma atividade de produção textual com o gênero tirinha, percebi uma forte influência de preconceito linguístico com um aluno que havia chegado do estado de Rondônia. Neste texto, fiz a leitura daquelas frases ríspidas e cheias de preconceitos e, como professora e pesquisadora, fiz uma intervenção coletiva, levando para a aula, a temática do “preconceito linguístico” e a maioria não sabia o que era. Com a ajuda de vídeos, leis, relatos e apresentação das diferentes culturas presentes em nosso país, pudemos socializar diversos falares que constituem a nossa nação. O resultado desse momento pode ser observado na produção de novos textos que trouxeram sentimentos profundos e testemunhos emocionantes. Dessa forma, iniciei o combate aos preconceitos linguísticos em minhas aulas, proporcionando reflexões que puderam ser entendidas para outras disciplinas e outros espaços.

Comprometida em aprofundar meus conhecimentos sobre essa temática, decidi seguir com as leituras e ampliar as análises e os trabalhos na região do Sapé do Norte, elegendo a comunidade quilombola de São Domingos para a realização do meu projeto de pesquisa sobre a linguagem e como a cultura africana e afro-brasileira estão imbricadas.

Importante ressaltar que a presente pesquisa sobre os aspectos etnolinguísticos, enfatizando o léxico, é inédita na região do Sapê do Norte. Conforme levantamento feito na CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), ainda não há pesquisas na área da linguística que dissertem sobre o contato de línguas e, principalmente, a respeito do léxico das comunidades quilombolas da região, isto é, o território linguístico dessas comunidades quilombolas, até então, não foi explorado, pois boa parte dos trabalhos publicados, discutem sobre os aspectos culturais, sociais, históricos e geográficos sobre as comunidades.

A ausência de pesquisas nessa área também repercute no ensino de língua portuguesa, visto que uma parte considerável dos estudantes da região do Sapê do Norte – São Mateus e Conceição da Barra – tem relação linguística com as comunidades quilombolas. De acordo com os dados recolhidos no site do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), o município de São Mateus é composto por 180 escolas públicas e 29 privadas, e Conceição da Barra, com a totalidade de 57 escolas públicas e 4 privadas, e diante dessa realidade, é sabido que o currículo não discute a respeito desses falares quilombolas, pois traz discretamente essa temática para o ensino da língua portuguesa, por meio do conteúdo sobre as variações linguísticas e valorização dos povos e cultura do país. Dessa forma, o ensino acaba por privilegiar a norma padrão como único e legítimo, não considerando outros saberes.

Essa pesquisa destacará os falares da comunidade e as especificidades regionais que apontam para a possível influência das línguas africanas em sua composição, bem como as especificidades regionais e culturais, podendo trazer para as escolas do Norte do Espírito Santo e quiçá para a rede pública estadual, outras formas de ouvir, compreender e ensinar a Língua Portuguesa, considerando o contexto do aluno e os falares próprios dessa região. Sabemos que a dificuldade em compreender as regras da língua portuguesa, dificulta o ensino da língua materna, principalmente porque se trata de um espaço com tamanha diversidade cultural.

INTRODUÇÃO

A temática sobre comunidades quilombolas vem sendo amplamente discutida em inúmeras áreas do conhecimento, incluindo-se aí a linguagem e ensino, campo central de análise da presente pesquisa que objetiva contribuir com a educação do Sapê do Norte, pensando na valorização dos falares dessas comunidades quilombolas.

Eu considero importante trabalhar a influência da (...) a influência africana na escola né porque assim pra quê porque hoje o nossos jovens de hoje eles não conhece né não tem mais aquele conhecimento... não tem aquele conhecimento que não foi passado pra eles... então... assim é muito importante que eles conheça né que eles tenha esse conhecimento eu acho importante trabalhar então eh...eh a cultura é o estudo de cultura afro né dentro da não só dentro das comunidade eu acho que dentro de todas as escola que né eu acho que seria importante não só a escola que recebe aluno quilombola mas que de todas as escola eu acho que seria muito importante... (entrevista realizada por Jardiléia Pereira Borges em fevereiro de 2020).

Diante disso, esse estudo torna-se de extrema importância devido à escassez de trabalhos que tratem dos falares das comunidades na região norte do Espírito Santo. Por isso, optou-se pela escolha em analisar os léxicos presentes na fala dos moradores da comunidade São Domingos para o fortalecimento da identidade e relações linguísticas deste território.

A partir da análise de dados coletados nas trinta páginas de entrevistas transcritas, procurou-se mapear os léxicos para observação e, em consulta ao *corpus* de Castro (2001), foi feita a comparação do significado das palavras descritas com o contexto de fala dos informantes.

Pelo exposto, a pesquisa tem como objetivo geral descrever o território da comunidade através dos falares e apresentar alguns léxicos presentes nos falares da comunidade São Domingos, pensando nos aspectos etnolinguísticos com ênfase lexical e possíveis contatos linguísticos e culturais de seus falantes.

O contato linguístico no português brasileiro retrata as diferentes línguas africanas trazidas para cá na época da colonização e as diversas línguas indígenas que estavam presentes no Brasil. Muitos estudos sobre o contato linguístico no português brasileiro (PB), como Negrão & Viotti, 2008; Roncarati & Abraçado, 2009; Altenhofen, Mello & Raso, 2011, entre outros, discutem essas influências linguísticas presentes na oralidade do PB. “Estudar o encontro do português com línguas, povos e culturas

africanas e indígenas é fundamental para a compreensão do chamado português brasileiro”. (FIORIN & PETTER, 2008).

Deste modo, esta pesquisa parte de uma perspectiva de contato que vê as características do português brasileiro, atualmente falado no Brasil, com formas específicas ou particulares. O que diferencia o PB vem do contato do português, línguas africanas e indígenas no período colonial. Essas concepções e conceitos a respeito do contato linguístico permearam as análises sobre o léxico da fala da comunidade pesquisada.

No decorrer deste trabalho, apresentamos os territórios quilombolas do Brasil e da região do Sapê do Norte. Fizemos uma descrição etnográfica da comunidade São Domingos e seu entorno. Foi feito um levantamento de estudos lexicais nas comunidades quilombolas do país, destacando o estado do Espírito Santo. Transcrevemos as entrevistas e mapeamos as palavras para localizar os léxicos, que possivelmente possuem origem nas línguas africanas e estão presentes nos falares das comunidades quilombolas da região. E por fim, investigamos e descrevemos os léxicos recolhidos para identificar a presença de possíveis línguas africanas na comunidade São Domingos. Para alcançar esses objetivos, além dos estudos bibliográficos, foram realizadas, durante a pesquisa, viagens de campo à comunidade.

Dessa forma, em nosso trabalho de campo, transcrevemos as entrevistas para analisar, traçar e mapear os léxicos recolhidos na comunidade quilombola São Domingos, pensando na possibilidade de palavras de origem africana. A escolha desse tipo de pesquisa, ir à campo, se deu por entender que o método coloca o pesquisador como parte da realidade da pesquisa, pois analisa a tradição oral pelas vivências na comunidade com as observações, análises, entrevistas e diário de bordo.

A comunidade rural quilombola “São Domingos” é localizada em Conceição da Barra e São Mateus/ES; composta por 144 famílias e caracterizada como uma das comunidades mais antigas da região. O território dessa comunidade, segundo o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), compõe uma área/ha de 11. 603, 2573 (INCRA, 2019, p. 15). Neste trabalho, optamos por pesquisar a comunidade devido às leituras de pesquisas nesse espaço, e, também, diante da curiosidade que surgiu durante algumas conversas sobre comunidades quilombolas,

de que *'lá se fala de forma diferente [...] falares peculiares'*. Desse modo, propusemos a investigar, linguisticamente, elementos do vocabulário 'afro-brasileiro' encontrados na comunidade São Domingos, considerando que as comunidades quilombolas do Sapê se mantiveram longe dos grandes centros e em locais de difícil acesso, preservando partes das suas tradições e cultura.

A técnica utilizada para a produção e análise dos dados coletados na pesquisa de campo se deu pelas observações e gravações das entrevistas espontâneas ou informais. De acordo com Gil (1999, 115), "a entrevista é seguramente a mais flexível de todas as técnicas de coleta de dados de que dispõem as ciências sociais". A entrevista informal favorece a busca por informações relevantes pela flexibilidade e aproximação do informante com o documentador. Após o recolhimento dessas gravações, transcrevemos as conversações, tendo como base, a chave de transcrição do Projeto Vertentes (LUCCHESI, 2009). A partir dessas transcrições, localizamos e traçamos os léxicos, que provavelmente possuem origem nas línguas africanas que eram faladas nessas comunidades.

Os participantes envolvidos neste estudo foram divididos, para a coleta e produção dos dados, por sexo e faixa etária. Por meio das observações, conversações e entrevistas na escola quilombola e outros espaços para a socialização; visitas às residências; eventos na comunidade, entre outros momentos; conversamos com duas categorias – adulto/idoso – compondo um grupo do sexo feminino. A análise se deu por um adulto e três idosos, pois acreditamos que os léxicos recolhidos podem apresentar marcas linguísticas, estabelecendo, pela oralidade, um elo de ancestralidade.

A escolha dos participantes deve-se ao fato que há uma hipótese de que marcas das línguas africanas existam no território etnolinguístico da comunidade. Esta possibilidade se deu pelas entrevistas recolhidas e a comunidade estar presente nesse território desde o período escravocrata. Em contato com os informantes, foi observado a composição desses léxicos presentes na oralidade, na qual podem trazer registros de que essas línguas africanas existiram.

Diante da ausência de pesquisas linguísticas na região, buscamos entrevistar e dialogar com os participantes para a análise das transcrições, focando nos idosos, por

serem apontados pela representante da comunidade como conhecedores de histórias, contos, músicas e tradições. Mediante as conversas, tentamos recordar, neles, essas histórias e experiências vivenciadas.

Para análise do léxico, tomamos por base o trabalho de Castro (2001), Alkmin e Petter (2008), entre outros. Com Lucchesi (2012), observamos, a partir da sua perspectiva metodológica de recolhimento e análise lexical do *corpus*, como os falares quilombolas da comunidade São Domingos apontam a possível presença de línguas africanas na constituição da comunidade. Utilizamos, por meio do trabalho descritivo, o *corpus* de palavras da autora Castro (2001) para verificar se os léxicos encontrados em São Domingos podem ser considerados de origem africana.

A dissertação foi dividida em quatro capítulos para organização dos objetivos. O capítulo I traz um levantamento de todos os territórios quilombolas no Brasil a partir de dados coletados no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas) e o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), a fim de verificar quais as comunidades tituladas, certificadas e não reconhecidas, de acordo com as regiões brasileiras. Por fim, apresentamos o território do estado do Espírito Santo até a região do Sapê do Norte.

No capítulo II, fizemos uma pesquisa etnográfica, apresentando a comunidade São Domingos e seu entorno, com destaque nos aspectos sócio-históricos e etnolinguísticos. Dissertamos sobre a educação na comunidade, visto que há uma escola quilombola neste lugar. Apontamos, também, algumas particularidades sobre a saúde deste território. E para concluir o panorama, discutimos um pouco sobre a economia, principalmente a respeito da cooperativa da comunidade, lazer e religiosidade.

No capítulo III, apresentamos a metodologia dessa pesquisa. Considerando que fizemos um estudo com os aspectos lexicais dos falares na comunidade e analisando esses léxicos numa perspectiva de contato linguístico, apresentamos nesse capítulo a pesquisa de campo; o perfil dos informantes; o *corpus* da pesquisa; o tempo de gravação; como foram feitas as transcrições das entrevistas, priorizando as conversas

espontâneas; e alguns exemplos da chave de transcrição do Projeto Vertentes, que tem como proposta orientar os trabalhos de transcrição ortográfica.

No capítulo IV, foi feita uma pesquisa no site da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e outros sites sobre estudos linguísticos no Brasil, enfatizando os trabalhos sobre o léxico, com o intuito de destacar as pesquisas no estado do Espírito Santo e apresentá-los, juntamente com os temas pesquisados na região do Sapê do Norte, território com mais de 30 comunidades quilombolas. Apresentamos alguns léxicos específicos que encontramos na fala da comunidade São Domingos, e mapeamos essas palavras para comparar o significado do léxico em consulta com o *corpus* de Castro (2001).

Em suma, mesmo diante da paralisação dessa pesquisa devido à pandemia, foi possível identificar a importância e a continuidade desse estudo a respeito do tema que envolve os aspectos etnolinguísticos na comunidade quilombola São Domingos, levando em conta não somente o ensino da língua materna, mas, também, valorizando as línguas africanas que eram faladas e as influências desses falares em nosso léxico.

1 PANORAMA DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO BRASIL

Neste capítulo, apresentaremos um panorama dos territórios quilombolas presentes no Brasil, através de um levantamento feito com dados do IBGE, CONAQ, INCRA e site da Fundação Palmares. É importante ressaltar a dificuldade em trazer esses dados com precisão, pois ainda existem muitos territórios em processo de titulação, certificação e alguns ainda nem reconhecidos.

Evidenciaremos o estado do Espírito Santo, explicando o termo *capixaba* e sua divisão territorial, como também a formação do povo espírito-santense no período da colonização; e os povos que migraram para o E.S, destacando a presença africana em todo o estado. Mostraremos aqui, o território do Sapê do Norte, que está localizado entre os municípios de São Mateus e Conceição da Barra, onde residem, aproximadamente, 32 comunidades quilombolas.

Por fim, após conceituar, de acordo com Milton Santos (1998), a palavra território, pensando sobre a possibilidade de um território linguístico na região do Sapê do Norte, apresento a região, a cultura, como também, as práticas festivas, as informações relevantes e a existência e resistência desses povos que tanto contribuíram para a diversidade cultural e étnico-racial no estado do Espírito Santo.

1.1 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO BRASIL

Para falar de território, é necessário entender o significado da palavra e relacionar com o espaço da pesquisa. Nesse caso, segundo o dicionário Aurélio (FERREIRA, 1999, p. 1951) território significa a:

1. extensão considerável de terra, torrão. 2. A área de um país, ou estado, ou província, ou cidade, etc. 3. Nos E.U.A., região que não constitui Estado e é administrada pela União. 4. Base geográfica do Estado, sobre a qual exerce ele a sua soberania, e que abrange o solo, o rio, lagos, mares interiores, águas adjacentes, golfos, baías e portos.

As definições apresentadas acima têm relação com a temática da pesquisa, quando descrevem o território como uma grande área possuída pelo governo de um estado ou país.

Contextualizando, a definição 4 (quatro) explica o território como base geográfica do Estado onde exerce soberania e sobre esse espaço abrangente, destaca-se o solo, o rio, os lagos, os mares, águas adjacentes, e para complementar, o sapê. Sendo assim, é possível definir o território desse lócus de pesquisa como um espaço de comunidades quilombolas rurais, visto que, a comunidade pesquisada leva o nome de um dos maiores córregos do Sapê do Norte, o córrego São Domingos.

O geógrafo Milton Santos (2001, p. 62) reforça a análise sobre território afirmando que a territorialidade cria um significado de identidade entre as pessoas e o seu espaço geográfico, em função da produção necessária à sobrevivência do grupo. Essa ideia de territorialidade se aproxima do território do Sapê do Norte, que será apresentado nesse capítulo, pois trata-se de uma região que, num formato coletivo, vem fortalecendo as suas formas de resistência, de identidade e de saberes ao longo do tempo. “A construção da identidade quilombola se faz vinculada ao direito ao território e imprime um outro teor à luta das comunidades negras do Sapê do Norte” (FERREIRA, 2009, p.4).

Historicamente, a nomenclatura “Comunidades quilombolas” tem relação com a palavra quilombo, desde os tempos da escravização. Nos anos de 1733 a 1757, denominava-se quilombo as formações com mais de 4 quilombolas que sobreviviam nas matas, e escravizados fugidos que combatiam para não serem recapturados. O quilombo representava um núcleo de resistência, podendo aparecer em qualquer área onde tinha o escravismo, isso leva a dizer que não havia nenhuma característica física ou geográfica de sua formação (PEREIRA, 2012, p. 26).

Somado a isso, a autora Castro (2001, p. 324) define que a palavra *quilombo* (Kilombo) pertence ao grupo banto, este afirmado por Petter como “o maior e o mais conhecido conjunto linguístico do nigerocongolês” (PETTER, 2015, p.)¹. Quilombo significa a povoação de escravos fugidos na época da colonização. Similarmente, a CONAQ determina quilombo como uma “sociedade formada por jovens guerreiros que pertenciam a grupos étnicos desenraizados de suas comunidades” (CONAQ, 2020). Inclusive, Castro (2001, p.324) pontua que “o mais famoso dos quilombos foi

¹ Para mais informações ver Petter (2015); Castro (2001); Alkmin e Petter (2020)

Palmares, construído em Alagoas, no séc. XVII, sob a chefia de Ganga Zumba e Zumbi”.

O Quilombo dos Palmares foi e é um movimento de resistência muito importante para os quilombolas, pois contrariou o colonialismo e sua forma de poder por quase duzentos anos. O pesquisador Osvaldo Oliveira (2005, p. 28) afirma que “ser quilombola passou a significar luta política contra o racismo e em favor da conquista da cidadania por meio dos direitos sociais e territoriais”.

Sabe-se que havia quilombos em inúmeras regiões do Brasil no período colonial. E foi após os séculos XVII-XIX que se multiplicou a quantidade de quilombos devido ao aumento das fugas da população escravizada. “Desde os antigos Quilombos, as Revoltas, os banzos e demais formas de resistência e de afirmação, as mobilizações negras são uma constante na história do país” (FORDE, 2018, p. 27). “A existência dos quilombos na história do Brasil representa um projeto de partilha, de viver em comunidade, de construção do território enquanto coletivo, compartilhando o acesso a bens, em especial à terra” (DEALDINA, 2020, p. 26).

De fato, mesmo cem anos após a assinatura da Lei Áurea nº 3.353², que proibiu a escravização no Brasil, os quilombos locais eram considerados como grandes concentrações de negros que se rebelaram contra o regime colonial. Com a Constituição Federal de 1988, o termo “quilombo” teve seu conceito ampliado de modo que na atualidade é considerado toda área ocupada por comunidades remanescentes dos antigos quilombos.

Por esse motivo, no texto da Constituição de 1988, no art. 215, parágrafo. 1º, o Estado reconheceu a relevância histórica de estipulados grupos das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros coletivos participantes do processo de civilização nacional. Especialmente, tornaram-se parte do patrimônio a ser conservado por meio de tombamento público (bem material ou imaterial) todos os documentos e sítios possuidores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

2 A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembléia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte: Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brazil.

E foi no ano de 2003, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva conferiu, pelo decreto nº 4.887. Art.2º, que os povos quilombolas tivessem o direito a auto atribuição como único critério para identificação das comunidades, tendo como fundamentação a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que presume o direito de livre escolha dos povos indígenas e tribais, isto é, a própria comunidade manifestaria sua identidade quilombola perante a legislação.

Certamente, “Este documento é de fundamental importância, na medida em que reconhece os direitos destas comunidades e dá acesso aos programas sociais do Governo Federal” (SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PATRIMÔNIO, 2015, p. 08).

Em suma, para que uma comunidade quilombola seja regularizada, é necessário que ela se autorreconheça como um quilombo, ou seja, que tenha uma relação histórica com o território reivindicado. Essas afirmações devem constar no pedido de autodefinição enviado à Fundação Palmares para que a comunidade seja certificada. Após a Fundação Palmares emitir o certificado, a comunidade adquire a titulação pelo INCRA e, assim, a propriedade do território é garantida aos quilombolas. Para elucidar, é o INCRA o responsável pelo levantamento territorial, estudos antropológicos e históricos para a correta demarcação da área a ser titulada (PALMARES, 2020).

O Brasil conta com “cerca de 3.000 comunidades quilombolas certificadas. Destas, mais de 1.826 são certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP), totalizando 2,2 milhões de pessoas” (PALMARES, 2021. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br>. Acesso em 23 de maio de 2021) Importante esclarecer que as titulações conferidas às comunidades foram resultado das lutas persistentes dos movimentos em favor dos direitos quilombolas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) – órgão da esfera federal.

Visualizando o mapa abaixo – Quilombos no Brasil – observa-se um total de 17 estados brasileiros que possuem territórios quilombolas titulados pelo INCRA, estes estão marcados na cor verde. Já os territórios quilombolas certificados pela Fundação Palmares, enumeram 27 estados e estão destacados em vermelho. Em análise, nota-

se uma quantidade considerável de comunidades quilombolas espalhadas pelo país em busca de reconhecimento de seus territórios.

Mapa 1: Quilombos no Brasil



Fonte: Criado pela própria autora, baseada em mapa google.

A tabela apresentada a seguir irá descrever a quantidade de comunidades quilombolas por região que estão certificadas pela Fundação Palmares. Essas informações foram atualizadas até 15/09/2020. Pode-se observar, neste quadro, que a região Nordeste possui 1.719 comunidades quilombolas certificadas, além de 2.192 comunidades reconhecidas. Importante destacar que, no período colonial, o ciclo econômico iniciou-se na região nordeste. Por isso, o número de comunidades quilombolas existentes reflete bem como foi o fluxo da população escravizada na época da colonização. Com isso, a região Nordeste possui o território com o maior número de comunidades quilombolas, contudo, o Centro-oeste aparece com apenas 151 comunidades certificadas, isto é, o menor território das regiões do país.

Tabela 1: Comunidades certificadas por região

QUADRO GERAL POR REGIÃO			
Nº	UF	Nº CRQs (Certidões)	Nº CRQs (Comunidades)
1	NORTE	300	369
2	NORDESTE	1719	2192
3	CENTRO-OESTE	151	169
4	SUDESTE	446	543
5	SUL	191	193
TOTAL POR ANO:		2807	3.467

Fonte: Palmares (2020)

Segundo o IBGE, existia, no Brasil, 7.103 localidades indígenas e 5.972 localidades quilombolas em 2019, de acordo com a Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os Indígenas e Quilombolas, feita a partir da base territorial do próximo Censo, adiado para 2021, e do Censo 2010. Embora não tenha uma precisão dos dados, estima-se “que o país possua 5.972 localidades quilombolas, que estão divididas em 1.672 municípios brasileiros, mais que o dobro com localidades indígenas (827)” (IBGE, 2020).

Corroborando com os dados acima, vale ressaltar que, do total de 7.103 localidades, 404 são territórios oficialmente reconhecidos, 2.308 são nomeados por agrupamentos quilombolas e o restante, 3.260, como outras localidades quilombolas. Entre esses agrupamentos, 709 estão localizados dentro dos territórios quilombolas legalmente delimitados pelo INCRA e 1.599 fora dessas terras. A tabela abaixo apresenta uma estimativa das localidades quilombolas separadas por delimitação e definição desses territórios, agrupamentos e outras localidades segundo as regiões do Brasil.

Tabela 2 – Estimativa de localidades quilombolas recenseáveis, segundo Grandes Regiões (2019)

Localidades quilombolas				
Regiões do Brasil	Territórios quilombolas oficialmente delimitados e definidos em setores censitários	Agrupamentos quilombolas definidos em setores censitários	Outras localidades quilombolas	Totais
Norte	94	539	240	873
Nordeste	176	1296	1699	3171
Sudeste	76	343	940	1359
Sul	36	84	199	319
Centro-oeste	23	46	182	250

Fonte: IBGE, Informações em consolidação para o Censo Demográfico 2020.

De acordo com os dados do IBGE listados neste quadro, a região Nordeste aparece em primeiro lugar no ranking de localidades quilombolas, com 3.171 comunidades e em segundo lugar está a região Sudeste, com 1.359 quilombos. A região Norte é composta por 873; a Sul possui 319 e a Centro-Oeste, 250 comunidades.

Ainda sobre a região Nordeste, vale ressaltar que o maior número de territórios quilombolas oficialmente *reconhecidos* também está nessa região, somando 176 comunidades. Entre as grandes regiões, depois do Nordeste, está o Norte (94), o Sudeste (76), o Sul (36) e a região Centro-Oeste (22).

Por fim, conforme os levantamentos feitos sobre os territórios quilombolas, é notório a dificuldade em mapear os dados, visto que não existem dados precisos, isto é, não há um número exato de quantos territórios estão certificados, titulados e os que não estão reconhecidos. Afinal, conforme a fala de Damasco para o site do Censo 2021:

Essa é a primeira estimativa de dados quilombolas produzida pelo IBGE. Como o Instituto nunca divulgou informações sobre essa população, os dados apresentados estão em fase de consolidação e, portanto, sujeitos a revisões até o próximo Censo, em 2021, quando poderão ser confirmados” (IBGE, 2020)

Da mesma maneira, a instituição CONAQ³ relata que “até o momento não há um consenso acerca do número preciso de comunidades quilombolas no país”. Contudo, os dados oficiais vindos da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e do INCRA, afirmam que “atualmente são 2.847 comunidades certificadas no Brasil, 1.533 processos abertos no INCRA e 154 das terras quilombolas tituladas em todo o Brasil, 80% delas regularizadas pelos governos estaduais” (CONAQ, 2020).

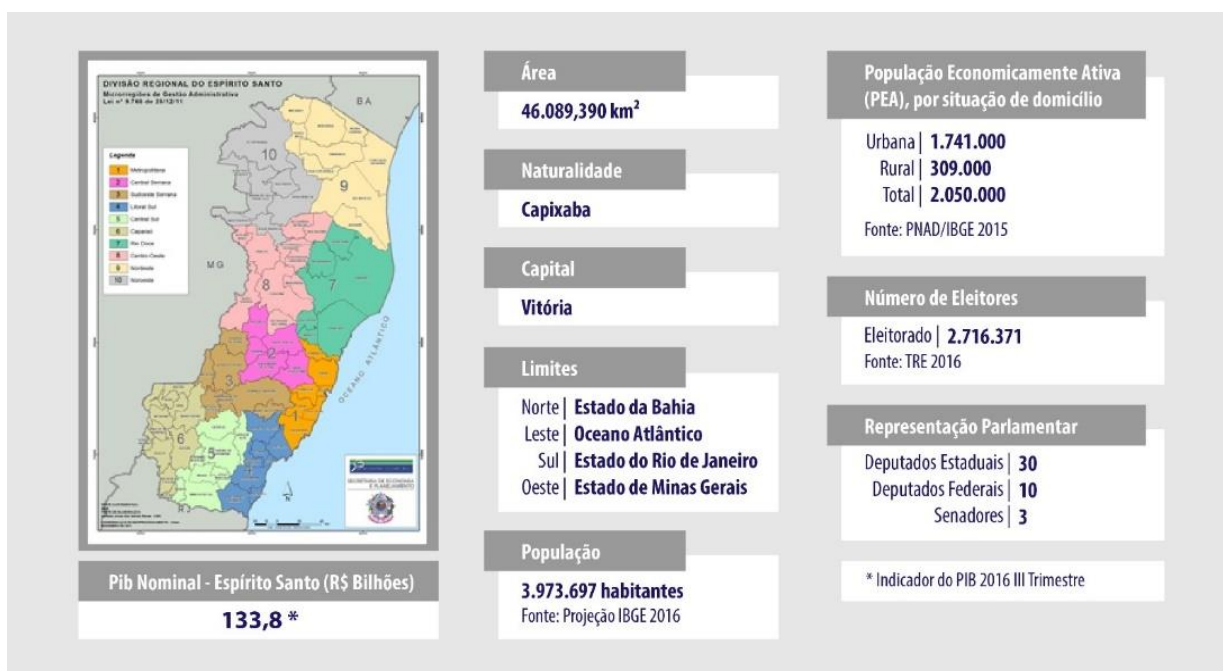
Ao apresentar o mapeamento desses territórios para tratar do objeto dessa pesquisa, procuramos mostrar as comunidades espalhadas pelo Brasil que ainda lutam pelos seus direitos à terra. Uma população que existe e resiste, mas que ainda sofre com a desigualdade social. São nesses territórios que as pesquisas têm ganhado força e contribuído para a valorização da cultura brasileira e, principalmente, das comunidades quilombolas do Brasil.

³ Disponível em: <http://www.conaq.org.br>. Acesso em 24 de maio de 2021

1.2 O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - TERRITÓRIO CAPIXABA

De acordo com os dados recolhidos no site⁴ do governo do Espírito Santo, o estado possui uma área de 46.089,390 km², sua capital é Vitória e a naturalidade de quem nasce no estado é capixaba ou espírito-santense. Segundo estudiosos da língua tupi, o vocábulo *capixaba*, significa “roça, roçado, terra limpa para plantação”. A população indígena que vivia no estado chamava de capixaba sua plantação de milho e mandioca, com isso, “a população de Vitória passou a chamar de capixabas os indígenas que habitavam na região e depois o nome passou a denominar todos os moradores do Espírito Santo”. (GOVERNO.ES, Disponível em: <https://www.es.gov.br/historia/povo-capixaba>. Acesso em 10 de outubro.)

Mapa 2 – ES em dados



Fonte: Espírito Santo (2016).

O estado do Espírito Santo (ES) é uma das 27 unidades federativas do Brasil e está localizado na Região Sudeste, faz fronteiras com o Oceano Atlântico a leste, com a Bahia ao norte, com Minas Gerais a oeste e noroeste e com o estado do Rio de Janeiro ao sul.

4 Para mais detalhes sobre os dados, acessar: <https://www.es.gov.br/es-em-dados>

Com o objetivo de entender a formação da população deste estado, com destaque para a presença africana, é necessário reportarmos, brevemente, ao início do processo de colonização do Brasil e do período escravocrata para, assim, apresentar como se constituiu o povo capixaba.

A formação territorial do Brasil se deu no período colonial. Em 1500, quando os portugueses chegaram, encontraram povos que já eram habitantes dessa terra, os indígenas. Nesse processo de colonização da descoberta das terras, a partir do começo de 1530, os indígenas, além de catequizados, foram também escravizados. A terra das palmeiras, como chamavam este país, por seus povos originários, foi invadida e tomada pelo colonizador europeu que, nesse território, apropriou-se dos espaços e dos recursos naturais intensamente, catequizando e escravizando os indígenas. Além disso, foi introduzido no país, a partir do século XVI, a escravização dos africanos.

Neste mesmo século, XVI, os portugueses, após conquistarem Angola, passaram a dominar o tráfico transatlântico de escravos, isto é, o comércio de escravos entre as Américas e a África, através do Oceano Atlântico. Mesmo com a escravização dos negros, “não houve extinção da mão de obra indígena, em menor escala, continuaram a ser escravizados durante todo o período colonial” (PEREIRA, 2012, p. 10). O europeu se auto consentiu a tarefa de civilizador e reduziu, aos povos “colonizados”, sua história, cultura e identidade. A colonização é, portanto, uma relação sociedade-espaço.

A relação de uma sociedade que se expande e os lugares onde se realiza tal expansão, num contexto no qual os naturais do lugar são concebidos como atributos do espaço, uma sorte de recurso natural local. E essa é a lógica que persistirá em nossa história, pois dos colonizadores europeus passamos as elites nacionais cujo projeto territorial e socioeconômico para o país eram exatamente os mesmos, o de apropriação e consumo dos recursos naturais e das gentes (CONAQ, 2021. Disponível em <http://conaq.org.br>. Acesso em 24 de maio de 2021.)

Em 1672, uma carta régia permitia o tráfico negreiro e criava medidas e leis que incentivaram a adoção da escravização negra, em grande quantidade, na colônia. E, diante disso, milhares de seres humanos foram retirados de suas terras por meio da violência. O Brasil foi o país que mais recebeu escravizados e onde a escravidão perdurou por mais tempo. Por meio do tráfico, Pereira (2012) afirma que chegaram à colônia portuguesa da América africanos de vários países, são eles:

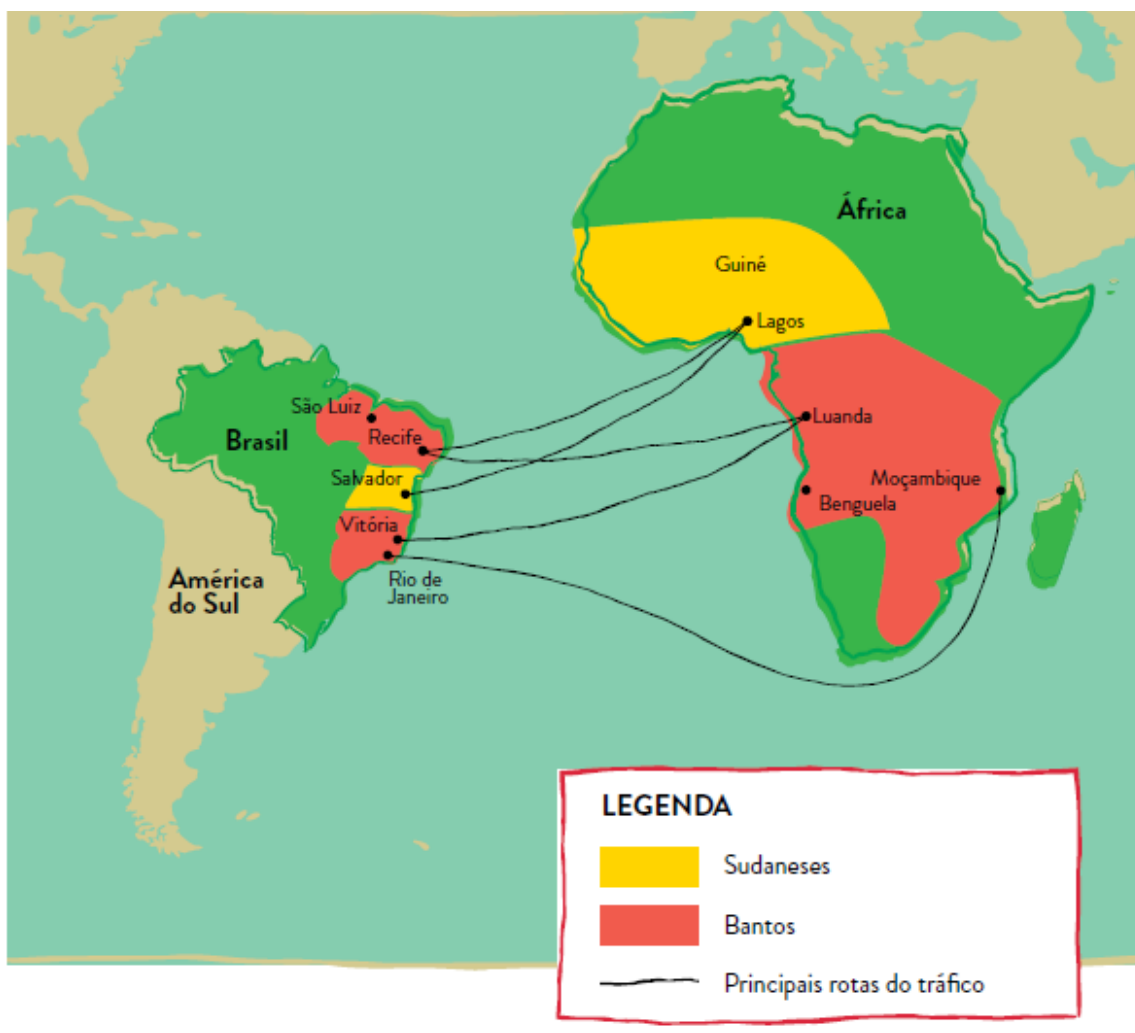
Serra Leoa, Senegal, Guiné, Guiné-Bissau e Gâmbia, da região da chamada “Costa da Mina” (compreendendo atualmente os territórios de Cote d’Ivoire, Gana, Togo, Benin, Nigéria e Camarões) e ainda da chamada “Costa de Angola” (atualmente Angola, Gabão e Guiné Equatorial e Congo). (PEREIRA, 2012, p. 12)

O tráfico negreiro era feito através da travessia do Oceano Atlântico nos chamados Navios Negreiros. Para atravessar o oceano, os escravizados levavam meses em porões superlotados e com riscos iminentes de doenças. Eles viajavam acorrentados, aglomerados uns sobre os outros. Muitos deles adoeciam e morriam diante das condições deploráveis e da violência. “Para aqueles que perderam seus laços afetivos, suas referências de origem e ainda viajavam em péssimas condições, era um golpe tão duro que muitos adoeciam sob tamanho impacto” (PEREIRA, 2012, p. 16).

Ao chegar no Brasil, os escravizados eram vendidos como mercadoria para aqueles que dispusessem condição de pagar por eles. O trabalho era penoso e extenuante, sob a posse dos senhores a preço de chicote, agressão física, outros castigos e assassinatos. Durante cerca de 300 anos, o tráfico transatlântico transportou para o Brasil cerca de quatro milhões e meio de africanos (ALMEIDA, 2014, p. 353). Concomitantemente, a multiplicidade de agenciadores de ambos os lados do oceano constituía um jogo de interesses aplicados e conflitantes.

Corroborando com o que foi dito, Maciel (2016, p. 55) afirma que, durante o século XVI, a maioria dos escravizados chegados ao Brasil, entre a Bahia e o Rio de Janeiro, era de Sudaneses. Também vieram, numa escala menor, muitos Bantos dos grupos Quimbundos, Congos, Angolas, Benguelas e Cabindas. “Já durante o século XVII, a maioria dos escravos africanos trazidos para o Brasil era de Bantos, dos quais, com certeza, muitos dos grupos conhecidos como Congos e Criolos foram desembarcados nos portos de São Mateus e Vitória” (MACIEL, 2016, p. 56), conforme apresentado no mapa abaixo.

Mapa 3 – Tráfico de escravos: África - Brasil



Fonte: Maciel, 2016, p. 55 (livro Negros no Espírito Santo)

Em meados do século XVII até o final do século XIX, final do tráfico, uma parte dos escravizados embarcava dos portos de Costa da Mina e no Golfo de Benim. Apesar de serem chamados de Minas, havia entre eles Bantos e Sudaneses, estes constituíam-se quase 70% do total e uma boa parte deles destinavam-se para a labuta na lavoura, na mineração, nas manufaturas e nos serviços domésticos.

Nesse período, havia também muitos portos de embarque nas regiões de Angola e Moçambique, e os escravos eram classificados, genericamente, por esses nomes. Da mesma forma, havia diversos outros portos nas áreas do norte da África. Aliás, dos portos de Omim e Ajudá saíram os últimos navios negreiros que fizeram o comércio legal e contrabando de escravos no litoral do Espírito Santo, onde foram desembarcados muitos Nagôs, Haussás, Tapas e Jepes, todos Sudaneses, e não Bantos, mesmo que classificados pelos comerciantes como escravos oriundos de Angola e Moçambique (MACIEL, 2016, p. 55).

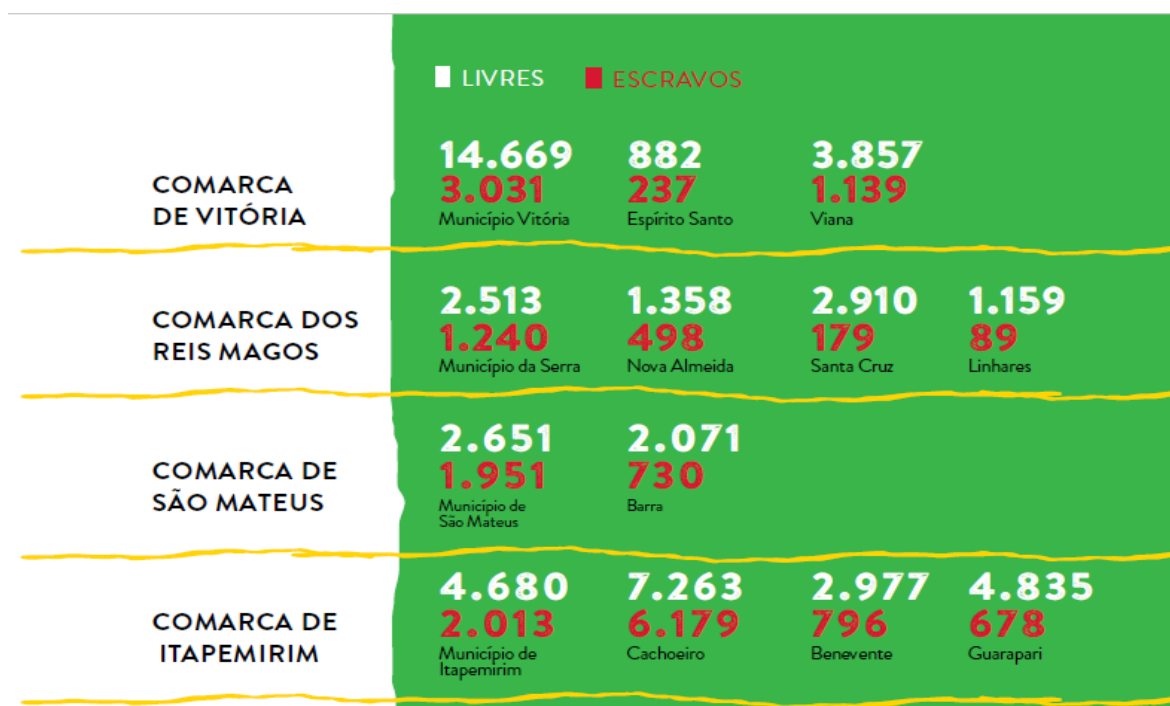
No período de colonização, entre as ações dos colonizadores, estiveram a catequização indígena, a ocupação do território, a dinamização do envio das riquezas e da economia local. Conforme relata Pereira (2012, p. 13), “no que se refere à escravidão negra, tratava-se da maior migração compulsória do mundo moderno”.

Maciel (2016, p. 64) afirma que “desde 1550 os africanos eram escravizados no estado, conforme a arrematação dos bens de um feitor da capitania, pois nesse documento aparecem listados 12 escravos”. Ainda, segundo Maciel (2016, p. 72), “desde o século XVI havia negros no Espírito Santo. Vitória, por exemplo, em 1551, tinha 7.225 habitantes, dos quais 4.898 eram escravizados, portanto, não brancos”. Também é importante salientar que os historiadores são unânimes em afirmar que a Capitania do Espírito Santo era uma das que mais fazia contrabando de escravos, com isso, houve um aumento significativo do número de habitantes do estado.

Por conseguinte, no estado do Espírito Santo, é possível dizer que a importação direta de africanos ocorreu em 1621. Entretanto, a presença dos africanos já era realidade, possivelmente “As lavouras de cana-de-açúcar instaladas em Itapemirim, a partir do século XVIII, fez com que grande quantidade de escravos chegasse à região”. (MACHADO, 2018, p. 24).

No ano de 1856, séculos depois, a população da capitania, de acordo com o chefe de Polícia da Província, era formada por 49.092 habitantes, dentre eles, 36.823 livres e 12.269 escravizados. Em 1871, a população era de 70.585 habitantes, sendo 51.825 livres e 18.760 escravizados.

Tabela 3 – Quantidade de escravizados no E.S, no ano de 1871



Fonte: Maciel (2016)

O mapa acima mostra que o total de escravizados diminuiu no Espírito Santo em 1887, com um total de 13.382 pessoas. Após 1888, com a lei assinada e a escravidão proibida, quase não era possível saber o número mínimo de negros, pois já vivenciava no estado uma sociedade multicultural.

De acordo com o site IMIGRANTES.ES⁵, “O fluxo imigratório para o Espírito Santo inicia-se em 1812 com a criação oficial da Colônia de Santo Agostinho (atualmente Viana, na Grande Vitória) para onde foram enviados 250 açorianos entre os anos de 1812 a 1814”. Essa iniciativa de colonização agrícola foi criada pelo governador da época, Rubim, apoiado pelo intendente do Governo Imperial, Paulo Fernandes Vianna.

Somente a partir 1847, quando foi instituída a Colônia Imperial de Santa Isabel, é que se deu continuidade à colonização por meio de imigrantes europeus no E.S, com a chegada de 38 famílias, 163 pessoas vindas de Hunsrück e Hesse, da região do Reno,

⁵ Disponível em: <http://imigrantes.es.gov.br/html/historico.html>. Acesso em 13 de outubro 2020

na Alemanha, fixando-se na Colônia de Santa Isabel, atual Domingos Martins. Helmar (2016) descreve que:

Nos primeiros anos não há boas referências em relação aos portos, dos quais emigraram os alemães para a província do Espírito Santo. A situação foi tão calamitosa que surgiram associações eclesiásticas que tentaram humanizar e acompanhar os emigrantes, dando-lhes uma certa assistência. A criação destas associações fez com que os agenciadores, os intermediários e as companhias de navegação tivessem mais respeito pelos emigrantes. (HELMAR, 2016, p. 271).

Em 1858, verifica-se a entrada de 29 imigrantes italianos, então denominados de sardos, pois eram provenientes do Reino Sardo-Piemontês. O acesso à comunidade se dava por meio de trilhas, margeando o rio Jucu, onde, nas primeiras décadas do século XIX, havia sido demarcada a Estrada do Rubim, que ligava Vitória a Ouro Preto. A falta de vias navegáveis impediu que a colônia tivesse um progresso ainda maior.

Para finalizar, os Pomeranos, chegaram no ano de 1859, fixando-se na colônia de Santa Leopoldina. A partir de 1859, aproximadamente 30.000 Pomeranos entraram no Brasil e cerca de 15% habitaram no Espírito Santo. “Entre 1872 e 1873, o porto de Vitória recebeu 2.142 imigrantes de origem Pomerana, que foram assentados na região de Santa Maria de Jetibá” (HELMAR, 2016, p. 241). A população do estado cresceu de forma significativa num período de dez anos. E, com a vinda dos Pomeranos, a quantidade de habitantes no Espírito Santo, dobrou.

1.2.1 A presença indígena no estado do Espírito Santo

A história do Espírito Santo, assim como a de inúmeras outras regiões do Brasil, não pode ser bem entendida sem a integração dos diversos povos indígenas que introduzidos nos vários procedimentos históricos de formação e desenvolvimento da região, agiram de diversas formas colaborando para delinear seus rumos.

O Espírito Santo oitocentista foi uma região do Império bastante indígena, até porque eles atuavam no cotidiano de sua vida social e política, contribuindo para moldar e desenvolver a vida local, junto com os brancos, pardos e escravos (MOREIRA, 2017, p.13)

No início dos anos oitenta, Nova Almeida era uma vila mestiça, do ponto de vista cultural, aumentando pessoas, valores e práticas dos campos ameríndio e afro-luso-brasileiro.

Nas primeiras décadas do século XIX, a apropriação da Província do Espírito Santo resultante da colonização europeia se limitava a uma estreita faixa de terra litorânea, enquanto todo o restante do território era carregado por uma densa mata nativa que servia de abrigo para os povos indígenas excluídos pelo processo mais acelerado de ocupação das províncias vizinhas. “Porém, a ocupação começava a avançar lentamente em direção ao interior, provocando violentos conflitos entre os colonos e os povos indígenas que habitavam essa região” (SALIM, 2020, p.103).

“Os conflitos entre os colonos e os povos indígenas (denominados genericamente pelos portugueses de Botocudos) ocorria de norte a sul, em todo território da província do Espírito Santo, contudo era mais intenso e violento na região norte” (SALIM, 2020, p.108). Como no norte da província a conquista colonial acontecia de forma mais lenta, a floresta quase intocada era um território renomado e seguro para os povos indígenas que, mais numerosos e fortes, concederam uma ímpia resistência aos ataques dos colonos e das tropas imperiais.

No entanto, a batalha e o extermínio dos Botocudos tinham o apoio jurídico da coroa portuguesa, pois o príncipe regente, D. João, por intermédio da Carta Régia de 13 de maio de 1808, inflamou a “guerra ofensiva” contra os índios Botocudos do Rio Doce das capitanias de Minas Gerais e do Espírito Santo, possibilitando ainda o cativo dos indígenas presos com vida por 10 anos ou enquanto durasse a “fereza” e a “antropofagia” entre eles. O governo imperial demonstrou que os postos militares já determinados à margem do Rio Doce obtivessem reforços de armas e soldados e que outros fossem solicitados para proteção dos colonos e ataque aos Botocudos. Posto isso, os territórios conquistados com essas guerras contra os índios identificavam-se como “devolutos” e determinados à política de colonização do vale do Rio Doce a partir da partilha de sesmarias para os novos colonos.

A fama dos Botocudos crescia e até o príncipe Maximilian tinha um enorme interesse em conhecer os “temíveis Botocudos do Rio Doce”, contudo, de acordo com a situação da guerra na região durante sua estadia, não conquistou seu objetivo. Conforme relata Salim (2020, p.109):

Ao sair de Linhares, sua expedição rumou para o Norte, passando por Barra de São Mateus (atual município de Conceição da Barra), depois Itaúnas (na época era uma fazenda com índios e negros escravizados que pertencia a

um ouvidor de Porto Seguro), e, caminhando à beira-mar, chegou até a região do Rio Mucuri (atual município de Mucuri, BA). Nessa localidade conseguiu o desejado contato com um grupo de Botocudos (pois na região os colonos e as forças militares já haviam vencido a resistência desse povo) e, como se dizia na época, estavam “integrados à civilização” (SALIM, 2020, p.109).

As décadas de guerra travadas com os botocudos tiveram ao gradual extermínio desse povo e aqueles que resistiam e recuavam cada vez mais em direção ao interior da região. Alguns grupos ficaram em aldeias nas matas próximas de Linhares, mas como estavam em número reduzido não representavam uma ameaça para o padrão de exploração econômica e ocupação da região.

Com a evolução da ocupação da região do Rio Doce, os botocudos tornavam-se cada vez mais comprimidos em um território reduzido. Durante a obra da ferrovia, no ano de 1909, foi encontrado uma tribo de botocudos nas proximidades do Rio Doce, fronteira entre o Espírito Santo e Minas Gerais. Nas margens do rio, muitos integrantes do grupo encontravam-se doentes, famintos e desnutridos devido à falta de alimentos provocada pela redução do seu território. “Outros grupos de botocudos estavam confinados nos aldeamentos, que eram missões organizadas pelo governo, desde o século XVI, para inserir os índios na civilização, impondo a cultura dominante” (SALIM, 2020, p.124).

De fato, a presença indígena no Espírito Santo também se estende para o norte do estado. Para corroborar com a reconstrução histórica desse lugar, apesar de existirem poucos estudos sobre o território São Domingos, a pesquisa de doutorado feita por Ferreira (2009) também aponta para a presença de povos indígenas na região. Além do mais, neste estudo de campo, ao analisar as entrevistas, também observou-se a existência desses povos no território do Sapé do Norte e, principalmente, da comunidade São Domingos.

[...] e aí ela disse que era eu acho eu lembro que ela falava que era bisavó dela e a minha vó pelo jeito assim ela era meio *enraçada* mesmo esse povo porque a minha vó o cabelo dela era o cabelo dela era aquele poquim só que era lisim eu lembro direitim que ela partia assim na frente fazia duas trança uma aqui ôta aqui cê oiava que ela tinha a [foto] ela tinha o rostão grande cê oiava e só via o rosto má cabelo mesmo só tinha o casco e ela mesmo falava que era cabocra acho que era a avó dela não sei que era cabocra foi que assim por exemplo eis e tinha parente delas que era desse povo que vivia lá só que o povo eis num chegou a conhecer eles e nem eles[...] (entrevista com Dona Luzia – Comunidade de São Domingos, realizada por Jardiléia Pereira Borges, em março de 2020)

Assim como, também relatam seu Silvestre, 86, e sua esposa Dona Gonçalina, 75, da Comunidade São Domingos: “A minha avó Eugênia era Tapuia. Tapuia que eles falam é índio”. (FERREIRA, 2009, p. 68) Berto, 62 anos, da Comunidade São Domingos, afirma que sua avó era “*Tapuia Preta*” e andava muito rapidamente por dentro da mata.

A informação acima foi retirada do livro “Donos do lugar”, de Ferreira (2009), e das escutas transcritas nessa pesquisa. Observou-se nas leituras e memórias, a existência dos povos indígenas nesse espaço e também na genealogia dos moradores da comunidade, conforme descreve Simone Ferreira no estudo territorial do Sapê do Norte.

1.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Estima-se que os primeiros dados sobre os quilombos no estado do Espírito Santo foram registrados no século XIX, nos anos de 1814 a 1817, “quando o viajante conhecido como príncipe Maximiliano Wied-Neuwied escreveu sobre os escravizados da Fazenda do Campo e Fazenda Engenho Velho, próximas à então Vila de Guarapari” (OLIVEIRA, 2011, p. 145). Com a morte do proprietário dessas fazendas, os escravizados se rebelaram, passaram a trabalhar menos, pois consideravam-se livres, e recusavam a obedecer a uma nova ordem administrativa, formando assim, os quilombos. O príncipe Maximiliano ficou impressionado com a organização e a recepção dos ex-escravizados das fazendas Campo e Engenho Velho, assim, denominou-a como República Negra e esta contava com cerca de 600 integrantes (OLIVEIRA, 2011).

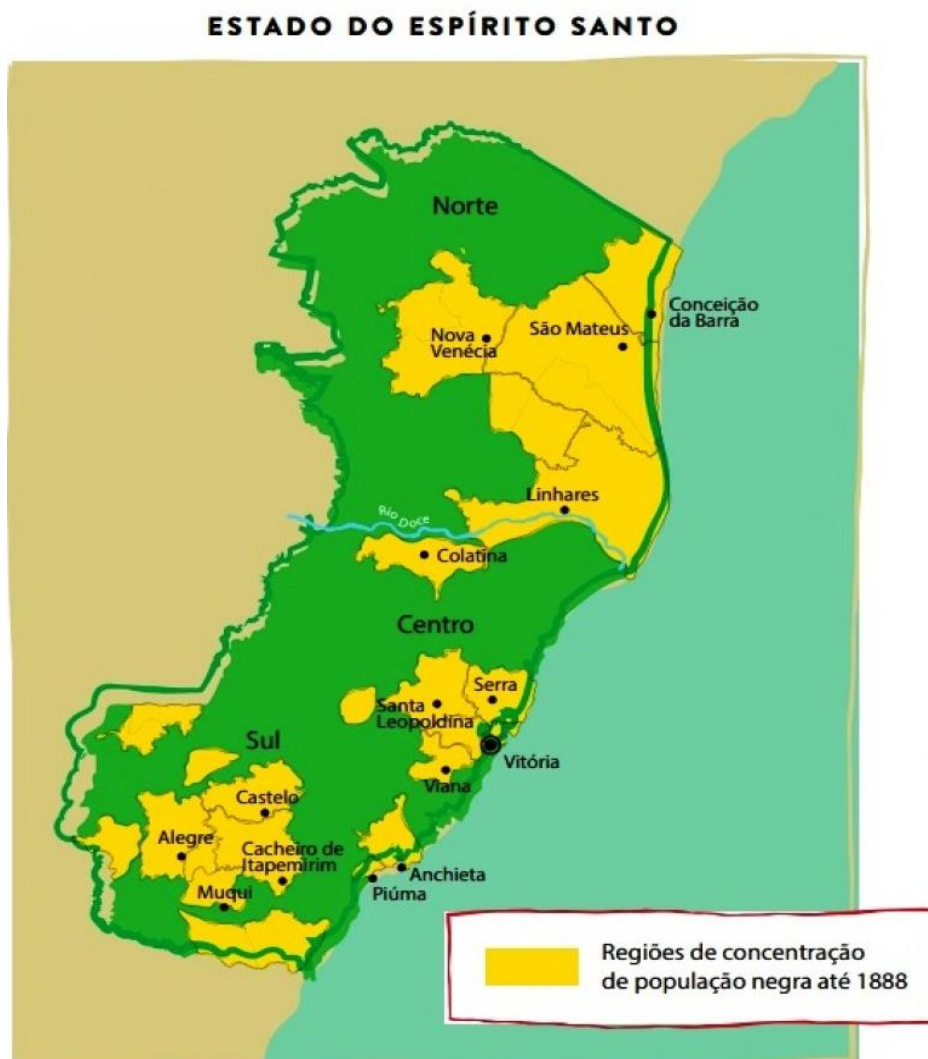
A Lei Eusébio de Queiroz n. 581, art. 1º, aprovada em 1850, proibia a entrada de escravos no Brasil, pois a pretensão era acabar com o tráfico no Brasil. Antes dela, tratados que foram assinados por pressão da Inglaterra ficaram marcados como “leis para inglês ver”, já que, na prática, as autoridades locais eram comparsas na ilegalidade no processo de escravização.

Sobre a configuração populacional do E.S e a relação com as comunidades quilombolas presentes no estado, Maciel (2016) afirma que após 1850, muitos navios com escravizados desembarcavam nas proximidades de São Mateus, no norte, e na

região de Cachoeiro de Itapemirim. Como consequência, essas duas regiões eram consideradas as principais áreas de contrabando e desembarque de escravos clandestinos e, por esse motivo, o estado do Espírito Santo possui algumas regiões com influências mais fortes da herança cultural africana.

Dentre essas regiões, destacam-se três áreas de grande concentração populacional dos ex-escravizados com uma forte presença cultural negra, são elas: o norte litorâneo, tendo São Mateus como principal polo; o sul, Cachoeiro de Itapemirim; e a região central, Vitória, área de influência econômica do estado.

Mapa 4 – Regiões de concentração de população negra até 1888



Fonte: Divulgando há 16 anos Cultura e História Capixaba (2020)

Um fator importante em relação aos últimos tempos do tráfico é que o último navio negreiro foi capturado no Porto da cidade de São Mateus, conforme relata Cleber Maciel:

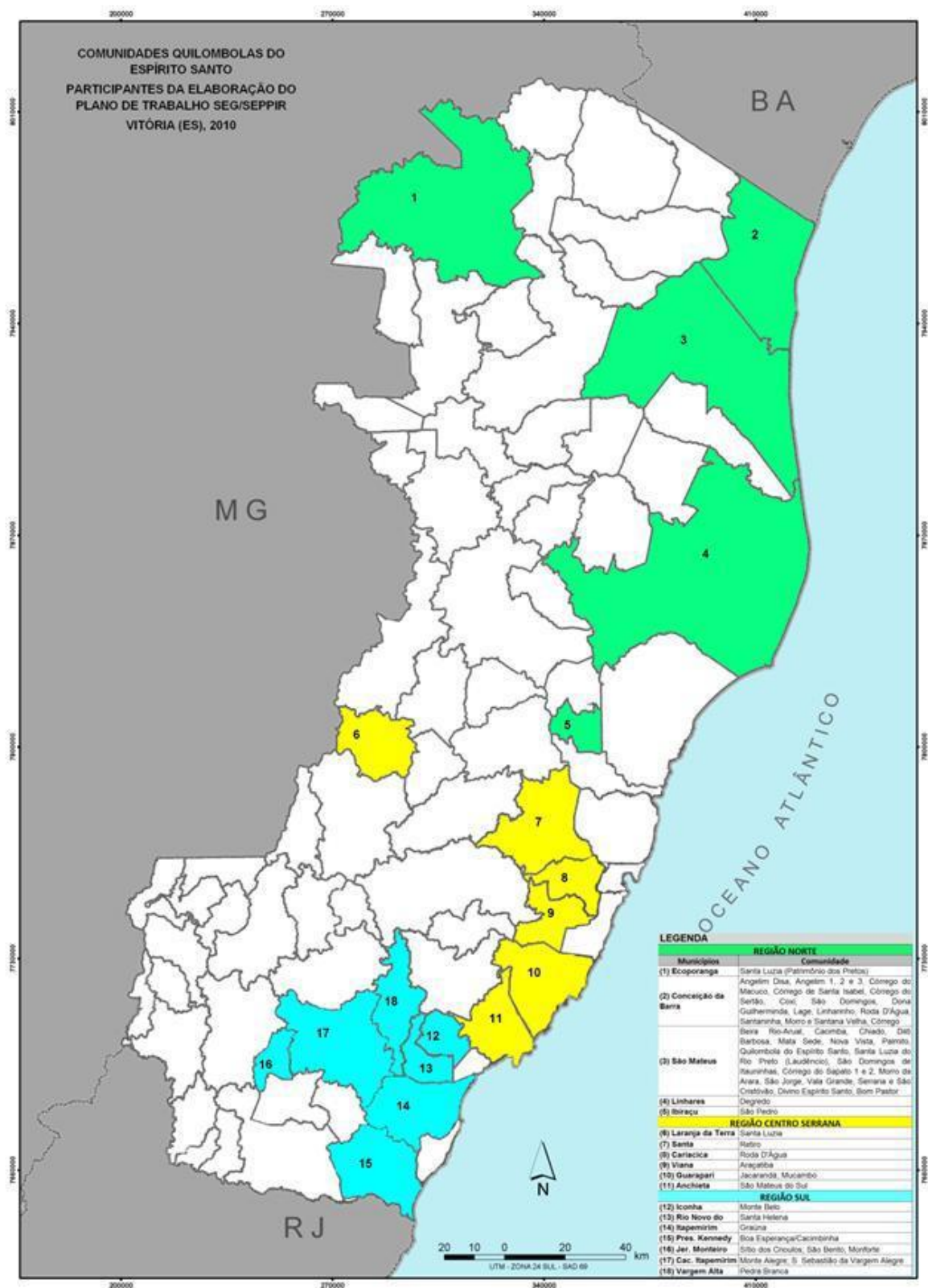
Muitos escravos também foram comercializados nas proximidades de Vitória. Em março de 1851, foi aprisionado um navio que fazia o desembarque de 120 escravos, vindos da África, nos portos de Itabapoana e Piúma. Ao mesmo tempo, os traficantes se vangloriavam de não temerem a justiça. Já em 20 de janeiro de 1856, foi aprisionado o navio Mary Smith, com 350 escravos africanos que iam ser vendidos em São Mateus. (MACIEL, 2016, p. 108).

Como justificado acima, muitos africanos vieram para o estado do E.S, e com os quilombos, formaram-se as comunidades quilombolas nesse território.

Após o fim legal da escravidão, em 13 de maio de 1888, passaram a ocorrer conflitos de terra em diferentes regiões do Espírito Santo, entre os descendentes de escravizados e os de senhores (*fazendeiros*), quase sempre os primeiros perdendo suas terras para os segundos. Oliveira (2011, p. 149) acrescenta que “conflitos de terra ocorreram também entre essas comunidades negras e os descendentes de imigrantes alemães e italianos, como verifiquei que aconteceu em Retiro, no ano de 1964 e no início da década de 1980”.

De acordo com a Fundação Palmares (2021), verifica-se que o estado possui, atualmente, 41 comunidades quilombolas certificadas, 13 destas estão localizadas nos municípios de Vargem Alta, Cachoeiro de Itapemirim, Santa Leopoldina, Presidente Kennedy, Fundão/Ibiraçu, Jaguaré, Itapemirim, Linhares, Montanha, Jerônimo Monteiro, Guarapari e Guaçuí. E mais 28 comunidades certificadas na região do Sapê do Norte – São Mateus e Conceição da Barra. Estima-se que o estado abriga, ao todo, 56 comunidades no total, pois ainda existem comunidades que não estão reconhecidas. Segue abaixo, o mapa com as comunidades quilombolas presentes no Espírito Santo.

Mapa 5 - Comunidades quilombolas no Espírito Santo



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves, 2009.

Tabela 4 - Legenda do mapa 5 - Comunidades quilombolas no Espírito Santo

REGIÃO NORTE	
Municípios	Comunidades
(1) Ecoporanga	Santa Luzia (Patrimônio dos Pinhões)
(2) Conceição da Barra	Angelim, Angelim 1, 2 e 3, Córrego do Macuco, Córrego de Santa Isabel, Coxi, São Domingos, Dona Guilhermina, Laje, Linharinho, Roda d'água, Santaninha, Morro e Santana Velha, Córrego
(3) São Mateus	Beira Rio-Arural, Cacimba, Chiado, Dilô Barbosa, Mata Sede, Nova Vista, Palmito, Quilombola do Espírito Santo, Santa Luzia do Rio Preto, São Domingos de Itauninhas, Córrego do Sapato 1 e 2, Morro da Arara, São Jorge, Vila Grande, Santana e São Cristóvão, Divino Espírito Santo e Bom Pastor
(4) Linhares	Degredo
(5) Ibiraçu	São Pedro
REGIÃO CENTRO SERRANA	
(6) Laranja da Terra	Santa Luzia
(7) Serra	Retiro
(8) Cariacica	Roda d'água
(9) Viana	Aracatiba
(10) Guarapari	Jacaranda, Mocambo
(11) Anchieta	São Matheus do Sul
REGIÃO SUL	
(12) Iconha	Monte Belo
(13) Rio Novo do Sul	Santa Helena
(14) Itapemirim	Grauna
(15) Pres. Kennedy	Boa Esperança – São Jorge
(16) Jerônimo Monteiro	Sítio dos Crioulos, Sertão

(17) Cachoeiro de Itapemirim	Monte Alegre, São Sebastião da Vargem Alta
(18) Vargem Alta	Pedra Branca

Fonte: autoria própria (baseada no mapa das comunidades quilombolas do E.S, ano de 2009)

Importante relatar que, de acordo com a Fundação Palmares, ainda na década de 70, pelo menos 12 mil famílias de quilombolas habitavam o norte do Estado. Atualmente, existem 1,2 mil famílias na região, que resistem entre os eucaliptais, canaviais e pastos. De acordo com a Fundação Palmares, em todo o Espírito Santo existem cerca de 100 comunidades quilombolas. (PALMARES, 2009).

Destaco aqui, nesta breve apresentação do território quilombola do estado, a importância dos trabalhos acadêmicos, afinal, são eles que auxiliam os órgãos públicos na delimitação, reconhecimento e mapeamento das comunidades quilombolas. Exemplificando, o levantamento das primeiras informações etnográficas feitas pelo pesquisador Osvaldo Martins de Oliveira (2005) que, em sua pesquisa de mestrado, teve como lócus de pesquisa a comunidade de Retiro, em Santa Leopoldina – E.S, e após a conclusão do estudo, os dados foram enviados para a Fundação Palmares e à Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) para que o território fosse indicado ao reconhecimento e aquisição dos direitos.

Cabe dizer, que o estado do Espírito Santo possui um projeto chamado *Territórios Quilombolas*, que também contribui para o reconhecimento das comunidades quilombolas. A comunidade de São Pedro, em Ibirapu, por exemplo, foi certificada, com um total de 500 hectares e neste território vivem 24 famílias. Em Monte Alegre, Cachoeiro de Itapemirim (sul do Estado), com o mesmo procedimento, foi certificada com um território de 1,5 mil hectares, onde vivem 102 famílias negras.

1.3.1 Quilombolas no território do Sapé do Norte

Como região que abriga o lócus dessa pesquisa, apresento a Região do Sapê do Norte, que está situada no norte do estado do Espírito Santo, abarcando uma grande área dos atuais municípios de Conceição da Barra e São Mateus, localizada ao longo dos rios Cricaré e Itaúnas. Essa região se inseria na economia da Colônia em termos

produtivos e comerciais como um local de parada e abastecimento para os navios que cortavam entre o Rio de Janeiro e a Bahia.

O povoamento colonial do Espírito Santo, ainda no século XIX, concentrava-se ao sul do rio Doce, em que o norte, região do Sapê, permanecia distante pois tratava-se de uma região coberta por florestas, habitada pelos povos indígenas e também por comunidades de negros fugidos da escravidão.

A pesquisadora Patrícia Rufino afirma que “O sapê, refere-se a uma planta nativa que representa a metáfora vegetal da resistência política das comunidades negras rurais ao sistema escravista, até o final do século XIX, e a monocultura de eucalipto a partir da década de 1960” (ANDRADE, 2013, p. 88). Falar do “Sapê do Norte” é rememorar as origens desse lugar. A expressão “Sapê do Norte” nos convida a remeter-se ao território negro, em suas origens e projeções. O espaço onde vivem os moradores dessa região traz traços profundos da negritude. O território se organiza em sítios familiares que entrelaçam o grau de parentesco e compadrio, efetivando, assim, em redes de religiosidade, solidariedade, festas e outras ações que remontam a uma história comum, cuja recordação alcança os tempos da escravidão.

A origem dessas comunidades do Sapê remonta à existência de uma sociedade colonial escravocrata (séculos XVI a XIX) e ao desenvolvimento de formas próprias de organização e apropriação da natureza, até meados do século XX. (PASINI, 2014, p. 14).

No século XIX, existiam nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, vários quilombos, estes que ainda hoje, “continuam existindo com cerca de 30 comunidades quilombolas rurais, que se definem como tais” (OLIVEIRA, 2011, p. 145). Como exemplo, os casos do Bairro Quilombo Novo em Sant’Ana, Linharinho, Córrego dos Pretos e outras localidades do grande território quilombola do Sapê do Norte. De acordo com a Fundação Palmares, no ano de 2015, foram certificadas com a categoria de Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) as seguintes comunidades:

Beira-Rio e Arural, Cacimba, Chiado, Córrego Seco, Dilô Barbosa, Mata Sede, Nova Vista, Palmito, São Cristóvão, São Domingos de Itauninhas, Serraria e as comunidades de São Domingos e São Jorge, localizadas entre os municípios de São Mateus e Conceição da Barra (FCP, 2016). A comunidade de São Jorge é composta por diversos núcleos, dentre os quais Morro das Araras, Vala Grande, Córrego do Sapato I e II. No município de Conceição da Barra a territorialidade do Sapê do Norte abrange as comunidades de Monte Alegre, Angelim I, II e III, Angelim Disa, Córrego do Macuco, Córrego do Sertão, Córrego Santa Izabel, Coxi, Dona Guilhermina, Linharinho, Roda D’Água, Santana, Santaninha, sendo estas já certificadas

pela Fundação Cultural Palmares. Até maio de 2016 as comunidades de Córrego da Angélica e Morro da Onça, em Conceição da Barra e a comunidade de Divino Espírito Santo, em São Mateus, encontravam-se em processo de certificação (BARBOSA, 2017, p. 67).

De acordo com os dados recolhidos no INCRA, através da tabela de dados das comunidades certificadas do Espírito Santo, até o ano de 2020, foram certificados na região do Sapê, 24 comunidades quilombolas: Angelim e diversos núcleos; Linharinho, São Jorge, São Domingos, São Cristóvão, Roda d'água, Nova Vista, Dilô Barbosa, Cacimba, Coxi, Chiado, Córrego Seco, Córrego do Sertão, Mata Sede, Beira-Rio Arural, Santaninha, Santana, Córrego Santa Izabel, Dona Guilherminda, São Domingos de Itauninhas, Porto Grande, Córrego do Alexandre, Morro da Onça e Divino Espírito Santo.

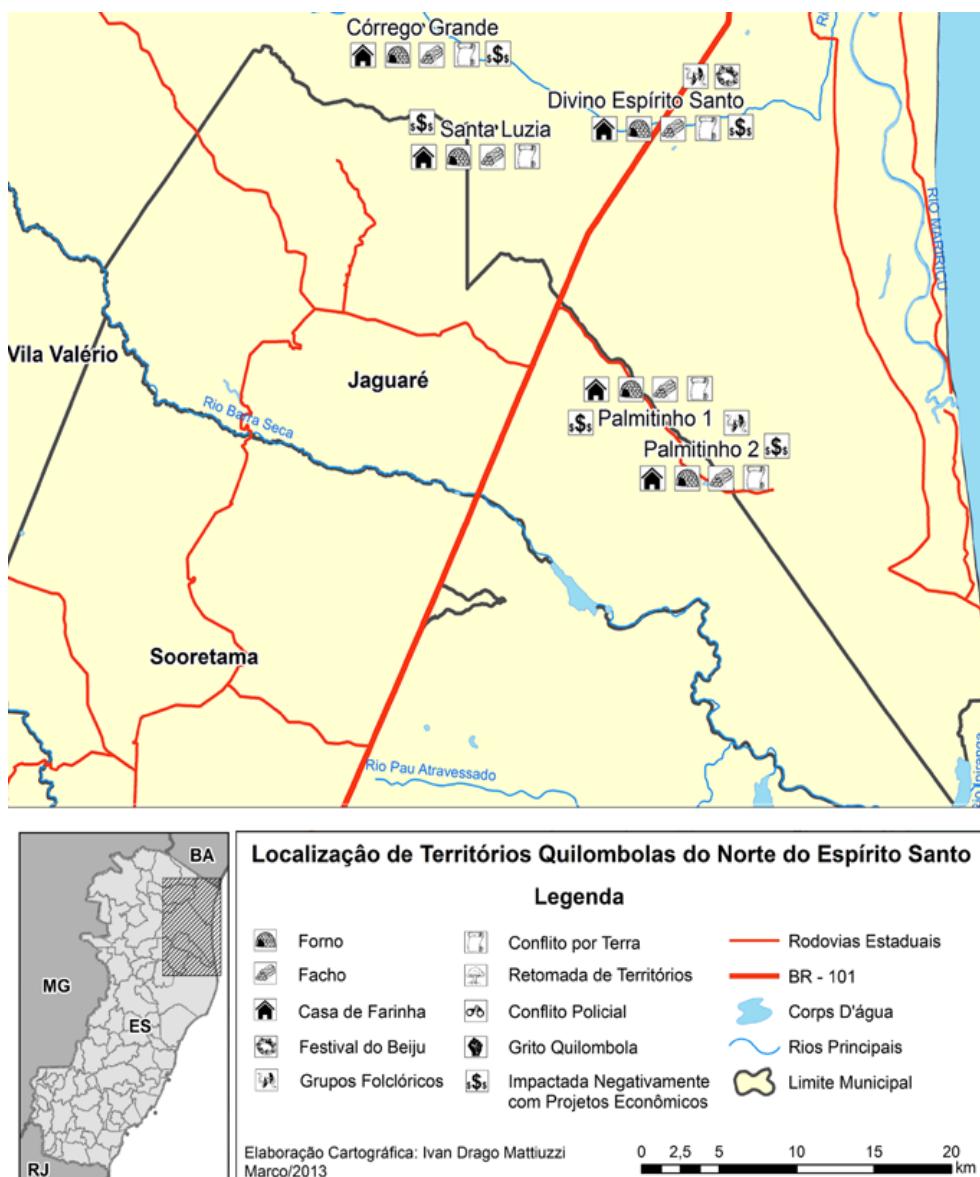
Nos mapas abaixo, apresento as comunidades quilombolas da região do Sapê do Norte, em destaque os municípios de Conceição da Barra e São Mateus.

Mapa 6 – Mapa das comunidades quilombolas da região Norte



Fonte: Cartografia Social das comunidades Quilombolas (2013)

Continuação do mapa 6 - Comunidades quilombolas da região Norte



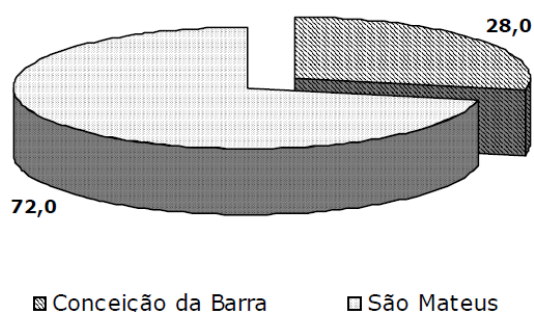
Fonte: Cartografia Social das comunidades Quilombolas (2013)

O município de São Mateus, intitulado como o mais antigo do país e berço do período escravocrata, tem como principais características econômicas: a agricultura, a pecuária e a fruticultura, que são atividades fortes na cidade. De acordo com o site do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), os primeiros colonizadores portugueses chegaram a São Mateus por volta de 1544 e sua nomeação ocorreu no dia 21 de setembro, início da colonização europeia.

Já a cidade de Conceição da Barra é denominada como uma das cidades mais antigas do estado. Foi fundada a partir do porto da Barra, no ano de 1554, com a chegada

dos portugueses e sua emancipação, na data de 06 de outubro de 1891. Os portugueses vinham do mar e aportavam ao norte de um grande rio, que os indígenas chamavam de Kiri-Kerê. Com receio do ataque, os europeus continuaram no litoral. Todavia, os indígenas que moravam na região pertenciam ao agrupamento indígena chamado, Guaianá⁶.

Mapa 7 – Distribuição da amostra das Comunidades Negras do Sapê do Norte por município.



Fonte: Koinonia (2005)

Os dois municípios são bastantes distintos em termos de tamanho populacional. O município de São Mateus chega a ser 3,4 vezes maior em termos populacionais que o município de Conceição da Barra. Mas, analisando apenas a população rural, essa diferença diminui um pouco, pois a população rural de São Mateus é 2,9 vezes maior que Conceição da Barra (KOINONIA, 2005, p. 13).

Conforme os dados presentes na pesquisa do observatório quilombola Koinonia (2005, p. 13), os municípios de Conceição da Barra e São Mateus representam apenas 3,8% da população total do Estado do Espírito Santo. Mas em termos de área, compreende-se 7,30% de todo o território estadual. Vale ressaltar que a importância relacionada à população de Conceição da Barra e São Mateus aumenta se for

⁶ Guaianases representa a população brasileira, pois começou com os indígenas, depois eles se misturaram com os brancos, como os portugueses que aqui chegaram. Depois houve uma miscigenação com os negros, com os imigrantes europeus, e diferentes raças, e também com o próprio povo brasileiro que veio do norte, do nordeste, de minas, enfim de outros estados para cá. Então, há uma mistura de grupos étnicos formando um mosaico. Essa mistura é a marca de São Paulo, que fica muito visível aqui em Guaianases. Os índios Guaianás, segundo pesquisas, eram nômades e viviam da caça, pesca e coleta de frutos silvestres, ou seja, quando os recursos de uma região se esgotavam, eles caminhavam para outra, diferente de outras tribos, eles não habitavam em ocas, e sim tinham o hábito de viver em covas forradas com peles de animais e ramos. A chegada dos brancos e jesuítas trouxe desentendimento. Por volta de 1820, os índios estavam extintos e a terra encontrava-se em mãos de particulares. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/>

considerada apenas a área rural. “Neste caso, a participação dos dois municípios chega a ser 4,50% da população rural total do Estado” (KOINONIA, 2005, p. 13).

A paisagem constituída pela Mata Atlântica foi substituída pelo eucalipto; pelo desenho e a abertura de novas estradas para transporte de madeira e maquinário agrícola; o aterramento de lagos e nascentes; a transformação do clima com a queda dos índices pluviométricos; o sumiço de mais de 100 córregos e a contaminação de outros tantos por agroquímicos; a demolição de escolas e farinheiras, casas e equipamentos comunitários; além das intimações e despejos obrigatórios, provocaram um êxodo rural sem precedentes (CALAZANS, 2010).

Segundo Calazans (2010, p. 8), nos últimos 40 anos, o rumo histórico e ambiental do Sapê do Norte esteve diretamente ligado à capacidade de “produzir fibras homogêneas para o consumo de papel nos países do Norte, seguindo um padrão produtivo predatório e um modelo agrícola devastador”. Implantadas a partir dos anos 1970, as empresas do agronegócio do eucalipto (Aracruz/ Fybria/Votorantim, Suzano, Plantar, Veracel, Stora Enso, Jakko Poyre) foram os responsáveis por uma violenta e brusca transformação da paisagem do Sapê do Norte.

Conforme dito acima, a região do “Sapê do Norte” apropria-se de um processo conflitante em esfera agrária, ambiental, étnico-racial e cognitivo, desde os “tempos do cativeiro”. Por isso, muitos sentidos do Sapê vêm sendo reapropriados e recriados pelas comunidades negras locais, cuja resistência é fortalecida por meio da composição quilombola. Deste modo, o Sapê regressa ao significado histórico próprio deste povo que, mesmo diante de tantas dificuldades, resiste e reforça a sua identidade e conquista pelo território: “da mesma maneira que o sapê ‘queima aqui e brota lá’, a territorialidade negra do Sapê do Norte renasce em conflito com os padrões hegemônicos” (FERREIRA, 2009, p. 07).

“Uma curiosidade é que destinatária de uma tradição secular, sob claro protagonismo das mulheres, a maior parte das 1.200 famílias quilombolas do Sapê planta e cria diversificadamente” (CALAZANS, 2010, p. 09). Essas famílias pesquisam e conservam espécies de mandioca, milho, feijão, melancia, abóbora, quiabo, maxixe, coco, manga, jaca, cajá, banana. Reproduzem costumes tradicionais e experienciam técnicas de manejo. E através da comunicação, acessam a comercialização nas feiras

locais e regionais e possibilitam contínuas trocas de sementes e práticas agrícolas, criando uma rede informal, todavia de extrema habilidade social.

As práticas festivas presentes na região se destacam pela força em manter as tradições; as brincadeiras ou manifestações culturais são conduzidas pela criação musical, poética, plástica e lúdica, e vinculadas à devoção religiosa (FERREIRA, 2009). Desse modo, as “brincadeiras” proporcionam divertimento e seriedade. Nas comunidades, as brincadeiras com presença da devoção são representadas pelo Baile de Congo de São Benedito, o Samba, o Jongo, Reis de Boi, a Marujada e o Alardo, Quadrilha e a Careta.

Figura 1 - Congo



Fonte: conceicaodabarra.es.gov.br (2020)

Figura 2 – Reis do boi



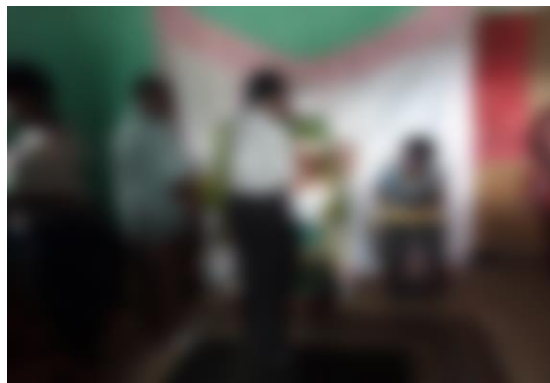
Fonte: conceicaodabarra.es.gov.br (2020)

Figura 3 – Jongo de São Bartolomeu



Fonte: conceicaodabarra.es.gov (2020)

Figura 4 – Ladainha



Fonte: autoria da pesquisadora (2019)

Figura 5 – Festa Junina das comunidades do Sapê do Norte



Fonte: governo.es (2020)

Figura 6 - Ticumbi



Fonte: conceicaodabarra.es.gov (2020)

Pela observação do que foi apresentado até aqui, a cultura, as memórias e as vivências são referências e caminhos para a construção de um território linguístico nesse espaço quilombola, que iremos detalhar no próximo capítulo, em que todo esse patrimônio imaterial nos revela aspectos importantes para a linguagem. Simone Ferreira (2009, p.263) afirma que o território se dá por uma relação de humanidade com o espaço em que representa a identidade de um povo. Gomes (2012, p. 43) diz que “identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural”. Assim, o étnico é construído por questões práticas, num processo relacional que atravessa a cultura e a língua na região do Sapê do Norte.

Apresentamos neste capítulo um panorama dos territórios quilombolas no Brasil, contando um pouco da história da escravização no país. Apresentamos os territórios quilombolas no estado do Espírito Santo, com enfoque no território do Sapê do Norte,

região da comunidade São Domingos, lócus de pesquisa, que será apresentada no capítulo dois desse estudo.

2 COMUNIDADE QUILOMBOLA RURAL “SÃO DOMINGOS” – SAPÊ DO NORTE

Figura 7 – Entrada da comunidade São Domingos



Fonte: autoria da pesquisadora (2019)

O espaço em que nasce a Comunidade quilombola São Domingos, lócus dessa pesquisa, está intrinsecamente relacionado à trajetória de ocupação do norte do estado do Espírito Santo no período da colonização.

No norte do Espírito Santo, as sesmarias passaram a configurar a ocupação colonial a partir de meados do século XIX, que deveria ser efetivada por meio da derrubada das matas e o estabelecimento de fazendas de cultura (FERREIRA, 2009, p. 52).

Dentre aqueles de origem portuguesa que chegaram ao território do Sapê do Norte, a família Cunha teve presença marcante na dominação colonial que aí se fez por meio de fazendas escravagistas, situadas ao longo dos vales dos rios Cricaré e Itaúnas. A família Cunha estabeleceu-se em inúmeras localidades do norte do Espírito Santo por meio da produção da farinha de mandioca, do açúcar e do café, além do benefício de algumas espécies de madeiras nobres da floresta.

Dentre estas fazendas, destacam-se as de Dona Rita Maria da Conceição Cunha e de seu marido, o Comendador Antonio Rodrigues da Cunha – situadas junto ao Córrego São Domingos; bem como a de seu filho, o Major Antonio Rodrigues da Cunha – situada na Cachoeira do Cravo, junto ao rio Cricaré; e a de Marcelino Cunha – situada junto ao rio Itaúnas. (FERREIRA, 2009, p. 52).

A memória local indica a Dona Rita Maria da Conceição Cunha como proprietária de uma fazenda escravocrata situada às margens do Córrego do Caboclo, afluente do São Domingos. “Esta fazenda foi uma grande produtora de farinha de mandioca com

o uso do trabalho escravo e ainda apresenta os vestígios de um antigo cemitério de escravos, um cafezal e um curtume” (FERREIRA, 2009, p. 52).

Logo após a colonização, foram feitas “doações” de porções de terras dos senhores aos escravizados, momentos históricos que são lembrados por moradores do Sapê do Norte, como o seu Astério Alacrino, 75 anos, um grande contador de histórias do Sapê do Norte (falecido em 2008), morador da Comunidade São Domingos, que relembra que seus avós, Rufino e Vitorina, africanos escravizados, receberam terras do Senhor Neves na localidade “*Palhal*” e as transmitiram para sua mãe, Maria Vitorina (FERREIRA, 2009).

A comunidade rural quilombola “São Domingos” é localizada em Conceição da Barra e São Mateus/ES, composta por 144 famílias e caracterizada como uma das comunidades mais antigas da região. Ela se qualifica como uma das mais populosas do Sapê, localizada às margens da BR-101, que liga o Espírito Santo ao Extremo Sul da Bahia. A Comunidade recebeu esse nome, São Domingos, em homenagem ao córrego São Domingos. É neste território que acontece a maioria dos eventos do Sapê do Norte, isso porque o lugar é de fácil acesso para o encontro das demais comunidades.

Figura 8 – Comunidade São Domingos



Fonte: autoria da pesquisadora (2019)

Conforme dito acima, o rio São Domingos, cortava as comunidades próximas: Linharinho e Santana. Como lembram os moradores, era um córrego que dava

sustento a todos os residentes das comunidades adjacentes através da pesca e água limpa para as plantações.

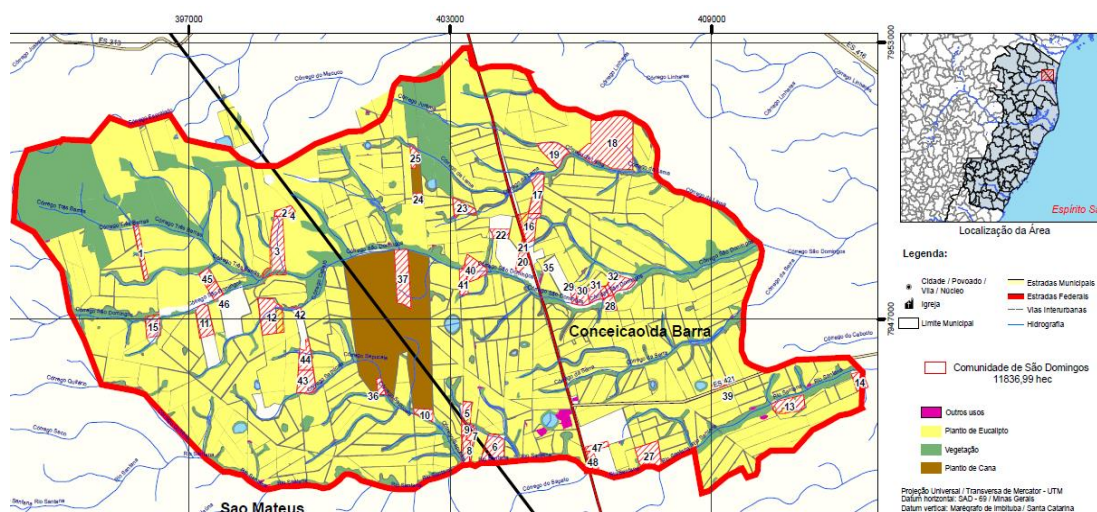
Ah... sim que antigamente assim não tinha eh pessoá vem dizer assim com'ê é nome desse daqui são domingos corgo São Domingos era só isso depois de 2003 que reconheceu como comunidade... comunidade quilombola de São Somingos que a antiga a gente falava que era... era o endereço como era o endereço córrego são domingos endereço córrego São Somingos (entrevista com a representante da Comunidade de São Domingos, realizada por Jardiléia Pereira Borges em fevereiro de 2020)

Infelizmente, como citado, o verbo *era* está no passado, pois com a chegada das empresas nesse território, o córrego São Domingos sofreu consequências ambientais catastróficas, e com isso prejudicou o recurso hídrico da comunidade. O território dessa comunidade, segundo o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), compõe uma área/ha de 11. 603, 2573 (INCRA, 2019, p. 15).

quando a gente... quando o inca fez o primeiro levantamento aí a comunidade foi o território da comunidade era... era é dois mil quinhentos hectári só que teve umas família que não concordaro não quisero essas familia ficou fora então o inca voltou pra fazer o segundo levantamento assim medino a propriedade dessas família que não quis ficar e saiu fora tendeu essas família ficou fora (...) aí eles fizeram ôtu assim ôta medição e aí ficou é 11mil e 603 hectari e eh 144 família dentro da (...) a dentro dessa 11.603 hectári (/) (entrevista realizada na comunidade de São Domingos, realizada por Borges em janeiro de 2020).

O reconhecimento da comunidade São Domingos aconteceu entre os anos de 2004 a 2006, por meio dos trabalhos de campo que originaram o *Relatório Técnico de Identificação e Delimitação Territorial da Comunidade Quilombola de São Domingos e Santana* (2006) e também proporcionaram uma profunda interação dos pesquisadores e a comunidade em questão (FERREIRA, 2009, p. 24).

Mapa 8 – Projeto de Regularização do Território Quilombola - Comunidade São Domingos



Importante dizer que o território da comunidade está registrado desde 2005, porém, ainda não foi totalmente demarcado. Ele ainda está passando por reformulações, pois, de acordo com a liderança do São Domingos, o mapa atual não mostra o espaço da comunidade como deveria. A informante relata que o mapa, em construção, por nome “Expedição São Domingos”, será uma reconstrução histórica que trará a paisagem real, isto é, antes da chegada das empresas ao local, com um território de muita mata, córregos e sem os eucaliptos ao redor. A saber, a própria comunidade está refazendo o antigo mapa, através das memórias dos moradores de São Domingos, recolhendo informações para mostrar o território da comunidade como era antigamente. Após concluir esse desenho ou paisagem, será feito um projeto para efetivação do mapa de São Domingos junto aos órgãos competentes. A previsão para sua conclusão será no fim do ano de 2021, após a elaboração final desse texto.

O território quilombola é marcado pela presença feminina em todas as comunidades do Brasil, assim também acontece no Sapê do Norte, região em que a representatividade das mulheres é destacada como lideranças nesse lugar. A força delas tem crescido nesses espaços, como ressalta o coletivo de mulheres da CONAQ:

As mulheres quilombolas têm assumido a tarefa de estabelecer um intenso diálogo contra a violência nos quilombos do Brasil, pautando suas especificidades e a conjuntura atual, que torna essa violência mais frequente e evidente. Nossa busca é apontar desafios dessa luta, focando sobretudo nas mulheres quilombolas (COLETIVO DE MULHERES DA CONAQ, 2020, p. 46).

A representante da comunidade São Domingos é representadora da comunidade desde quando ela iniciou o reconhecimento deste lugar, no ano de 2004. Ela relata que fez parte da mobilização do reconhecimento e, nesse tempo, ficou na liderança para representar a comunidade. É por meio das memórias referentes aos seus pais e avós que Luzia descreve, com alegria, as lutas em sua trajetória de vida para conquistar os direitos do povo da comunidade.

Figura 9 – Placa da comunidade São Domingos



Fonte: autoria da pesquisadora (2021)

Outra figura importante para a comunidade é o Guardiã da Terra, em que, na comunidade São Domingos, os responsáveis são a Dona Luzia e seu esposo, seu Jorge Blandino. No ano de 2019, em uma das reuniões que unem os quilombolas do Brasil, foram premiados com uma placa escrita “Guardiões da Terra”, um reconhecimento que, pela primeira vez, estabelece aos representantes das comunidades São Domingos, Linharinho e São Jorge, a responsabilidade de proteger a terra. O objetivo dessa titulação é confiar a essas pessoas o território das comunidades para que possam cuidar da terra, preservando-a, reflorestando-a, protegendo as nascentes e córregos, como também incentivar e amparar os moradores na plantação e colheita.

A comunidade de São Domingos é composta por famílias que ainda hoje resistem a toda opressão, exclusão social e econômica. Um povo que se une conscientemente

para a conquista e permanência dos seus direitos e ainda assim, buscam fortalecer tudo o que foi construído ao longo da história de existência nesse território.

Sobre a opressão, vale lembrar do acontecimento de novembro de 2009, envolvendo o governo do Estado do Espírito Santo e a comunidade São Domingos. Foi realizada, na região do Sapê, “uma operação policial contra os quilombolas da comunidade São Domingos do Norte, acusados de roubo de eucalipto pela ex-Aracruz Celulose, recém denominada Fíbria” (BISPO, 2015, p. 11). Nessa operação, o governo do Estado, disponibilizou um aparato de guerra com cerca de 100 policiais das tropas de choque e do grupo de apoio da Polícia Militar, todos estavam fortemente armados.

Denúncias feitas contra a operação relatam que a polícia recebeu apoio de funcionários da empresa e, além disso, utilizou um lugar próximo às instalações da Fíbria. Cerca de quarenta pessoas da comunidade foram presas e encaminhadas para a delegacia de Conceição da Barra, mesmo sem provas. “Ficaram detidas das 9 às 18 horas, sem alimentação e sem possibilidade de contato com familiares, advogados ou com outros órgãos públicos” (BISPO, 2015, p. 12). Além de serem presos ilegalmente, algemados e transportados para o outro município, os quilombolas tiveram os celulares apreendidos e também foram fotografados. O porquê das fotos, ainda não se sabe, pois elas não foram incluídas no inquérito policial, de acordo com as investigações do Ministério Público Federal.

A infraestrutura da comunidade São Domingos é organizada e cuidada pelos residentes deste lugar com muito zelo. É composta por poços artesianos ou cisternas, fornecendo água para as 144 famílias que moram ali. O próprio nome da comunidade carrega o de um dos rios, que, antes de ser poluído, sustentava as famílias deste lugar.

A energia da comunidade faz parte do projeto *Luz no Campo*, que com a reformulação, passou a ser chamado de *Luz Para Todos*⁷, criado pelo decreto 4873/2003, no

7 O programa foi criado com o objetivo de promover o acesso de famílias residentes em áreas rurais à energia elétrica, de forma gratuita, acabando com a exclusão elétrica no país, por meio de extensões de rede, implantação de sistemas isolados e realização de ligações domiciliares. O Programa tem priorizado os beneficiários do Programa Brasil sem Miséria, escolas rurais, quilombolas, indígenas, assentamentos, ribeirinhos, pequenos agricultores, famílias em reservas extrativistas, afetadas por empreendimentos do setor elétrico e poços de água comunitários. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/infraestrutura-social-e-urbana/luz-para-todos>

governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Inicialmente, o beneficiário tinha que pagar uma parte para ter a energia instalada, com o *Luz Para Todos*, a instalação foi concluída com êxito e sem custeio para os moradores da comunidade.

O espaço da comunidade pesquisada centraliza todas as outras comunidades do Sapê do norte, pois o acesso é mais fácil e à beira da BR101. Para descrever este lugar, segue a sua composição estrutural: 1 (uma) escola quilombola; 1 (uma) igreja católica; 1 (um) campo de futebol; 1 (uma) casa de farinha; 1 (uma) cooperativa; 1 (um) barzinho; 1 (um) galpão para eventos e 1 (um) parquinho para as crianças brincarem, com escorregador e balanço. Aproximadamente, são 130 casas que estão espalhadas pelo território e que abrigam as 144 famílias, em que algumas delas estão localizadas entre os eucaliptos. Um exemplo disso, é a moradora Eugênia, de 106 anos, que reside aos fundos da comunidade com a sua neta.

2.1 SAÚDE E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Em primeiro lugar, é importante citar que a comunidade de São Domingos não tem posto de saúde. Dessa forma, os habitantes precisam se deslocar para Sayonara, aproximadamente calcula-se uma distância de 9 km do centro da comunidade ao posto, porém, para aqueles que moram em lugares distantes, podem gastar até 25 km para chegar ao posto de saúde.

Ao conversar com os moradores, percebeu-se a indignação com o setor de saúde do município de Conceição da Barra para com os quilombolas de São Domingos. A representante, residente e também “Guardiã da terra”, organizou, com a secretaria de saúde, a vacinação (1ª dose) dos quilombolas contra a COVID-19, que aconteceu no dia 31 de março de 2020. O processo de organização se deu pelo cadastramento dos moradores seguindo, primeiramente, a faixa etária dos mais velhos. A representante diz que a maioria dos quilombolas já tomou a 2ª dose da vacina até o presente momento (julho de 2021).

Sobre a educação, a escola da comunidade quilombola reconhece e valoriza as práticas educativas que acontecem fora do espaço escolar de acordo com a realidade dos discentes. Contudo, a falta de políticas para as escolas quilombolas em

comunidades quilombolas no Brasil, as formações docentes para lidar com os discentes e as famílias quilombolas fazem com que muitas escolas fechem as portas.

A educação quilombola se dá num espaço onde estão vivas grande parte da história afro-brasileira e das memórias que são contadas pelos mais velhos. No entanto, as escolas estão sendo desativadas pelo poder público. Na atualidade, há uma negação de direitos à educação quilombola com o fechamento delas. Serafim (2020, p. 84) afirma que os povos inseridos nos territórios quilombolas “devem receber uma educação integral, na qual o direito ao conhecimento, a valorização e respeito a sua descendência africana, sua cultura e história o tornem cidadãos libertos do processo alienante”, que é criado pelas elites brasileiras.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), baseando-se no Censo Escolar de 2007, o Brasil tem aproximadamente 151 mil alunos matriculados em 1.253 escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos. Quase 75% destas matrículas estão concentradas na região Nordeste.

Uma problemática no ensino brasileiro, e também para as escolas quilombolas, é que o número de profissionais é insuficiente para atender à demanda. Em muitos casos, uma professora ministra aulas para turmas multisseriadas, séries simultâneas, e poucas comunidades têm unidade educacional com o ensino fundamental completo.

Relatando sobre a educação básica, e com enfoque na educação quilombola, é importante pontuar sobre a lei nº 10.639/03, a qual estabelece a obrigatoriedade do ensino em história e cultura afro-brasileira. Uma reivindicação do Movimento Negro junto aos órgãos competentes, que estabelece o direito à igualdade da educação para a população negra, principalmente quando a omissão no currículo escolar é configurada como discriminação racial. O objetivo da Lei é desmistificar e desmentir a história que sempre foi abordada pelos currículos oficiais, permitindo que alunos de todas as etnias construam uma identidade positiva sobre si. (BORGES; CERILLO; SANTOS; 2017, p. 07).

2.1.1 Adentrando os muros da E.M.E.F Mário Florentino

Figuras 10 e 11 – Escola da Comunidade quilombola de São Domingos



Fonte: autoria da pesquisadora (2019)

A comunidade São Domingos, possui uma escola quilombola multisseriada, fundada no ano de 1987, que se divide em duas salas de aula e comporta 13 alunos de diferentes idades e séries. Ela possui três pessoas para compor o quadro de funcionários: duas professoras (da própria comunidade) e uma servente.

Tabela 5 – Dados da escola Mário Florentino

Restrição de Atendimento:	ESCOLA EM FUNCIONAMENTO E SEM RESTRIÇÃO DE ATENDIMENTO
EMEF MARIO FLORENTINO	
Código INEP:	32016093
UF:	ES
Município:	Conceição da Barra
Localização:	Rural
Localização Diferenciada:	Área Remanescente de Quilombos
Categoria Administrativa:	Pública
Endereço:	BR 101 CORREGO SAO DOMINGOS, S/N° COMUNIDADE SAO DOMINGOS. 29960-000 Conceição da Barra - ES.
Telefone:	(27) 37623054
Dependência Administrativa:	Municipal
Categoria Escola Privada:	Não Informado
Conveniada Poder Público:	Não
Regulamentação pelo Conselho de Educação:	Sim
Porte da Escola:	Até 50 matrículas de escolarização
Etapas e Modalidades de Ensino Oferecidas:	Ensino Fundamental
Outras Ofertas Educacionais:	
Latitude:	-18.5515911
Longitude:	-39.9035073
Consultar IDEB:	http://debescoia.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/32016093

Fonte: (INEP, 2020)

A professora regente, Josineia Serafim Blandino, conta que, além dos conteúdos presentes no currículo escolar, ela busca reavivar a cultura do lugar e rememorar as histórias dos antepassados. Outro fato marcante, é a resistência de alguns pais,

principalmente os evangélicos, ao questionarem a professora sobre trazer para os alunos a história dos cultos religiosos de matriz africana.

a gente trabalha também o projeto Festa Cultural né aí a gente vem trabalhando todos os tipos de festa que tem né trabalha a terra né e aí vem as prantações né aí trabalha a saúde aí vem falar sobre as culinária (...) ou sobre as ervas né aí a gente trabalha dessa forma os projeto que a gente trabalha sobre as manifestações culturais também (entrevista com Josineia – Comunidade de São Domingos, realizada por Borges, em maio de 2020).

Sobre a os falares da comunidade, a professora diz que ainda hoje têm pessoas que falam algumas palavras as quais ela não conhece e tenta encontrar no dicionário para dar significado desses vocábulos aos educandos.

(...) então o que eu vejo é que foi esquecido aqui que né foi se acabando aqui e aí a gente até passa na escola né algumas a gente pesquisa ou alguém fala né e a gente procura o dicionário também e até algumas a gente fala mas não (...) não se (...) não se leva a diante né não faz com frequência entendeu (...) (entrevista com Josineia – Comunidade de São Domingos, realizada por Borges em maio de 2020).

Conforme relato, a docente diz que os mais velhos falavam, e ainda falam, muitas palavras que acredita ser de origem africana, mas isso tem se perdido ao longo do tempo, pois eles não conhecem as línguas africanas que foram faladas neste espaço.

Figura 12 - Escola da comunidade quilombola São Domingos



Fonte: autoria da pesquisadora (2019)

A imagem a seguir ilustrou um momento que foi feito pelos alunos da UFES em parceria com a comunidade e escola quilombola, um momento de diálogos, contação de histórias e apresentações dos estudantes da escola quilombola Mário Florentino. Os alunos apresentaram a cultura e os alimentos que são colhidos na própria

comunidade. Recitaram poemas e, juntamente com os mais velhos, contaram muitas histórias. Neste dia, como pesquisadora, também foi feita uma contação de história do livro “O cabelo de Lelê” e, logo após as apresentações, nos fartamos com muito café e beiju.

Figura 13 – Apresentação da cultura da comunidade



Fonte: autoria da pesquisadora (2019)

Destaca-se que a escola está em processo de reforma. Em 2018, a prefeitura de Conceição da Barra construiu um projeto de sua ampliação para melhorar a infraestrutura. Em 2019, conforme relata a professora regente, a reforma começou a ser realizada, porém, devido à pandemia, a obra parou e as crianças se mantêm estudando em casa com atividades impressas que são entregues para resolução.

2.2 ECONOMIA DA COMUNIDADE SÃO DOMINGOS

Em São Domingos, o trabalho na roça é constituído por uma expressão que descreve os residentes da comunidade e relata a sobrevivência desse lugar; é por meio da “*luta com a terra*” que os moradores recontam as suas vidas, suas vitórias, as festas, os casamentos, permitindo assim, a transmissão desses modos de ser, viver e estar neste território.

A comunidade São Domingos possui uma Cooperativa dos Trabalhadores Rurais e Agricultores da Comunidade Quilombola do Córrego de São Domingos, registrada em 21 de julho de 2014, como atividade de serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita. A cooperativa presta serviços, na área florestal, para a empresa Fibria - antiga Suzano – e, com isso, gera empregos para os quilombolas que residem nesse

espaço e, também, para aqueles que, mesmo morando na cidade, continuam trabalhando no território de origem.

Figura 14 – Cooperativa São Domingos



Fonte: autoria da pesquisadora (2020)

As colheitas de café, feijão, milho e abóbora são exemplos da fonte de renda dos quilombolas, porém, a mandioca é o plantio principal da comunidade. A associação possui, juntamente com a CONAQ, um projeto de entrega de alimentos, produzidos em São Domingos, que são enviados para as escolas para serem servidos na merenda escolar. Também existe, em São Domingos, o projeto CDA – Compra Direto do Agricultor, em parceria com a prefeitura de Conceição da Barra. A liderança relata que: “o que a gente produz, a gente vende”.

Alguns moradores trabalham com a pecuária, isto é, a criação de gado. Em pequena escala, este é outro recurso importante para a economia do lugar, que em parceria com os programas sociais do PNAIC (Programa Nacional Alfabetização na Idade Certa), PAA (*Programa de Aquisição de Alimentos*) e CDA, negociam o fornecimento de leite que gera renda para os residentes da comunidade.

Figura 15 – Alimentos produzidos na comunidade São Domingos



Fonte: autoria da pesquisadora (2020)

Serafim (2020, p. 54) disserta que “a mandioca e seus derivados eram muito difundidos entre os indígenas no Brasil e logo foram incorporados à alimentação dos africanos e seus descendentes que para cá vieram escravizados”. De acordo com Oliveira (2009), no Espírito Santo, a farinha de mandioca tornou-se um dos principais produtos de exportação no século XIX, cultivada em todos os cantos do estado, e foi na Região Norte que a cultura teve maior destaque.

Na casa de farinha construída na comunidade São Domingos são feitos os beijus e a farinha de mandioca. Antigamente, os primeiros fornos das farinheiras eram feitos de pedra ou de barro. Hoje, nesse espaço, as fornalhas são de chapa de zinco e alumínio. Assim como a farinha, a produção do beiju é parte do processo de transmissão cultural ensinado pelos mais velhos aos jovens, não apenas mais um elemento culinário ou de consumo, o que por si só já o justificaria, mas, principalmente, como parte do processo educativo do que hoje é símbolo de resistência e sobrevivência para essas comunidades. Dona Luzia relata que foi a “casa de farinha”, onde trabalhava dia e noite, que alimentou e deu estudos aos seus filhos para que hoje se tornassem graduados e inseridos no mercado de trabalho.

Figura 16 – Caminhão de eucalipto



Fonte: autoria da pesquisadora (2020)

De acordo com os moradores da comunidade, antes da chegada das empresas neste local, os habitantes desse espaço tinham muita fartura na roça. Os córregos eram limpos, não havia eucalipto e todos podiam comer e sobreviver da própria colheita. A guardiã da comunidade retrata que “o eucalipto cresceu e acabou com a terra”. Infelizmente, os córregos foram poluídos e, com isso, a maioria dos moradores tiveram que procurar emprego fora da comunidade, isto é, nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra. Vale ressaltar que muitos desses que se deslocaram para a cidade retornaram ao seu local de origem, pois não se adaptaram em residir fora da comunidade.

2.3 LAZER, RELIGIÃO E FESTIVIDADES NA COMUNIDADE SÃO DOMINGOS

O campo de futebol da comunidade é uma área de lazer que traz times de muitos municípios do norte. Por este lugar, já passaram os times de São Mateus, Jaguaré, Conceição da Barra, Pedro Canário e Pinheiros. Em homenagem ao Fluminense, a comunidade nomeou o seu time de “Fluminense Paraíso”. Antes da pandemia, aos domingos, os jogos eram corriqueiros e havia muita festa para comemorar.

Figura 17 – Campo de futebol da comunidade



Fonte: autoria da pesquisadora (2019)

Como mostrado no capítulo 1, a região do Sapê do norte é um lugar de memórias, onde as brincadeiras e festividades que relembram os antepassados são patrimônios imateriais, em que a transmissão através da oralidade e os ensinamentos são passados de geração em geração. Práticas comuns na região do Sapê do Norte como jongs e dia de reis também contribuem para conhecer o território. Além das práticas que acontecem na comunidade, moradores de São Domingos também participam fora e lideram essas brincadeiras nos espaços externos. Um exemplo disso é o Seu Jorge, grande brincador de folia de reis e Ticumbi, que enche os olhos de saudades, relembrando as festas que faziam antes da pandemia.

A religião é um aspecto muito importante na cultura e no dia a dia da comunidade. Num espaço em que predomina a religião católica, as missas dominicais acontecem uma vez ao mês na igreja de São Domingos.

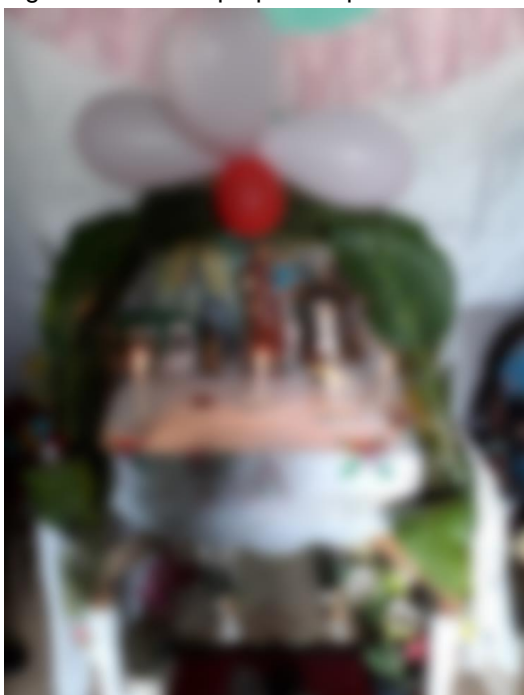
Figura 18 – Igreja da Comunidade São Domingos



Fonte: autoria da pesquisadora (2019)

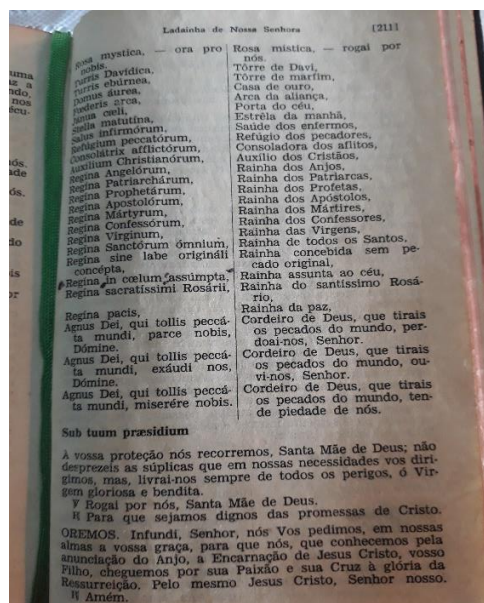
As ladainhas (as orações cantadas) são realizadas em homenagem a alguns santos de devoção dos moradores. Um exemplo disso é o dia 13 de junho, dia de Santo Antônio, em que algumas comunidades se juntam no território de São Domingos para celebrar. Dona Efigênia, devota de Santo Antônio, comemora todos os anos, na comunidade, o seu aniversário com uma ladainha em homenagem ao santo, para cumprir a promessa feita há mais de 30 anos. A senhora conta que foi uma graça muito grande, pois ela tinha uma doença que ninguém conseguia descobrir. Ela acompanha toda a ladainha sentada e com muita alegria. Moradores de outras comunidades participam desse momento da ladainha que é rezada com expressões em latim. Logo depois, tem muita festa e forró.

Figura 19 – Mesa preparada para a ladainha



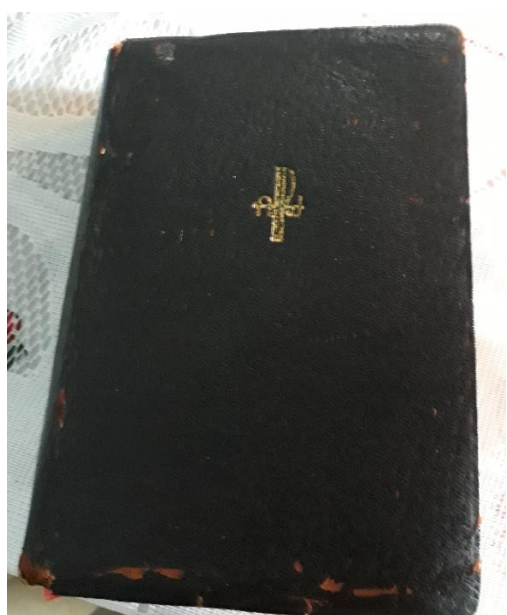
Fonte: autoria da pesquisadora (2019)

Figura 20 – Ladainha em Português e Latim



Fonte: autoria da pesquisadora (2019)

Figura 21 – Bíblia para ladainha

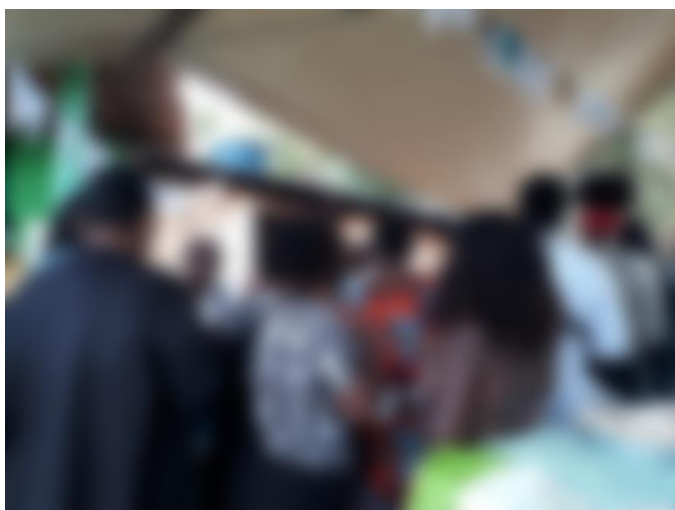


Fonte: autoria da pesquisadora (2019)

Ao acompanhar as ladainhas na comunidade, foi possível observar que os cantadores trazem o sincretismo religioso. Conforme a figura apresentada, as orações são compostas pelo latim e o português. Uma outra característica importante é a musicalidade que, com ritmos sonoros dos tambores, apresentam alguns aspectos africanos, mas ainda assim, preservam a ritualística católica. Um exemplo: a Bíblia, instrumento importante para a “reza”, isto é, a ladainha. Para finalizar, os quilombolas

consideram as ladainhas como prática da cultura africana de muita importância, em que foi criado um projeto de oficinas para ensinar os “mais novos” a rezar as ladainhas e com isso, não perderem essa prática na comunidade São Domingos e Sapê do Norte.

Figura 22 – Festa após a ladainha



Fonte: autoria da pesquisadora (2019)

De acordo com o que foi exposto, pode-se dizer que a análise dos moradores desse lugar, desde os seus antepassados, traz a história da escravidão e da etnia africana, assim, pode-se pensar nas influências africanas nos costumes, religião, culinária e, principalmente, nos falares desse território.

3 ADENTRANDO O SAPÊ DO NORTE: METODOLOGIA

Neste capítulo, descrevemos o trabalho de campo e todo o percurso para conclusão deste estudo. Sua divisão foi organizada em tópicos e se deu da seguinte forma: o tópico 3.1 relata como foi a pesquisa de campo, o deslocamento até a comunidade, observações feitas durante o período das visitas e as gravações das entrevistas. Falamos, nesse subitem, sobre a pandemia, motivo que não só suspendeu a pesquisa de campo, mas parou o mundo todo, mantendo-nos em isolamento e levando mais de quatro milhões de pessoas a óbito. No tópico 3.2, caracterizamos o perfil dos informantes em faixa etária e sexo, o porquê da escolha desses participantes e, principalmente, a opção dos mais velhos para esse estudo. Para fechar o capítulo, no tópico 3.3, apresentamos o *corpus* da pesquisa e como foram feitas as transcrições seguindo a chave do Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia, mostrando alguns exemplos e justificativas do que não foi usado da chave de transcrição.

Decidido o caminho a ser explorado, pensando no contato de línguas e, selecionado o objetivo maior das análises, isto é, o léxico da comunidade quilombola, ficou claro que o projeto já estava definido para ir a campo e seguir com as entrevistas. Pensando na escolha dos informantes, seguimos algumas indicações de pesquisadores que possuem estudos na região do Sapê do Norte e de moradores da comunidade, pois como afirma Pratas (2002, p. 27), “o importante é escolher um informante que seja paciente, disponível e amigável, interessado ou pelo menos tolerante para com o trabalho do linguista”. E foi na prática, isto é, nas entrevistas com os falantes da comunidade, que recorremos aos procedimentos metodológicos de Lucchesi (2009) e, também, às experiências de outros estudiosos e linguistas para compreender as transcrições.

Posto isso, diante de um território quilombola tão rico e de uma busca pessoal, os estudos de Castro (2001), Alkmin e Petter (2008), e Petter e Oliveira (2011) tornaram-se indispensáveis para trabalhar os falares da comunidade São Domingos. Ler e analisar os fenômenos encontrados nos trabalhos dessas pesquisadoras foram estímulos para reunir mais dados, ousar nessa temática e alinhar novas experiências.

3.1 TRABALHO DE CAMPO

A pesquisa de campo foi a primeira ação como pesquisadora, pois, até então, ainda não havia uma definição do que pesquisar e como seria essa metodologia. De início, pensamos em seguir o trabalho pautado na área semântica, no entanto, ao longo da transcrição das entrevistas percebeu-se léxicos importantes para se discutir os falares da comunidade, ou seja, uma análise lexical.

Para iniciar a escrita e a análise das transcrições, procurou-se ler e aprofundar em temas que dissertassem sobre o estudo de línguas e, principalmente, o contato linguístico. Dessa forma, alcançou-se os objetivos da pesquisa que, de uma maneira mais concreta, foram alinhados na qualificação deste trabalho. Sobre isso, Pratas (2002) faz um relato muito importante a respeito do trabalho de campo em que a autora afirma:

O papel da teoria é, em todo o caso, fundamental. Os dados só por si não fazem qualquer sentido. Antes de mais, são os conhecimentos teóricos que guiam o trabalho de campo: determinam que perguntas fazer, que contrastes é preciso verificar e que novas pistas devem ser seguidas com maior apuro e persistência (PRATAS, 2002, p. 24).

Foi feito um levantamento bibliográfico de autores como Castro (2001), Alkmin e Petter (2008), Petter e Oliveira (2011), Luchessi (2009), Vogt e Fry (2013), Lima e Carmo (2014), Queiroz (1998) e Mello (2011) considerados muito importantes, pois versam sobre questões que são pertinentes para essa pesquisa. Vale ressaltar que as leituras foram fundamentais para a construção desse trabalho e foram praticadas até o fechamento dessa dissertação, pois, como Pratas (2002) afirmou, o papel da teoria é fundamental para um trabalho de pesquisa.

O trabalho de campo se dá pela observação dos acontecimentos tal como ocorreram naturalmente, na coleta dos dados e no registro de fatores relevantes para as análises. Este tipo de pesquisa estabelece uma relação entre o pesquisador e o informante. Por isso, é uma atividade de extrema importância para a metodologia desenvolvida nesse estudo, cuja finalidade é recolher palavras presentes nos falares da comunidade.

Utilizou-se também nesse estudo, para o capítulo dois, a pesquisa etnográfica que para André (1995, p.24):

É um esquema de pesquisa desenvolvido pelos antropólogos para estudar a cultura e a sociedade. Etimologicamente etnografia significa “descrição

cultural”. Para os antropólogos, o termo tem dois sentidos: (1) um conjunto de técnicas que eles usam para coletar dados sobre os valores, os hábitos, as crenças, as práticas e os comportamentos de um grupo social; e (2) um relato escrito resultante do emprego dessas técnicas.

A questão epistemológica da etnografia apresenta-se como oportunidade de formação de um conhecimento que possa compreender o modo de pensar, agir e organizar o mundo dos informantes e, mais do que isso, exige que o pesquisador veja o mundo do ponto de vista deles.

Diante da escolha da metodologia da pesquisa já definida, demos início ao contato com a comunidade no ano de 2019, por meio de um evento da Universidade Federal do Estado do Espírito Santo, juntamente com a escola quilombola “Mário Florentino”. Este projeto foi organizado pelas professoras e alunas do curso de pedagogia e educação no campo da universidade. Nesse momento, foi possível conhecer alguns moradores e o espaço de São Domingos, como também estabelecer uma relação de amizade antes mesmo de iniciar as entrevistas. Como afirma Miranda (2017, p. 24 e 25):

A melhor abordagem é através de um intermediário, alguém de confiança do informante ou daquela comunidade que te apresente como pesquisador, que fale de você e de sua pesquisa para que os informantes confiem em você tanto como pesquisador quanto como pessoa.

No mês de julho de 2019, os moradores organizaram uma ladainha na comunidade São Domingos em homenagem a Santo Antônio, e foi muito importante para a pesquisa e conhecimento da cultura quilombola, participar desse momento tão rico. Em novembro do mesmo ano, num evento organizado pela UFES (Universidade Federal do Estado do Espírito Santo), foi feita uma contação de história, para as crianças da comunidade, do livro “O cabelo de Lelê”. Esse evento teve várias atividades e envolveu as famílias daquele lugar.

Os contatos estabelecidos e participações nas eventualidades fizeram com que a recepção da pesquisadora fosse sempre de parceria na região do Sapé do Norte, não só nessa comunidade pesquisada, mas em outras, como a São Jorge e a Linharinho. A relação de afetividade presente na pesquisa de campo proporcionou, em algumas conversas, um diálogo amoroso e de muito aprendizado. Isto também é um ponto a se pensar, como aconteceu em um momento tão espontâneo e numa conversa com uma senhora da comunidade, sem estar com o gravador ligado, foram pronunciadas,

por ela, algumas palavras, propositalmente, que pareciam ser de outra língua e o motivo seria para que a pesquisadora não entendesse o que havia dito. Um relato parecido está presente no livro *Cafundó' a África no Brasil* (2013, p.19).

A apresentação efetiva como pesquisadora do mestrado da UFES e o pedido de autorização para pesquisar o espaço da comunidade São Domingos, aconteceu em 06 de janeiro de 2020. Nesse momento, foi mostrado o projeto de pesquisa, as intenções para com a comunidade, a justificativa do tema e o porquê da escolha do campo de estudo. As observações e gravações foram iniciadas em 13 de janeiro de 2020 com a representante e a primeira informante.

Por residir em São Mateus, 23 km aproximadamente até o local da pesquisa, os transportes usados para ir à comunidade eram ônibus ou carro próprio. Os custos de passagem e gasolina foram providos pela pesquisadora e os horários das visitas eram organizados de acordo com a agenda de trabalho e disponibilidade dos participantes. Em virtude de a comunidade possuir uma van da cooperativa, também foi possível obter carona até a cidade de São Mateus, pois muitos trabalhadores que moravam em São Domingos, atualmente, residem no município.

De fato, para realizar um trabalho de campo, é necessário passar por alguns desafios que ao longo da pesquisa podem surgir. Primeiramente, para a organização das visitas e gravações das entrevistas, marquei com a representante da comunidade alguns datas e horários, no entanto, o lócus da pesquisa é uma comunidade rural extensa, onde os mais velhos se concentram em locais afastados do centro da comunidade São Domingos, conseqüentemente, dificulta o acesso aos informantes, principalmente nos tempos chuvosos, como já aconteceu por quatro vezes, e as visitas precisaram ser adiadas.

As gravações das entrevistas foram realizadas nas casas dos próprios informantes de modo espontâneo. Inicialmente, um roteiro de perguntas e respostas foi elaborado para o trabalho de campo, porém, esse método fez com que as informantes respondessem apenas o que eu perguntava, sem interação. Nesse processo, percebeu-se um certo medo de “falar errado” por estarem sendo gravadas. Diante desse fato, optou-se pelas gravações espontâneas, pois, além de ser um método que dá flexibilidade e conforto ao participante, a possibilidade de tópicos diversos nesse

modo de entrevistar é muito grande, no entanto, só é preciso ter um direcionamento para não perder o foco do tema do trabalho.

Nessa espontaneidade, iniciávamos a conversa e só depois começávamos a gravar, assim como terminávamos a entrevista bem depois do gravador ser desligado. Para as gravações das entrevistas, os informantes assinaram uma autorização que, juntamente com o projeto de pesquisa, foi aprovado pelo Comitê de Ética – CEUNES/UFES⁸ - parecer em anexo.

Durante todas as idas a campo e conversações, um dos tópicos priorizados foram os falares da comunidade, que durante o diálogo pudessem ser lembradas pelos informantes e analisadas após a transcrição. Outros tópicos, como a cultura da região, os confrontos com as empresas ao redor da comunidade, as lutas, as conquistas, a economia, a escola quilombola e a cooperativa do São Domingos também foram temas importantes.

No primeiro dia de trabalho, com roteiro em mãos, iniciaram-se as investigações sobre a região do Sapé do Norte; as festividades daquele território, as lutas e as conquistas. Diante das perguntas que estavam rascunhados no caderno, outros questionamentos surgiram nesse diálogo em que foi abordado sobre as famílias que ali residiam, as mulheres, homens e crianças e a respeito dos seus antepassados e histórias de infância, levando-os a pensar sobre os falares e palavras com possíveis marcas de línguas africanas. E, durante a conversa, observou-se o contexto do lugar e, com isso, novas perguntas foram surgindo.

A segunda visita deveria ter sido com os moradores mais velhos que vivem retirados, e estes informantes foram indicados pela líder da comunidade por pronunciarem palavras que são desconhecidas e “ininteligíveis”. No entanto, havia chovido muito no dia marcado e o acesso ao local estava impossibilitado. Para não perder a viagem, decidimos ir à casa de Dona Miúda, amiga de Dona Luzia e representante da comunidade Linharinho. Nesse dia, as duas lembraram das reuniões, congressos, festas, eventos religiosos entre outras experiências vivenciadas por elas ao longo da vida de muita luta e conquista. Tivemos uma conversa muito alegre e proveitosa e,

⁸ O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, com “munus público”, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil.

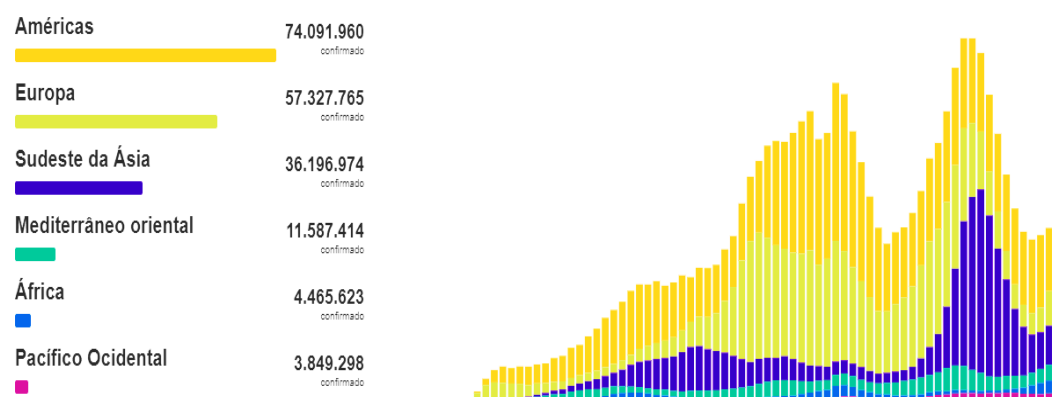
nessa conversao, apareceram palavras importantes. A gravao, com o consentimento da informante, foi feita através de perguntas espontâneas que surgiam durante a entrevista.

Outra tentativa foi feita para o diálogo com os moradores “mais velhos”, porém, a má notícia era que um caminhão havia atolado e a estrada ainda estava ruim, diante disso, não foi possível ir até o local. Neste dia, juntamente com a representante da comunidade, demos boas risadas, conversamos e tomamos muito café com beiju. Mesmo gravando essa conversa, não apareceram léxicos importantes para o objetivo central desse estudo.

Nesse mesmo dia, fizemos uma agenda, pois haveria um evento no local e todas as comunidades da região do Sapé do Norte estariam presentes. O evento era uma ação global das 08h às 16h, no dia 19 de março de 2020. Uma nova data foi marcada para entrevistar os mais velhos, assim como a observação na escola com a professora da comunidade e uma conversa com seu Jorge, o esposo da dona Luzia, pois, durante as visitas, percebemos o modo como falava e achamos muito interessante alguns léxicos que pude ouvir. Tudo certo, agenda feita, mas não foi cumprida, motivo: a COVID-19 (COrona VÍrus Disease (Doença do Coronavírus) e 19, referente ao ano de 2019), quando surgiram os primeiros casos na China. Evento cancelado, escolas fechadas e todos em isolamento.

Os planos de continuar indo a campo tiveram que ser paralisados devido à COVID-19. Esta doença já soma, segundo a Organização Mundial de Saúde, 4 049 372 milhões de mortos no mundo todo. Esses dados foram atualizados em 14 de julho de 2021 às 00h05min. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) são 196 países atingidos pela pandemia em todos os continentes. O total de casos confirmados é cerca de 187.519.798.

Tabela 6 – Situação por região da OMS



Fonte: Organização Mundial de Saúde (2021)

O Brasil se posiciona em 2º lugar com maior número de infecções no mundo e um total de 537.394 óbitos confirmados, segundo o site coronavírus Brasil, ficando apenas atrás dos Estados Unidos. A região com o maior número de casos e óbitos é a região Sudeste, somando 7.293.110 casos e 250.471 óbitos de Covid-19. Ocupando o segundo lugar está a região Nordeste, 4.530.438 casos e 109.584 óbitos. A região Sul, 3.680.447 casos e 83.040 óbitos e o Centro-Oeste 1.954.593 casos e 50.043 óbitos. A região com o menor número de afetados pela Covid-19 é o Norte com 1.751.141 casos confirmados e 44.256 óbitos. Os dados citados foram retirados do site da OMS em julho de 2021.

Durante a pandemia, inúmeros testes para erradicar a doença do coronavírus foram iniciados no Brasil e em outros países, com mais de 9 mil voluntários. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou o Instituto Butantan, em parceria com a chinesa Sinovac Biotech, a iniciar a terceira fase dos ensaios clínicos para o teste de eficiência e segurança da vacina chamada Coronavac.

O fechamento de escolas, comércio, bares, restaurantes e outros locais foram essenciais para evitar a propagação da doença. A chamada "quarentena" imposta por vários países envolveu mais de 3 bilhões de pessoas em todo o mundo. O confinamento foi preciso para evitar a contaminação e preservar a saúde e a vida da população. Esta foi a única medida eficaz, enquanto vacinas e medicamentos eram testados em toda a parte do mundo.

As vacinas contra o coronavírus foram desenvolvidas em tempo recorde, isto é, em, aproximadamente, doze meses, e algumas para combater o novo coronavírus (Covid-

19) foram aprovadas por Agências reguladoras mundialmente. Esse tempo é considerado um marco histórico para a humanidade, uma vez que muitos imunizantes demoraram anos para que pudessem ser usufruídos em campanhas de vacinação. Como justificativa, é importante citar que a ciência tem avançado bastante em conhecimento científico, testes já estavam sendo feitos e isso permitiu que a pesquisa não fosse iniciada do zero, assim, proporcionando a eficácia das vacinas como: Pfizer/bioN tech; Oxford/AstraZeneca; Moderna; Sputnik V, entre outras.

De acordo com CNN Brasil, o Reino Unido se tornou o primeiro país do ocidente a vacinar a população contra o novo coronavírus, no dia 8 de dezembro de 2020. O imunizante acatado para o uso emergencial foi desenvolvido em parceria com a farmacêutica americana Pfizer e a empresa de biotecnologia alemã BioNTech. Logo depois, a aprovação também ocorreu nos Estados Unidos, no Canadá, na União Europeia, e assim em diante. A organização da vacinação, em todo o mundo, se deu pela faixa etária de idosos acima de 80 anos. No Reino Unido, a primeira pessoa a ser vacinada foi uma idosa de 90 anos, Margaret Keenan, em um hospital em Coventry, região central da Inglaterra.

No Brasil, a vacinação iniciou em janeiro de 2020. Foram distribuídas, até julho de 2021, mais de 50 milhões de doses. Contudo, uma grande parcela da população ainda não foi vacinada. A prioridade para vacinar-se foi organizada da seguinte forma: maiores de 60 anos, trabalhadores da saúde e pessoas que são clinicamente vulneráveis. A estimativa é de que a imunização em massa só seja atingida na metade do ano que vem, segundo a EIU (Economist Intelligence Unit).

O site do governo federal brasileiro, atualizado em 14 de julho de 2021, aponta que 147.335.318 doses foram distribuídas em todo o país, 117.005.229 aplicadas, 85.515.357 pessoas já tomaram a 1ª dose e 31.489.872 habitantes receberam a 2ª dose. Dentre os 19.151.993 casos registrados e 535.838 óbitos no Brasil, 17.770.617 foram recuperados do covid-19. Além disso, destaca-se, nesse processo de pesquisa para o combate ao coronavírus, o Instituto Butantan que tem sido uma referência na produção das vacinas, como exemplo, a CoronaVac que utiliza a tecnologia de vírus inativado (morto), uma técnica utilizada há anos e amplamente estudada. O instituto

já está com outra proposta de vacina brasileira, a ButanVac⁹ que será produzida integralmente no Brasil, sem depender de importação.

Problematizando, é necessário pontuar que, os países mais ricos lideram nas vacinações. “Em números absolutos, os Estados Unidos são o país que mais administrou doses de vacinas contra a covid-19, cerca de 273,5 milhões de doses até 19/05” BBC News Brasil¹⁰ (2021). Países como Israel e Reino Unido já veem sinais promissores de que as vacinas estão reduzindo as internações e óbitos em hospitais, assim como a transmissão na comunidade. Porém, embora quase toda a Europa e as Américas tenham iniciado as campanhas de vacinação, muitos países africanos ainda não iniciaram esse processo. Ainda convém lembrar que o Brasil não seguiu os protocolos, rigorosamente, como em alguns países, além do governo federal postergar a compra das vacinas para a população. Isso fez com que o país chegasse ao caos na superlotação de leitos, aceleração dos casos confirmados e ao aumento do número de mortes.

Diante desse fator imprevisível e assustador ficamos impossibilitados o andamento da pesquisa e a análise mais profunda dos dados já recolhidos em quase 8 meses, pois a cada nova análise, abriam-se novas possibilidades de interpretação para iluminar alguns caminhos e dúvidas. Para isso, seria necessário continuar indo a campo, interagir, gravar, ou seja, relacionar.

Alguns contatos ainda foram possíveis pelo telefone, mas como já dito, a pesquisa de campo envolve a troca de relações e experiências em situações espontâneas no próprio lugar, na comunidade. O retorno a ela só aconteceu no ano de 2021, mais precisamente em 20 de março, aos poucos e com os protocolos de segurança, mas ainda assim, não foi possível realizar o trabalho como planejado antes da pandemia devido ao fato de o tempo não ser mais hábil, por isso, não foram feitas mais entrevistas com outros moradores. De fato, o retorno foi apenas para retificar alguns apontamentos da qualificação e assim, finalizar a pesquisa.

Mesmo sem ir a campo, foi realizada e utilizada para transcrição, uma entrevista, logo após o início do contágio, pelo telefone, com a professora da escola quilombola,

9 Para mais informações acesse: <https://butantan.gov.br/>

¹⁰ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56024504>

Josineia Blandino. Nessa conversa, algumas perguntas foram feitas, exemplificando, perguntas como o que achava da temática da pesquisa e de sua relevância para aquele espaço e região, das provocações sobre os falares daquele lugar desde os seus antepassados, pais, avós e bisavós e dos pontos importantes que ainda reavivam a cultura da comunidade.

Neste retorno com restrições, foram recolhidas informações para finalização da pesquisa e descrição da comunidade São Domingos. Detalhes importantes para apresentar a comunidade e rememorar algumas histórias para repensá-las na atualidade. Um exemplo dessa reflexão: percebe-se, diante da pesquisa de campo, em alguns relatos dos informantes, uma preocupação com os mais jovens em relação ao desinteresse em manter as atividades tradicionais da comunidade, como as ladainhas.

O significado da palavra resiliência foi aprendido e exercido com esse trabalho, dado que, muitas situações boas e ruins aconteceram na pesquisa de campo. Um exemplo comum é que nem sempre os seus informantes estarão com vontade de falar, afinal, estamos pesquisando seres humanos suscetíveis a problemas, insatisfações e muitos outros sentimentos que refletem na expressividade, fala e ações dos participantes. Por isso, a compreensão e o respeito são importantes nesse processo para o sucesso da pesquisa. A paciência, cordialidade e respeito mantiveram as relações de proximidade para conclusão desse trabalho.

3.2 PERFIL DOS INFORMANTES

As entrevistas para coleta de dados foram realizadas, espontaneamente, com três moradores da comunidade São Domingos, em dias diferentes, resultando um total de seis entrevistas. Diante de alguns contratemplos e a pandemia ter parado o mundo todo e, nesse contexto, cessado a atividade de campo, não foi possível entrevistar os 6 (seis) moradores, conforme planejado inicialmente. Assim, a pesquisa foi feita com 3 (três) participantes e cada um deles oportunizou 2 entrevistas, totalizando em 6 conversações para as transcrições e análise dos dados.

Escolher os informantes não é uma tarefa fácil, por isso, estreitar laços com a comunidade e outros pesquisadores é muito importante. Essa relação ajuda o

pesquisador a definir com mais precisão a faixa etária dos participantes para que contribuam com o objetivo central da pesquisa. Sobre isso, Pratas (2002) afirma que:

a escolha do(s) informante(s) é um dos aspectos que mais peso tem na determinação do sucesso de um trabalho de campo. Conforme se acerta ou se erra, pode atravessar-se um período extremamente gratificante ou inesquecivelmente penoso. Para acertar nessa escolha não há, contudo, regras fixas. Há apenas pistas com as quais se deve jogar, entregando a equação final à intuição. (PRATAS, 2002, p. 26)

A citação de Pratas disserta sobre a dificuldade em acertar na escolha do informante para o sucesso da pesquisa de campo, visto que, não existe uma regra ou uma maneira para ser seguida. São as experiências no ambiente de pesquisa, teorias e diálogos com outros pesquisadores que direcionam esse processo de aprendizado e reorganização.

Para descrever os informantes, foi pensado, antes da pandemia, em dividi-los por idade e em faixas etárias 1, 2 e 3 conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 - Perfil dos informantes

FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE DE INFORMANTES
FAIXA 1 – 18 a 21 anos	1
FAIXA 2 – 22 a 42 anos	1
FAIXA 3 – 43 a 65 anos	1

Fonte: autoria própria (2019)

A escolha e divisão dos informantes se deu pelas seguintes pressuposições: com os mais velhos (faixa 3), foi observado o contexto desses léxicos presentes na fala do participante e através das palavras recolhidas possibilitou reconhecer possíveis marcas das línguas africanas na comunidade São Domingos. Com os adultos, faixa 2, a intenção em observar as falas rememorou as histórias dos seus familiares, amigos e a partir disso, identificamos os possíveis traços linguísticos presentes na oralidade.

Compusemos esse *corpus* com os informantes selecionados conforme a sua faixa etária, nível de escolaridade e gênero/sexo, como pode ser visto abaixo.

Número da entrevista, em sua amostra original: INQ-01, por exemplo.

Sexo do informante: F, feminino; M, masculino.

Idade do informante: 25a, vinte e cinco anos, por exemplo.

Nível de escolaridade do informante: A, analfabeto; S, semianalfabeto, ES, Ensino Superior.

Quadro 2 – *Corpus* base da comunidade São Domingos - MULHERES

FAIXA 2	FAIXA 3
Inq03 F 42a ES	Inq01 F 61a S Inq02 F 63a S

Fonte: autoria própria (2020)

Conforme relatado acima sobre a interrupção da pesquisa, não houve um retorno à comunidade para a finalizar este estudo como foi pretendido, no entanto, percebeu-se que os dados gravados são muito importantes para futuras análises na área da linguística como, também, é uma contribuição para a região do Sapé do Norte e pesquisadores como Osvaldo Martins, que traz, em suas pesquisas etnográficas, a identidade e memória das comunidades quilombolas da região; Simone Ferreira, que discute o território de maneira afetiva e destaca em sua escrita os falares peculiares das comunidades da região do Sapê do Norte; e para a quilombola Olindina Nascimento, que pesquisa a educação escolar quilombola da comunidade São Jorge, retratando a presença forte da cultura africana na oralidade e saberes das comunidades da região.

Reafirma-se a ideia de que a relação para com os informantes é um aspecto a considerar, pois foi fundamental para que os laços se consolidassem e as portas da comunidade ficassem abertas. Nas conversas, é interessante esclarecer a importância deles para o pesquisador e, em meu caso, para a minha família, que também é afrodescendente. Pratas (2002) reafirma essa postura quanto pesquisadora, quando diz que a relação com o informante:

Passa por saber mostrar-lhe que a língua que ele fala é muito interessante, a tal ponto que merece o empenhamento de um estranho. Mas passa também por abordar o assunto à medida que a situação pede: se o potencial informante quer contar como correram as colheitas este ano ou como foi a partida de futebol de ontem à noite entre os dois maiores clubes da região, ou se gostaria de se queixar a alguém de fora pelo novo namorado da filha, a paciência de o ouvir antes de passar ao trabalho será com certeza retribuída (PRATAS, 2002, p. 27).

Sobretudo, o informante deve ser tratado como uma pessoa, e não como um objeto de curiosidade gramatical que, ao findar a pesquisa, o abandonamos, pois já obtivemos o que pretendíamos dele. Partindo deste princípio, não só o trabalho terá grandes probabilidades de correr bem como pode surgir também uma relação de amizade. E foram nesses momentos de interação, bem espontâneas e amigáveis, que claramente lembraram os falares dos meus avós, tios, pais e o meu próprio falar nos

diálogos com a comunidade. Diante desse sentimento de alegria, em muitas vezes nas entrevistas, constatou-se que, como pesquisadora, também fazia papel de informante, ou seja, uma participante da pesquisa que também fornecia dados para as análises.

3.3 CORPUS DA PESQUISA

O *corpus* dessa pesquisa foi construído pelos registros orais das entrevistas informais. A definição dos temas tinha por base o máximo de informações que se conseguia sobre a história e a cultura da comunidade pesquisada, como as relações com outras comunidades, casamentos, festas locais e religiosas, cultura musical, entre outros. Eles foram muito importantes, pois como diz Lucchesi (2009, p. 161) “era preciso estar atento, no curso da interação, para os temas mais produtivos e para aqueles em que os membros da comunidade assumiam uma atitude mais refratária”.

As transcrições ortográficas das falas dos informantes seguiram as orientações da chave do Projeto Vertentes do Português Afro-brasileiro falado na Bahia¹¹. O Projeto Vertentes é um projeto de pesquisa linguística desenvolvido na Universidade Federal da Bahia, que, desde 2002, funciona com recursos públicos. Por meio das pesquisas, o Projeto Vertentes objetiva ampliar o conhecimento da existência sociolinguística do Estado da Bahia, todo o desenvolvimento histórico de sua formação, considerando o caráter pluriétnico da população brasileira. Este projeto tem como compromisso social o combate ao preconceito linguístico e à produção de análises e diagnósticos que incentivem políticas de ensino de língua portuguesa para contemplar toda realidade linguística e cultural do país. Esta proposta tem orientado as pesquisas de transcrição ortográfica, pois proporciona para o leitor uma melhor visualização do texto, atendendo igualmente às necessidades da análise.

A chave está organizada com indicações preliminares sobre a formatação para transcrição do texto, o que deve e o que não deve ser registrado. Seguem abaixo exemplos dessa composição.

11 Para mais detalhes do projeto, ver <http://www.vertentes.ufba.br/>

EXEMPLOS DA CHAVE DE TRANSCRIÇÃO

Deverão ser registrados os fatos no nível da morfossintaxe

Concordância nominal variável

Ex.: as coisa tá caro.

Concordância verbal variável

Ex.: os menino foi ou os menino foro.

Vogais

Troca de *e* ou *en* por *a* ou *an*, e vice-versa.

Ex.: antão por então.

Nasalização.

Ex.: ingual por igual; ingnorância por ignorância (neste caso, colocar itálico).

Consoantes

O “ieísmo”.

Ex.: muié por mulher; trabaio por trabalho.

O rotacismo.

Ex.: pranta por planta; prantação por plantação.

Inserção e supressão de segmentos fônicos

Supressão de segmento no início do vocábulo, com apóstrofo.

Ex.: ‘bservano por observando; ‘cabô por acabou; ‘ocê por você.

Redução de terminações verbais.

Ex.: cantaro ou cantarum por cantaram; brincano por brincando.

Fatos fônicos que não devem ser registrados

Elevação das vogais médias em distribuição pré-acentuada e pós-acentuada não-final.

Ex.: *estava*, e não *istava*; *em casa*, e não *im casa*; *domingo* e não *dumingo*.

Exceção: transcrever *ni* e não *ne*: *fui ni Vitória*.

Ditongação antes de consoante constrictiva implosiva.

Ex.: [meys]> *mês*.

Ditongação da terminação nasal – em.

Ex.: *tem*, e não *teim*; *ninguém*, e não *ninguéim*.

Na coleta de dados, os procedimentos de registro utilizados foram uma câmera de vídeo e um gravador de áudio (celular). As conversas das entrevistas foram gravadas em áudios e depois transcritas para análise. As transcrições foram ortográficas e feitas manualmente, no caderno e no computador/word, permitindo um tratamento prévio das frases obtidas para um aprofundamento maior no momento das análises. Para constituir o *corpus* desse trabalho, dentre as 6 entrevistas gravadas, com 3 moradores da comunidade, escolhemos trabalhar com 3 delas para análise dos dados, pois observou-se, nessas gravações, léxicos importantes para mapear e discutir. O *corpus* colhido na comunidade São Domingos, região do Sapé do Norte, conta com:

Duas horas e oito minutos de gravações espontâneas;

Um questionário com oito perguntas (via áudio-whatsapp).

Importante ressaltar que alguns fenômenos não foram registrados conforme exemplificados na chave de transcrição, que descreve que a variante zero deve ser registrada. Porém, mesmo estando na oralidade dos participantes da comunidade, eles são considerados uma fala comum no português brasileiro e não a marca apenas das comunidades quilombolas. Para confirmar a escolha de não usar a marcação do infinitivo, nos baseamos em outros autores, a exemplo de Miranda (2017, p. 29), que afirma: “considerando que a apócope do *r* no infinitivo é um fenômeno amplo que atinge a norma culta e popular, de norte a sul do país e já foi atestada por diferentes autores (Marroquim, 1934, Elia, 1987, Amaral, 1920, entre outros)”.

Exemplo da *marcação do infinitivo no corpus dessa pesquisa*

INF 01: *a van levava a gente era duas hora de viagem pra chegar nesse lugar onde a gente foi eu passei três dia lá e lá tinha oito país sete assim com o Brasil porque vei sete de lá e o encontro foi no Brasil aí oito com o Brasil era oito país a gente lá pra gente entender o que...que eles estava falano a gente tinha que usar aquele...* (Entrevista realizada pela autora em janeiro de 2019, na comunidade São Domingos)

Exemplo da *chave do Projeto Vertentes*

Detalhamento

- a variante zero deve ser registrada: *brincá, corrê, dormí, partí.*

Exceção: a forma do verbo *ir* deve ser sempre transcrita como *ir*. (LUCCHESI, 2010, p. 6)

Outro fenômeno não registrado foi a monotongação, assim como o caso dos infinitivos, a redução dos ditongos também é ampla no português brasileiro e não específica das comunidades quilombolas.

Monotongação

Exemplo do fenômeno não marcado no *corpus* dessa pesquisa

INF 01: *eles ainda era muito escravizado porque ainda levou muito tempo e leva até hoje...* (Entrevista realizada pela autora em janeiro de 2019, na comunidade São Domingos)

Exemplo da *chave do Projeto Vertentes*

Consoantes implosivas devem ser registradas

Semivogais

- redução de ditongos, tanto em posição final, quanto em posição medial, utilizando o acento circunflexo na sílaba tônica.

Ex.: matô; corô; poquinho; cantê; dêxa.

Exceção: a conjunção *ou* deve ser sempre transcrita por *ou* e não *ô*. (LUCCHESI, 2010, p. 6)

Exemplo do *corpus* da pesquisa

INF 02: a gente tinha um tio José que do tempo ele era um nagô vei que baxava em [senhorinha] que já morreu... (Entrevista realizada pela autora em janeiro de 2019, na comunidade São Domingos)

Exemplo da *chave do Projeto Vertentes*

Indicação de trecho ininteligível: ININT (LUCCHESI, 2010, p. 6)

De acordo com a chave de transcrição do Projeto Vertentes, o texto deve ser pontuado moderadamente, no entanto, optamos por não pontuar nas transcrições deste estudo, isso porque, na língua falada, ou seja, na oralidade, embora haja pausas e marcas suprasegmentais, a pontuação não aparece na fala, somente na escrita. O texto transcrito usará apenas as reticências, barras para marcar as pausas e as aspas como um código para representar a oralidade. Exemplo:

Reticências entre parênteses para marcar uma pausa na fala

Ex.: INF 01: é tá veno (...) daí pra cá como diz (ININT) já nasceu um mucado... (Entrevista realizada pela autora em janeiro de 2019, na comunidade São Domingos)

Barras entre parênteses para uma pausa longa

Ex.: INF 01: são domingo aí levantou 101 residência 101 casa entendeu e 319 habitante (/) (Entrevista realizada pela autora em janeiro de 2019, na comunidade São Domingos)

Aspas em frases cantadas pela informante

Ex.: INF 02: “eu sou da ia do a dendê meus irmão nós já vim e vamos vê” (Entrevista realizada pela autora em janeiro de 2019, na comunidade São Domingos)

Para transcrição das entrevistas, foi necessário estimular os recursos disponíveis para uma reprodução fiel das características linguísticas da fala do informante. O critério básico utilizado foram os registros dos fatos linguísticos que se observaram na fala e que constituíram marcas específicas da linguagem, tanto no nível lexical quanto no morfossintático. Diante disso, procurou-se transcrever a fala dos informantes exatamente como estava nas gravações. Um trabalho árduo ouvir e reouvir as gravações para que os detalhes fossem transcritos no *corpus* dessa pesquisa de forma fidedigna e eficiente.

4 FALARES: ANÁLISES DO CORPUS

Neste último capítulo, discutimos os léxicos encontrados na fala dos moradores da comunidade São Domingos, mapeando-os com o objetivo de descrever as línguas africanas que, possivelmente, foram faladas na região do Sapê do Norte. O foco desse estudo é apresentar o espaço e os falares da comunidade São Domingos da região do Sapê do Norte. Foi feito um recorte direcionado para o lócus dessa pesquisa, por meio de um levantamento dos trabalhos que tem como temática as comunidades quilombolas no Espírito Santo, principalmente no norte do estado, a região do Sapê do Norte. Diante da ausência de pesquisas etnolinguísticas na região, afirma-se a importância de trabalhos que tratam do léxico em comunidades quilombolas. Para finalizar o capítulo, trouxemos alguns léxicos recolhidos nas entrevistas e mapeados nas transcrições para as análises dos dados, baseando-se no *corpus* de Castro (2001).

4.1 PESQUISAS EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO BRASIL

A história da escravidão no Brasil, sem dúvida, fez com que o país tivesse em sua composição, inúmeras comunidades quilombolas. Posto isso, um levantamento de estudos nas regiões brasileiras será apresentado, para que assim, tenhamos uma visão geral das pesquisas na área da linguagem, enfatizando o léxico presente nos falares desses territórios quilombolas.

Com efeito, foi possível perceber com este panorama sobre as pesquisas que tratam dos léxicos em comunidades quilombolas, que os estudos envolvendo os povos africanos têm crescido e trazido muitas discussões para a compreensão do português falado no Brasil, contudo, poucos são os estudos envolvendo o léxico em comunidades brasileiras.

4.1.1 Pesquisas lexicais em comunidades quilombolas do Brasil por regiões

Para os estudos sobre as comunidades quilombolas, apresento um levantamento feito no Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES) e outros sites, utilizando as palavras-chave: *léxico*, *semântica* e *comunidades quilombolas*, com o objetivo de mapear estudos produzidos com os dados recolhidos nas comunidades quilombolas do Brasil. Foram encontradas, neste mapeamento, 2.549 pesquisas, contudo, uma minoria

delas trata do léxico afro, a maior parte disserta sobre outros temas como território geográfico, cultura, dicionários, escolaridade, doenças, etnografia, entre outros.

Por isso, no escopo desta pesquisa, acolhemos trabalhos que abordam análises da oralidade e os léxicos presentes nos falares desses territórios quilombolas espalhados pelo país, afinal, a temática contemplada nessa listagem é importante para a compreensão do português brasileiro e do estudo em questão.

Sendo assim, este panorama organizou-se pelas regiões Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sul e Sudeste do Brasil. No primeiro momento, será apresentada a região Norte - região com o maior número de trabalhos que envolvem o léxico - com um total de 8 pesquisas. Logo após, a região Nordeste – maior território com comunidades quilombolas – totalizando apenas 3 trabalhos na área lexical. Adiante, a região Centro-oeste, representada com 2 estudos a respeito do léxico. Já na região Sul, não foram encontradas pesquisas lexicais, somente 1 estudo sobre semântica. E por fim, a região Sudeste, com 4 pesquisas lexicais em territórios quilombolas.

Para iniciar este panorama, apresento o levantamento das pesquisas sobre os léxicos presentes na região Norte. Em Furtado, apresenta-se um estudo sobre *Levantamento de lexias características dos falares do Guaporé, com especial menção dos possíveis bantuísmos* (2009), que tem como objetivo principal, fazer um levantamento das lexias específicas do falar das comunidades quilombolas do Vale do Guaporé. Essas comunidades apresentam características idiossincráticas significativas, por serem formadas pelos descendentes de negros, escravos e libertos, que contribuíram para a povoação do Vale durante o período colonial e imperial, em conflito ou em convivência com os Ameríndios da região. Foram coletadas uma lista de lexias e expressões de provável origem bantu, algumas dessas lexias já conhecidas em outras comunidades rurais de afrodescendentes, outras em todo o Brasil e algumas delas não foram encontradas informações nos materiais pesquisados.

Identificação e análise de alguns vocábulos básicos dos falares dos quilombolas do vale do Guaporé (2009), da autora Francisca Valda Gonçalves, identifica e analisa alguns vocábulos básicos dos falares dos quilombolas do Vale do Guaporé, realizada com base no léxico coletado em pesquisa de campo, por meio de entrevista espontânea, no município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Mato Grosso, e nas

Comunidades Remanescentes de Quilombos de Rondônia: Santo Antônio, Santa Fé, Pedras Negras e Senhor Jesus. O objetivo do estudo foi inventariar, descrever e analisar os vocábulos básicos no português vernacular dos remanescentes de quilombolas, partindo da hipótese de haver maior incidência de termos de origem africana, indígena e espanhola, resultado do contato pela proximidade geográfica. Diante dos dados analisados, Francisca confirma a importância da herança lexical de origem banto na variedade da Língua Portuguesa falada por remanescentes dos quilombolas do Guaporé, quando se faz referência aos estratos linguísticos encontrados, levando em conta a realidade cultural e étnica no reconhecimento da identidade dos remanescentes de quilombolas.

No trabalho *Novas luzes sobre a descrição do português afro-brasileiro* (2011), das pesquisadoras Margarida Petter e Marcia Oliveira, as autoras (op cit.) descrevem os aspectos lexicais-gramaticais do português afro-brasileiro recolhidos a partir dos resultados de pesquisas do Projeto-piloto IPHAN/USP¹². O objetivo maior desse trabalho foi apresentar a situação recente do uso do léxico de origem africana nas regiões de Minas Gerais e descrever aspectos léxico/morfossintáticos na comunidade quilombola de Jurussaca/PA.

Quezia Maria Reis de Oliveira Barbosa apresenta, em seu trabalho, *Um perfil lexical do português falado em comunidades quilombolas em barreirinha (Am): um estudo dialetológico* (2013), de natureza dialetológica, um recorte da linguagem utilizada em três comunidades do município de Barreirinha – AM, três grupos humanos que se auto reconhecem como quilombolas. E por fim, expõe o registro em forma de cartas linguísticas semântico-lexicais e apresenta, ainda, algumas breves considerações de cunho etimológico sobre o léxico coletado.

Fernanda Barboza de Lima analisa, em sua pesquisa, *Comunidade Quilombola Caiana dos Crioulos: um estudo socio-variacionista* (2014), as particularidades fonéticas, morfológicas e sintáticas compreendidas como evidências do contato com línguas africanas, além disso, a autora realizou uma análise léxico-semântica dos falares recolhidos na comunidade da pesquisa de campo e, ao final, foi construído um

12 Composto de 4.500 folhetos, acervo de literatura de cordel – arte considerada patrimônio imaterial pelo Iphan – do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), é destaque em evento que reuniu cordelistas, repentistas e xilogravadores na USP. Para mais informações: <https://www5.usp.br/tag/iphan/>

glossário com algumas lexias do universo sociocultural da comunidade, considerados relevantes para a compreensão da realidade caianense. Fernanda Lima conclui que tanto os dados fonéticos e morfossintáticos quanto os de natureza léxico-semântica, resultantes do seu estudo, podem contribuir para uma maior compreensão da configuração atual da variável popular da língua portuguesa falada no Brasil.

Edna dos Santos Oliveira teve como objetivo, em sua pesquisa *DEVOÇÃO, TAMBOR E CANTO: um estudo etnolinguístico da tradição oral de Mazagão Velho* (2015), compreender o fato poético em relação ao ecossistema cultural mazaganense, com base em referenciais teóricos da etnografia da fala e da linguística de contato, considerando que essas práticas culturais são tributárias do processo de contato ocorrido na formação social da referida comunidade.

O projeto de pesquisa intitulado *Atlas Geossociolinguístico Quilombola do Nordeste do Pará - AGQUINPA* – (2017), de Marcelo Pires Dias, é um atlas semântico-lexical que descreve e mapeia a variedade linguística do português afro-brasileiro falado nas comunidades remanescentes de quilombos da Mesorregião Nordeste do Pará por meio do inventário lexical. As comunidades quilombolas que fazem parte do AGQUINPA estão localizadas nas áreas rurais dos municípios do Nordeste do Estado do Pará (Brasil) e são as seguintes: a) Comunidade do Cacau (Colares/PA); b) Comunidade América (Bragança/PA); c) Comunidade do Rio Acaraqui/Campompema (Abaetetuba/PA); d) Comunidade Taperinha (São Domingos do Capim/PA); e) Comunidade Laranjituba (Moju/PA); e, f) Comunidade África (Moju/PA). A coleta de dados realizou-se entre os anos de 2014 e 2016, mediante da aplicação do questionário semântico-lexical do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), incluindo-se, nele, 32 questões de origem etimológica Bantu, com a finalidade da difusão (ou não) do léxico de origem africana.

Um estudo etnolinguístico centrado na variedade de português vernacular dos Tembé do rio Guamá (PA) (2020), da pesquisadora Mara Sílvia Jucá Acácio, apresenta a hipótese de uma mudança na linguagem dos Tembé e propõe que a variedade de português falada por eles se enquadra na subdivisão de variedades de português rurais, denominadas de português afro-indígena. Ela apresenta um estudo etnolinguístico, com enfoque na variedade de português vernacular falada por indígenas da etnia Tembé, do rio Guamá. Os resultados principais da pesquisa foram

baseados na captação de um *corpus* de fala espontânea, transcrição e organização de um banco de dados dessa variedade de português.

Para iniciar o panorama de estudos da região *Nordeste*, região com o maior território quilombola do país, totalizando mais de 1.700 comunidades, apresento a pesquisa sobre o léxico, de natureza empírica, descritiva e qualitativa, *Um saber semioticamente construído: a visão de mundo no léxico do quilombo Jamary dos pretos – Turiacu/MA* (2013), de Georgiana Marcia Oliveira Santos, que objetiva identificar e analisar especificidades denominativas e, principalmente, especificidades semântico-conceituais no léxico do quilombo Jamary dos Pretos, no município de Turiacu/MA, que revelem a singularidade da visão de mundo semioticamente construída por esse grupo, a partir das orientações teórico-metodológicas da Semiótica. Mais especificamente, analisam-se as relações léxico-semânticas a fim de identificar, especialmente, os traços semânticos atribuídos, ampliados ou suprimidos por esse grupo, para representar sua concepção de mundo. Como resultado da análise dos dados desta pesquisa, apresentou-se uma panorâmica da visão de mundo específica do quilombo Jamary dos Pretos, revelando as particulares raízes étnico-culturais, históricas e organizacionais dos sistemas de significação desse quilombo, atestando, por conseguinte, que as especificidades denominativas e conceituais do léxico desse grupo se convertem em signos-símbolos de sua axiologia.

Da África à Bahia: um estudo sobre o léxico africano em comunidades do semiárido baiano (2017), da autora Uana Vanessa Pinheiro de Abreu, teve como pauta da pesquisa as diretrizes da lexicografia. A pesquisadora buscou analisar tais influências do léxico de origem africana no semiárido baiano. Os dados obtidos indicaram que foram encontradas quarenta e nove lexias de origem africana e, com esses resultados, afirmou que a língua se tornou instrumento de opressão e poder, inculcando a noção de origem, formação, a partir dos moldes europeus.

O repertório lexical em comunidades quilombolas de Pernambuco: africanismos preservados ou inovação linguística (2020), título da pesquisa de Edmilson José de Sá, teve como proposta trabalhar e analisar o *corpus* coletado para a construção do Atlas Linguístico Quilombola do Moxotó-Ipanema, de Pernambuco (ALQUIMIFE). Nele, buscou-se refletir como o léxico das comunidades investigadas se localizam

dentro de um *continuum* de variedades do português brasileiro, registradas como português afro-brasileiro e português indígena.

A comunidade do Kalunga está presente na região *centro-oeste*. Ela é composta por três estados com territórios quilombolas. Gilberto Paulino de Araújo dedica, na tese *O conhecimento etnobotânico dos Kalunga: uma relação entre língua e meio ambiente* (2014), o estudo das relações entre língua e meio ambiente, tendo como base o léxico que compõe o conhecimento etnobotânico da Comunidade Quilombola Kalunga. O objetivo geral foi investigar se o processo de globalização, via influxo da cultura urbana, tem ocasionado transformações no conhecimento dessas comunidades. Apesar das mudanças sociais, políticas, econômicas e ecológicas globais que têm afetado os ecossistemas e as culturas locais, as novas gerações do povo kalunga têm mantido e preservado seus saberes e tradições, algo percebido na específica relação entre o léxico etnobotânico e a diversidade ecológica deste território.

A pesquisa de Ana Paulla Braga Mattos, que tem por tema *A variedade de fala do Kalunga: uma Comunidade afro-brasileira em Goiás* (2016), estuda e analisa a variedade da língua falada em Kalunga, comunidade localizada no estado de Goiás. As análises são baseadas no *corpora* coletado durante uma viagem de campo, entre dezembro de 2013 e janeiro de 2014, nas duas aldeias isoladas: Vão de Almas e Vão do Moleque. Os resultados mostram que Kalunga compartilha muitas características lingüísticas e sócio-históricas com outras comunidades afro-brasileiras.

De acordo com o levantamento no site da CAPES, não foram encontradas pesquisas que tratem do léxico em comunidades quilombolas na região *Sul*. O tema mais próximo foi sobre semântica, da autora Alessandra Preussler de Almeida, intitulada *A concordância verbal na comunidade de São Miguel dos Pretos, Restinga Seca, RS* (2006). O objetivo desse estudo foi analisar a concordância verbal de 1ª, 2ª e 3ª pessoas do plural na comunidade de remanescentes de escravizados São Miguel dos Pretos. A amostra é composta de 24 informantes, homens e mulheres, com idade entre 15 e 90 anos. Sobre o estudo, destacou-se as variáveis linguísticas 'saliência fônica' e 'posição do sujeito', que confirmaram as formas verbais mais salientes e que os sujeitos antepostos ao verbo estão associados ao aumento da concordância.

A última região deste panorama é a *Sudeste*. O trabalho de Vogt e Fry, em *Cafundó: uma comunidade negra no Brasil que fala até hoje uma língua de origem africana* (1978), apresenta um estudo numa comunidade rural negra situada em Salto de Pirapora. Esse livro é resultado da pesquisa realizada pelos autores em/durante dez anos, entre 1978 e 1988. Na obra *Cafundó: a África no Brasil*, os autores enfatizaram o papel estruturador da *cupópia*, ou língua africana falada na comunidade, em suas relações sociais e no universo cultural dos moradores de outras comunidades negras estudadas nessa obra.

Pé preto no barro branco (1998), da autora Sônia Queiroz, trata da descrição lexical de uma língua gramaticalmente próxima do português popular brasileiro e falada por um pequeno número de pessoas, os negros da Tabatinga, conhecida como Língua do Negro da Costa ou Língua da Tabatinga, em Minas Gerais. Essa língua é uma espécie de código secreto, com um vocabulário essencialmente de origem africana.

Margarida Maria Taddoni Petter, através da pesquisa *A Tabatinga revisitada: a manutenção de um léxico de origem africana em Minas Gerais (MG-Brasil)* (2013), focaliza no léxico de origem banta presente na região de Tabatinga e afirma que essa localidade, assim como Cafundó, em São Paulo, e outras cidades mineiras (Patrocínio e Milho Verde), conservou um conjunto de palavras de origem banta, pertencentes ao vocabulário comum, cujo uso ficou restrito à comunidade. Ao retomar a pesquisa na região mineira, a autora objetivou explicar como se formou essa 'língua' e porque ela se mantém até hoje. Esta pesquisa é parte do projeto-piloto "Levantamento etnolinguístico de comunidades afro-brasileiras: Minas Gerais e Pará", que é parte do projeto Inventário da Diversidade Linguística Brasileira, promovido pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e USP (Universidade de São Paulo).

A dissertação do pesquisador Everton Machado Simões - *África Banta na região de Diamantina: uma proposta de análise etimológica* (2014), constitui uma pesquisa sobre o léxico de origem africana presente em falares da região Diamantina de Minas Gerais. O autor reuniu léxicos de diversas pesquisas sobre a região, além dos resultados de estudos em quatro comunidades remanescentes de quilombo. O principal objetivo foi apresentar uma investigação etimológica dos itens lexicais coletados para um aprofundamento linguístico e histórico da realidade observada. Ao

final desse trabalho, não foi possível identificar, com certeza, qual seria a língua falada, contudo, houve uma grande presença de itens lexicais do umbundo.

Ratifica-se nesse tópico, que o enfoque desse panorama de pesquisas científicas tratou apenas dos aspectos lexicais em comunidades quilombolas no Brasil. Observou-se que muitas são as pesquisas nessas comunidades, porém, diante da imensidão de trabalhos e um vasto território quilombola no país, conclui-se que poucas são as pesquisas que focam nos aspectos lexicais, área da Linguística.

4.2 PESQUISAS EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

O estado do Espírito Santo compõe um território com mais de 50 comunidades quilombolas. Diante disso, pesquisas sobre as comunidades do estado vêm crescendo e trazendo, além do resgate cultural, o reconhecimento dos direitos dos negros e afrodescendentes. Neste tópico, fizemos um levantamento de pesquisas no estado do Espírito Santo e, por fim, apresentamos as pesquisas na região norte do estado, com enfoque no Sapê do Norte.

É de extrema importância pontuar que serão demonstradas, nesse tópico, pesquisas em comunidades quilombolas do E.S, porém, nenhuma delas são da área linguística. Isso porque, ao fazer o levantamento de *pesquisas lexicais* em comunidades quilombolas, não obtivemos nenhum dado sobre este tema.

A pesquisa de Osvaldo Martins de Oliveira, *O projeto político do território negro de Retiro e suas lutas pela titulação das terras* (2005), sobre Retiro, Santa Leopoldina (ES), teve sua fundamentação teórica feita a partir da abordagem que trata identidade e etnicidade como questões da organização social das diferenças culturais significativas para os próprios moradores da comunidade. Osvaldo analisou o processo de construção do território negro como forma e espaço de resistência, luta e organização política, pois é ali que a memória dos conflitos étnicos e territoriais é acionada para manter em alerta o sentimento de unidade entre seus integrantes. Conforme o pesquisador relata em seu texto, o principal projeto político de Retiro é a

garantia desse direito. A luta é pensada como relacional, pois envolve as relações de poder das comunidades frente ao Estado.

O trabalho *Etnobotânica na Comunidade Quilombola Cachoeira do Retiro, Santa Leopoldina, Espírito Santo, Brasil* (2007), da pesquisadora Maria Otávia Silva Crepaldi, foi realizado na comunidade quilombola Cachoeira do Retiro, localizada no município de Santa Leopoldina, Estado do Espírito Santo. Esta comunidade é composta por 72 famílias distribuídas em uma área de aproximadamente 154 ha, em processo final de titulação de terras pelo INCRA. O objetivo geral deste estudo foi identificar e sistematizar as espécies vegetais utilizadas pela comunidade, buscando benefícios sociais e conservacionistas por meio de políticas que favoreçam a interação da ciência e planejamento nos moldes da pesquisa-ação. Constatou-se, na análise do impacto de manejo, que 20% das plantas úteis do fragmento têm prioridade de conservação.

A educação do negro na comunidade de Monte Alegre – ES. Em suas práticas de construção da visibilidade da cultura popular negra (2007) é um estudo de Patrícia Gomes Rufino Andrade que teve por objetivo, compreender o currículo vivido nas práticas culturais realizadas na comunidade quilombola de Monte Alegre - Cachoeiro de Itapemirim – ES, e seus entrelaçamentos com a escola local. Patrícia utilizou narrativas sobre as vivências dos sujeitos e enfatizou os processos culturais que levam à identificação destes no constituir-se negro. Ao final da pesquisa, a pesquisadora conclui “a necessidade de aprofundamentos nas práticas cotidianas da escola e para além dela, entrelaçando as vivências e experiências da comunidade como aprendências na/da Pedagogia da Cultura Popular” (ANDRADE, 2007, p. 11).

Comunidades quilombolas no Estado do Espírito Santo: Conflitos sociais, consciência étnica e patrimônio cultural (2011) também é uma pesquisa de Oswaldo Martins de Oliveira. O pesquisador diz que não teve a pretensão de ser completo, pois este estudo é o resultado das pesquisas etnográficas em desenvolvimento no estado do Espírito Santo, desde 1997. Oswaldo reuniu dados de 40 comunidades que se definem quilombolas, recorrendo às lembranças recebidas dos antepassados e transmitidas às novas gerações. Trata-se de processos sociais que vêm estimulando a transmissão de saberes nessas comunidades, sobre sua própria existência e sobre quem são seus integrantes. “Reflico sobre a consciência de quilombolas, sobre sua constituição

comunitária e a apropriação política desses saberes como patrimônio cultural para a demarcação de seus territórios e identidades étnicas” (OLIVEIRA, 2011, p. 141).

Thiago Luiz D’Agostin Machado mostra em seu estudo, *O processo de titulação das comunidades quilombolas à luz do direito fundamental à memória: os casos de "Retiro" e "Linhaquinho"* (2012), alguns dos entraves jurídicos para a efetivação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que se dá por meio do procedimento de titulação, atualmente previsto no Decreto nº 4.887/2003. Essa pesquisa tem, como metodologia, a dialética, e as técnicas adotadas foram a pesquisa bibliográfica e a análise documental de dois procedimentos de titulação. Os procedimentos referem-se a duas comunidades quilombolas situadas no Espírito Santo: Retiro e Linhaquinho. Anterior à investigação, realiza-se uma análise do direito fundamental à memória, implícito constitucionalmente, por meio das relações entre a memória, o tempo e o direito. Realizou-se, brevemente, uma análise da trajetória jurídica e das causas da invisibilidade das comunidades quilombolas.

José Elias Rosa dos Santos, em sua pesquisa intitulada *Processos organizativos e identidade Afro-Brasileira: A transmissão cultural do congo em Cariacica-ES* (2013) retrata que Roda d’Água, em Cariacica, abriga uma comunidade de homens e mulheres que recebem, ressignificam e transmitem uma tradição cultural de vida secular. A transmissão cultural tem como base principal a família nuclear, em que os pais exercem a função de transmitir aos filhos os conhecimentos sobre o congo. A educação congueira é, também, uma responsabilidade de toda a comunidade, já que ela é passada de gerações em gerações. A partir da memória, os mitos são revividos em forma de rituais, como o Carnaval de Congo e Máscaras que, todos os anos, reforçam a identidade congueira. Por meio das relações políticas e sociais, os congueiros ampliam a ação das bandas e fortalecem o congo de Cariacica.

O estudo do pesquisador Roberto Izoton, *Identidade e territorialidade quilombola na comunidade de Alto Iguape – Guarapari – Espírito Santo* (2016), trata da identidade e da territorialidade na comunidade quilombola de Alto Iguape, localizada na região outrora conhecida como Goiabas, no município de Guarapari (ES). Izoton afirma que Alto Iguape é uma comunidade quilombola translocal, pois seus membros não residem somente nas Goiabas, mas, também, em outras localidades da área urbana de Guarapari e em outros municípios da Grande Vitória. Mesmo assim, os sujeitos que

moram fora das Goiabas possuem forte vinculação com seus parentes do interior e sentem-se parte da mesma comunidade. Após dois anos de pesquisa etnográfica realizada nas Goiabas e em Jabaraí, bairro da área urbana do município onde reside o maior número de quilombolas fora das Goiabas, o pesquisador afirma que o processo de reconhecimento e certificação pela Fundação Cultural Palmares foi um processo de constituição da identidade, visto que, anteriormente, os seus membros não se identificavam como quilombolas. Na construção dessa identidade, os de Alto Iguape movimentaram os mesmos elementos que utilizaram para a construção da sua territorialidade, que são as suas relações de parentesco, as atividades econômicas e relações de trabalho, as suas relações com o meio ambiente e as suas práticas espirituais e religiosas. Por isso, Izoton afirma que ambos os processos são relacionais, já que são baseados nesses quatro níveis de relações sociais.

4.2.1 Pesquisas em comunidade quilombolas no norte do Espírito Santo – Sapê do Norte

O recorte dessa pesquisa centraliza-se no estado do Espírito Santo, região do Sapê do Norte, território da comunidade São Domingos, que tem, como relevância, toda uma história marcada pelos contatos étnicos, culturais e linguísticos. Como foi apresentado no capítulo dois dessa dissertação, o E.S comporta, em seu território, pessoas de diferentes etnias, representadas, principalmente, pelos povos indígenas e africanos. Posto isso, a região do Sapê, localizada nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, certamente possui uma história de falares que referenciam as línguas africanas, dado que foi no município de São Mateus, em março de 1851, que apreenderam o último navio negreiro ilegal.

Com o objetivo de conhecer os trabalhos que envolvem as comunidades do norte do Espírito Santo, fizemos um levantamento no banco de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e outros sites, utilizando, as palavras-chave, “comunidades quilombolas no sapê do norte”, para analisar as pesquisas feitas nesses territórios. Contudo, foram encontradas pesquisas, mas nenhuma delas discutiam o estudo da língua.

A tese de doutorado de Ferreira, intitulada "*Donos do lugar*": "*a territorialidade quilombola do Sapê do Norte-ES* (2009), que é citada nesta pesquisa, disserta sobre

as formas de territorialidade construídas pelas comunidades afrodescendentes da região do Sapê do Norte, que compreende os municípios de São Mateus e Conceição da Barra, no norte do estado do Espírito Santo. Baseando-se na história oral dos residentes das comunidades, Ferreira afirma que estas comunidades foram originadas durante o escravismo colonial, que trouxe milhares de negros e negras da África para trabalhar nas fazendas escravistas produtoras de farinha de mandioca, comercializada com outras províncias, durante o século XIX.

O estudo da pesquisadora Olindina Nascimento, *Educação Escolar Quilombola: memória vivência e saberes das comunidades Quilombolas do Sapê do Norte, Escola de São Jorge* (2011), teve como finalidade mostrar que a incorporação dos saberes/fazer dos mais velhos no cotidiano escolar pode contribuir, não apenas para a perpetuação desses saberes na vida da comunidade como também no fortalecimento da autoestima de jovens e crianças que habitam naquele território, enfatizando as oraturas. Este estudo relata a resistência e valorização da cultura na comunidade São Jorge.

A tese de doutorado de Valentin, *Os três Tempos da Memória: Aspectos Psicossociais da Memória Social Entre Quilombolas do Norte do Espírito Santo* (2011), apresenta um estudo dos comportamentos afetivo-motivacionais relacionados à metacognição de regulação na idade pré-escolar, que podem mediar o desempenho de crianças em risco de problemas no desenvolvimento, como nos casos de Prematuridade e Baixo Peso ao nascimento (PTBP).

Neste levantamento de pesquisas presentes na região norte do Espírito Santo, foi encontrado o trabalho *A territorialidade e cosmologia na comunidade Quilombola Angelim I, Conceição da Barra - Espírito Santo* (2011), da pesquisadora Bethânia Dias Zanatta, contudo, a pesquisa não está disponível no site da CAPES e não foi possível encontrá-la em outros sites de pesquisa.

A dissertação de mestrado da autora Pasini, que também aparece nesta pesquisa, *Conflito territorial e soberania alimentar: um estudo de caso na comunidade quilombola Angelim, no Sapê do Norte – ES* (2014), analisa a relação entre conflito territorial e soberania alimentar, através de um estudo de caso na comunidade quilombola Angelim I, situada na região conhecida como Sapê do Norte, no litoral norte

do Espírito Santo. Encontram-se, nesse estudo, várias comunidades negras rurais que protagonizam um conflito territorial há cerca de quatro décadas, a partir da territorialização dos monocultivos, principalmente o de eucalipto, da antiga Aracruz Celulose, atual Fibria.

O trabalho *Quilombolas e jongueiros: uma etnografia nas comunidades de Linharinho e Porto Grande, Conceição da Barra (ES)* (2016), do autor Luiz Henrique Rodrigues, desenvolve uma reflexão sobre as maneiras pelas quais as comunidades quilombolas jongueiras, especificamente Linharinho e Porto Grande, estão tomando as práticas do jongo, reconhecido como patrimônio cultural do Brasil, como referências culturais para demarcarem suas identidades. Essa dissertação analisa, a partir da etnografia dessas comunidades quilombolas, as formas de organização social e política, assim como suas criações e recriações de bens culturais e religiosos.

A dissertação da autora Barbosa, intitulada *Das roças do Sapê: estudantes quilombolas, identidades e ensino de História na EEEFM 'Córrego de Santa Maria', São Mateus (ES)* (2017), aborda os possíveis diálogos e influências do ensino de História na construção identitária dos discentes do ensino médio regular, da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Córrego de Santa Maria”, residentes nas comunidades remanescentes de quilombos do entorno do distrito rural do Córrego de Santa Maria, em São Mateus (ES). Esse estudo fundamenta-se nas perspectivas teóricas dos Estudos Culturais e da História Cultural, assim como em referenciais das teorias curriculares pós-críticas e do multiculturalismo crítico.

Maria Alayde Alcântara Salim apresenta um texto muito importante para destacar a presença dos povos indígenas no estado do Espírito Santo. Intitulado em *A OCUPAÇÃO DA REGIÃO NORTE DO ESPÍRITO SANTO: conflitos sociais e degradação ambiental* (2020) o estudo tem como ponto de partida o reconhecimento da degradação ambiental analisada na região norte do estado na atualidade; assim, a partir dessa problemática, busca-se compreender o procedimento histórico que gerou essas transformações no território.

Em suma, essas pesquisas perpassam pela história oral, bem imaterial, das comunidades quilombolas do Sapê do Norte. Através do levantamento das pesquisas acima, constatou-se a importância de estudos linguísticos nesse território quilombola.

Por isso, foi escolhido, como *locus* de pesquisa, a comunidade São Domingos, não só por afinidade com o espaço, mas por ser uma comunidade com mais de 144 famílias de afrodescendentes em que os falares presentes nesse lugar são importantes para uma reflexão acadêmica do impacto das línguas africanas sobre o PB, português falado no Brasil.

A escolha em tratar do léxico se deu pela necessidade de visualizar quais eram os que poderiam estar presentes nos falares de São Domingos, visto que, os informantes relataram a presença de línguas africanas de seus antepassados. “(...) aí algumas palavra ficou na minha memóra algumas porque eu não sei a língua africana todinha não sei não vovó sabia tinha algumas a base e mesmo assim chegava maria curisco” (entrevista realizada na comunidade por Borges em março de 2020).

antão é a língua (...) a gente eu não tive muita oportunidade de conhecer muito a língua porque a gente é bem mais pra cá só que assim o que a gente entendeu que o que eu entendi que hoje a gente foi mudano um pouco é compretar as palavra né porque sempre às veze eis falava a palavra de um jeito e hoje a gente já fala de otô jeito (/) agora aquela língua lá atrás dele eu sei que existia entendeu porque eles falava que a minha vó falava que a vó dela a bisavó dela acho que era bisavó ou era avó ela diz que era cabocra e era cabocra e ela diz que foi pegado na bêra do rio dizeno ela contava que o pessoá dela falava que eh os cabocro (entrevista realizada na comunidade por Borges em janeiro de 2020).

então sobre a língua africana com palavras africanas é aqui na nossa comunidade né só aqueles mais velhos né que eles eh ainda falava né mas hoje a maioria já morreu né e os que ficaro de hoje né os mais novo eles não habituaram essa língua” (entrevista realizada na comunidade por Borges em maio de 2020).

Outro motivo importante para pesquisar o léxico foi a ausência de pesquisas em linguística e este ser o primeiro estudo na região do Sapê do Norte. Dessa maneira, através das transcrições das entrevistas, conseguimos indicar esses possíveis léxicos e discuti-los neste estudo, tendo uma análise preliminar e comparativa com a pesquisadora Castro (2001).

Nesse sentido, apresentaremos abaixo, uma amostragem, ainda que incipiente, da fala da comunidade São Domingos, baseando-nos em alguns léxicos recolhidos nas viagens de campo, que foram interrompidas pela pandemia. Em virtude dessa pausa na pesquisa, este estudo terá continuidade, por meio de um possível doutorado, para aprofundar a análise da fala da comunidade e dos léxicos. Neste retorno, pretende-se

falar com mais moradores, recolher mais dados e, assim, entender com maior intensidade a dinâmica desse território que muito tem para dizer.

4.3 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Os falares presentes no território do Sapê do Norte, e principalmente na comunidade São Domingos, possibilitaram rememorar uma história de sofrimento, contudo, esses mesmos falares evidenciaram a riqueza da cultura africana e o início de um estudo linguístico nesse lugar. Nessa perspectiva, optou-se pela análise da fala da comunidade para se pensar a importância da linguagem no ensino da língua portuguesa.

Ademais, Lucchesi (2002) afirma a relevância em analisar a fala das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, pois elas assumem uma posição fundamental para a língua portuguesa.

na fala dessas comunidades podem ser encontrados indícios valiosos acerca das mudanças que teriam ocorrido na estrutura da língua portuguesa ao ser adquirida precariamente por um largo contingente de escravos africanos e ao ter se nativizado entre os seus descendentes (LUCCHESI, 2002, p. 02).

Em função do seu isolamento precedente, essas comunidades seriam, assim, bibliotecas vivas de saberes e experiências, que marcaram a história da língua portuguesa pelo território do Brasil. Um exemplo disso, é o relato de uma das informantes, quando afirma que as línguas se perderam na sua comunidade, mas as palavras “diferentes” ainda estão presentes nos diálogos de São Domingos, sobretudo, na fala dos mais velhos. “Então sobre a língua africana com palavras africanas é aqui na nossa comunidade né só aqueles mais velhos né que eles eh ainda falava né” (entrevista realizada na comunidade pela pesquisadora em maio de 2020).

eu já vi alguém já alguém já citaram algumas palavrinhas diferentes né mas eu agora não me lembro agora não mas eu já vi citar palavrinhas diferentes já vi algumas né uma pessoa bem mais velha aqui dentro da comunidade que igual minha vó por exemplo às vezes ela fala umas palavra outro tipo de palavra que aí a gente fica observano para descobrir o que que é que ela tá dizendo (entrevista realizada na comunidade por Borges em maio de 2020).

Para apresentar os dados e enfatizar os falares da comunidade São Domingos – região do Sapê do Norte, mapeamos os seguintes léxicos: CAMARINHA, ABADÔ,

ALABÊ, EPÔ, GUINÉ e MARIÔ, para discussão e análise dos dados. A demonstração iniciará com recortes das transcrições das falas dos informantes e os léxicos recolhidos para pesquisa. Logo após, apresentaremos uma consulta ao *corpus* da autora Castro (2001) para compreender o significado e a etimologia da palavra conforme é referenciado pelas siglas apresentadas abaixo. Essa relação dos vocábulos mapeados com o estudo de Castro foi interpretada e descrita nesse trabalho, seguindo o contexto das falas dos informantes. Nota-se que há uma importância em analisar os falares da comunidade, pois, a análise mostra que esses léxicos podem diferir do significado trazido por Castro, e apresentar outras interpretações de acordo com o enredo da conversação.

Léxicos marcados nas transcrições

Trecho da entrevista - CAMARINHA:

NF 02: A minha vó às vezes até nós falamo vó Maria também fala lá 'ocês fala quarto né?

DOC: ...Uhum

INF 02: E nós chama *camarinha*

DOC: *Camarinha?*

INF 02: *Camarinha*

DOC: Ah, parece camarinho de artista, né?

INF 02: *Camarinha* lá o lugarzinho que ficava né aqueles lugar que guardava farinha o cesto assim uma lata pra guardar beijú né ou senão o vovó ela falava assim lá na *camarinha do santo*...

Analisando o diálogo da informante com a documentadora, observa-se que a palavra CAMARINHA aparece nesse contexto dando o significado de ser um lugar onde guardava farinha ou um cesto para guardar beiju. A informante, ainda, cita o exemplo de que a avó dela dizia para os netos guardarem o beiju “lá na camarinha do santo”, isto é, o lugar do santo de devoção dos religiosos da comunidade.

O *corpus* da autora Castro (2001) traz o significado da palavra CAMARINHA como quarto de dormir. Ela descreve as siglas (FB) e (PS), que significam formação híbrida brasileira (híbridos, decalques; derivados) e povo-de-santo, comunidade religiosa afro-brasileira. Outro léxico é sugerido pela autora nesse significado, a palavra *runcó*. Esse vocábulo refere-se à clausura ou camarinha – quarto especial do terre(i)ro – onde os noviços são alojados e passam a dormir durante o período de reclusão.

Ainda nessa análise, o verbo *camarinhar*, de acordo com o dicionário informal¹³, refere-se ao estado de reclusão onde ficam, no ritual fetichista, as jovens que devem ser iniciadas para se tornarem mães-de-santo. Na frase “Eu camarinho”, o vocábulo camarinho é a ação do ritual religioso. Esse significado relaciona-se com o de Castro (2001).

Os significados de Castro em *camarinha* e *runcó* aproximam-se do conceito do verbo camarinho e da palavra pronunciada pela informante na frase “a avó mandava guardar na camarinha de santo”. Dessa forma, percebe-se que a informante, sem intenção, dá dois significados para camarinha e possibilita interpretações parecidas da palavra. Logo, o *corpus* de Castro também sugere dois significados próximos quando traz a palavra *runcó* como sinônimo de *camarinha*. Ainda não é possível atestar com precisão o significado real da palavra para a comunidade, se é um lugar para guardar farinha/beiju, um quarto de dormir ou até mesmo um quarto especial do terreiro; ação religiosa. Por isso, um questionamento cerca a análise desse léxico: Será que CAMARINHA está presente nos falares de outros moradores da comunidade?

Trecho da entrevista - palavra ABADÔ:

INF 02: antão e ôto nome que eu falei aí 'ocê o milho né milho antão não sei como na Bahia êis fala

CIRC: Milho é...

INF 02: antão não sei como lá ni Bahia fala mas os nagô chamava aqui o *abadô*

DOC: Olha eu tenho isso no meu livro, agora vai {*informante ri*} abadu?

INF 02: *Abadô*

DOC: *Abadô*

INF 02: Eu aprendi esses nome com o meu pessoá que baxava até hoje se êis baxar êis fala pega *abadô* aí minha filha (...)

Nota-se, no recorte acima, que a palavra ABADÔ aparece na fala da informante com o significado de milho. A Inf 02 salienta que “os nagô chamava abadô de milho” e isso foi aprendido com o seu pessoal, o povo da comunidade ou os antepassados que residiam na região do Sapê do Norte.

13 Ver: <https://www.dicionarioinformal.com.br/camarinho>

Sobre esse léxico, a autora Castro (2001) apresenta, *abadô*, com o significado de *milho, pipoca*. Ela aponta essa palavra como pertencente à língua do grupo KWA e apresenta a sigla LS, língua-de-santo ou linguagem religiosa afro-brasileira. Diante disso, é possível afirmar que a palavra tem significados semelhantes tanto na comunidade quanto em Castro. A autora define, por meio da sigla LS, que a palavra é usada nos rituais religiosos africanos, e, igualmente, a informante traz essa informação subentendida na frase “o meu pessoá que baxava”. Pensando que as comunidades do Sapê possuem práticas religiosas baseadas em modelos das tradições africanas, o vocábulo *ABADÔ* pronunciado pela informante na entrevista, ainda pode ser falado nessas convenções.

Trecho da entrevista - palavra *ALABÊ*:

INF 02: E lá no assento tinha isso tinha aqueles que ele fala assim uns fala presidente outros fala mestre mas [eu não] êis chamava *alabê* a pessoa que coordenava aquilo dali que conhecia tudo eis chamava *alabê* o meu tio o filho dela porque êis era igual irmão chamava *alabê...alabê* de santa barba (/)

INTERRUP

INF 02: Quando maria curisco botava...botava todo mundo na roda ela cantava assim...

{informante canta}

O significado da palavra *ALABÊ*, no contexto de fala acima, denomina-se como presidente ou coordenador da organização religiosa presente na comunidade. Assim, Castro (2001) também descreve *ALABÊ*, em sua análise, como chefe dos tocadores de atabaque em práticas religiosas.

Significado da palavra por Castro (2001):

(2) **ALABÊ** (kwa) (°PS) –s.m. chefe dos tocadores de atabaque e sacrificador de animais nas cerimônias do **terre(i)ro**; é sempre o tocador do rum e ocupa o posto de **ogã**. Var. **alabá**, **ogã-de-alabê**, **ogã-de-coro**, **ogã-de-faca**, **ogã-ilu**. Cf. **runtó**, **xicarangoma**. Yor. *Alàgbé*, tocador de tambor + sacrificador ritual. (CASTRO, 2001, p. 149, negritos da autora).

Novamente, outra palavra aparece no grupo KWA, e, também, é apresentada pela sigla PS, que significa povo-de-santo, comunidade religiosa afro-brasileira. A sigla Yor., da língua iorubá, também aparece na descrição desse léxico através da escrita *Alàgbé*.

O significado, tanto dado pela informante quanto o que aparece em Castro são semelhantes. Ambas apresentam ALABÊ como um chefe ou dirigente que ocupa essa posição nas cerimônias religiosas.

Trecho da entrevista em que aparece a palavra EPÔ:

INF 02: o dendê de vocês o côco de dendê eis chamava *epô* dendê que é o óleo epô os *nagores* chama epô língua africana

DOC: Nagores então a origem é nagô mesmo não é banto diferente da Bahia tá?...

A informante relata a palavra como dendê, o azeite-de-dendê ou coco de dendê. Importante frisar que a informante pronuncia a palavra *nagores* para se referir a origem da palavra. Analisando o que Castro afirma, o EPÔ também significa azeite de dendê, assim como a informante relata na entrevista.

Significado da palavra por Castro (2001):

(4) EPÔ (Kwa) (LS) –s. Ver **aze(i)te-de-dendê**. Yor. *Ekpo*. (CASTRO, 2001, p. 230, negritos da autora).

Percebe-se, novamente, que o léxico destacado aparece no grupo KWA e acompanhado da sigla LS para identificar a palavra como língua-de-santo, linguagem religiosa afro-brasileira.

Trecho da entrevista em que aparece a palavra GUINÉ:

INF 02: ...trazia no cabelo e tem muito coisa que vei junto deles da África ma esses remédo que eles fala uns fala *guiné* outros *tipi* e depois no final maria curisco baxava duas vezes a nagô africana mais véia baxava ne vovó baxava duas vezes só na chagada quando ia e ôto dia de manhã quando já ia terminar a mesa que botava todo mundo ali e aí ela cantava

De acordo com a entrevista, a *guiné*, era usada como um remédio e os escravizados traziam-na nos cabelos durante o período escravocrata, pois consideravam uma erva muito importante e que curava qualquer coisa, conforme afirmou a informante. Nota-se um significado semelhante ao da autora Castro, que descreve o GUINÉ como uma planta diurética e usada para afastar espíritos ruins. Fazendo essa analogia, o GUINÉ seria uma erva que foi trazida do continente africano para protegê-los das doenças físicas e espirituais.

Significado da palavra por Castro (2001):

(5) **GUINÉ** (FB) (°BR) –s.f. herbácea tida como diurética e usada para afastar os maus espíritos. Port. Guiné, toda a costa ocidental da África no século XVI. (CASTRO, 2001, p. 245, negritos da autora).

Esse léxico, apresentado por Castro, traz a sigla FB, que significa a formação brasileira (híbridos, decalques; derivados) e °BR, português do Brasil.

E mais uma vez, podemos verificar que o léxico GUINÉ presente na fala de São Domingos e apresentado por Castro (2001), quanto à análise dos falares africanos na Bahia, possui um significado semelhante e, mais que isso, uma herança de sabedoria trazida dentro dos navios no período escravocrata.

Trecho da entrevista em que aparece a palavra MARIÔ:

{informante canta} “o [cogibavê] de lá devoção já vai caba” todo mundo na roda aí êis pegava ela pegava uma palminha de mariô porque tinha que ter um mariô...

DOC: O que... que é isso?

INF 02: Que sabe de tudo eu não tô podendo falar essas coisas não que tô já falando além que eu não posso o mariô é uma folhinha do dendê que dá lá no broto...

MARIÔ, de acordo com a informante, trata-se uma folhinha de dendê, significado também semelhante ao de Castro, que descreve o MARIÔ como palha-da-costa e a aponta como um sinônimo desse léxico.

Significado da palavra por Castro (2001):

(6) **MARIÔ** (kwa) (PS) – s.m. **palha-da-costa**, franjas de **dendeze(i)ro** desfiadas, símbolo de **Ogum**. Var. **mariuô**. Yor. M̀ariwò. (CASTRO, 2001, p. 278, negritos da autora).

Está presente aqui, mais uma vez, a sigla kwa e a PS, que significa povo-de-santo, comunidade religiosa afro-brasileira. Importante pontuar que a autora Castro apresenta uma variante da palavra MARIÔ que se escreve *mariuô* e em iorubá, *m̀ariwò*.

Em relação aos dados apresentados e para a análise lexical da fala da comunidade São Domingos, consultou-se o *corpus* da autora Castro (2001), que é uma referência de trabalhos em línguas africanas. De acordo com Emile Bonvini (2008), este *corpus*

é composto por um diverso vocabulário africano em contextos socioculturais dos falares baianos, entendidos em sua obra como a linguagem do português regional da Bahia e dos seguidores dos candomblés, com um número de 3.517 palavras. Ainda acerca deste assunto, Petter e Alkmin apontam que:

Como resultado final de sua pesquisa, a autora aponta o registro desses 3.517 léxicos de origem africana, sendo 1.322 de origem banta (quicongo, quimbundo e umbundo), 1.299 de origem oeste-africana (ioruba, fon), 3 de origem imprecisa (banta ou oeste-africana) e 853 colocados sob a rubrica formação brasileira (PETTER E ALKMIN, 2008, p. 156).

O *corpus* de Castro (2001) é apresentado por abreviaturas (LS), (PS), (LP), (BA), (BR) após cada entrada lexical, que são utilizadas em função de uma ordem de pressuposição. A sigla (LS) significa língua-de-santo ou religiosa; (PS) povo-de-santo ou comunidade religiosa afro-brasileira; (LP) linguagem popular, regional brasileira ou termo dicionarizado; (BA) falar corrente, regional e familiar da Bahia e (BR) português do Brasil. Ainda em análise desse *corpus*, a autora apresenta as palavras em caixa-alta e negritadas, como também possibilita a consulta de palavras próximas de outras línguas como iorubá. Por fim, a organização de apresentação desses étimos africanos está ordenada conforme “a precedência histórica de introdução das línguas bantos (Kik./Kimb./Umb.) e kwa (Fon/Yor.) no Brasil; e suas ortografias estão de acordo com as fontes escritas nos dicionários africanos consultados” (CASTRO, 2001, p. 132).

Para corroborar, Lucchesi (2002, p. 02) afirma que os falantes das línguas kwa (iourubá ou nagô) são predominantes na região da Bahia, já os das línguas banto (quimbundo e o quicongo) predominavam nas outras regiões do país, “apesar de o único testemunho histórico de uma língua geral africana, documentada na região de Ouro Preto, em 1741, seja da língua fon, uma língua kwa”.

Diante disso, analisou-se a proximidade desses léxicos de acordo com o significado do *corpus* e o contexto das entrevistas. Nessa análise, foram observados que os léxicos encontrados na comunidade e apresentados aqui referem-se à culinária e a religião. Historicamente, há, no Brasil, léxicos de origem africana nessas duas áreas devido à culinária trazida pelos africanos, assim como suas práticas religiosas. Estes fatores também podem ser vistos no estudo de Alkmin e Petter (2008), intitulado *Palavras da África no Brasil de ontem e de hoje*, que analisa o vocábulo comum, entretanto, diferentemente de Castro, elas desconsideram os vocabulários ligados à

culinária e à religião. A escolha por Castro se deu, como relatam no texto, por ser a pesquisa com o mais completo e sistemático registro de léxicos de origem africana do Brasil. Através de um levantamento de palavras de origem africana em uso no português brasileiro, Alkmin e Petter observaram a historicidade desses termos, buscando evidenciar sua integração, mobilidade e vitalidade.

Nesse sentido, pretendemos aprofundar a análise para verificar se é possível atestar léxicos de origem africana de usos comuns e/ou em outros contextos de fala e, ainda, se esses léxicos são utilizados pela maioria dos falantes da comunidade de São Domingos. Importante dizer que, procuramos pela etimologia das palavras encontradas nas entrevistas, como exemplo a palavra *camarinho*, que não é de origem afro. Por isso, é relevante que esse estudo seja retomado, afinal, outros léxicos foram mapeados nas entrevistas, como, por exemplo, o termo *camuciti*, que segundo a informante, significa 'sair e entrar na mata'.

Em uma primeira análise, surgiram muitos léxicos que, possivelmente, são de origem indígena, mas que, devido à paralisação da pesquisa, não nos foi possível aprofundarmo-nos nesse estudo. Afinal, a região do Sapê do Norte atesta a presença desses povos, de acordo com estudos e afirmações dos informantes nas conversações. Sendo assim, pretende-se seguir com esse estudo para continuar analisando esses léxicos que representam ser de origem indígena e seguir olhando, também, para os de origem africana.

Portanto, há muito o que se dizer da comunidade São Domingos e das 32 comunidades da região do Sapê do Norte, pois não foram encontradas pesquisas na área da linguística e as histórias contadas pelos moradores das comunidades apresentam palavras e expressões importantes para os estudos relacionados à presença das línguas africanas no português do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou alguns léxicos presentes nos falares da comunidade São Domingos, localizada na região do Sapê do Norte, explorando-os a partir do *corpus* de Castro (2001), que possui a obra mais completa já escrita sobre as influências africanas no português do Brasil.

Como já dito nas considerações iniciais, este estudo parte de uma experiência pessoal e profissional, bem como da necessidade em discutir os falares da região do Sapê do Norte, visto que não há uma discussão linguística a respeito desse lugar. Como apresentados no último capítulo, os estudos trazem aspectos culturais - danças, festas, o território geograficamente -, mas nada sobre os léxicos.

Pensando nisso, foi percorrido um caminho para chegar-se às análises, em que apresentamos as comunidades do Brasil; o Sapê do Norte, a comunidade São Domingos, como a pesquisa foi feita e seus entraves e, por fim, a relação lexical da comunidade São Domingos com os falares presentes no *corpus* de Castro. Sendo assim, os quatro capítulos foram divididos e organizados numa sequência em que esclarecesse o objetivo da pesquisa, que é apresentar o território da comunidade e os léxicos recolhidos nas entrevistas.

Para entender essa organização, no capítulo I, mapeamos os territórios de comunidades quilombolas para termos uma visão panorâmica dessas comunidades e, principalmente, da quantidade de quilombos no país, dividindo-os por região. Nessa perspectiva, discutimos a respeito do processo de certificação e reconhecimento desses territórios para a aquisição dos direitos, conforme o decreto nº 4.887. Art.2º. Finalizando o capítulo, apresentamos a região do Sapê do Norte, espaço composto por 32 comunidades.

O capítulo II foi dedicado para a descrição da comunidade, pois notamos a importância em apresentar esse espaço formado por mais de 144 famílias quilombolas. Por isso, destacamos a escola quilombola, a economia da comunidade, o acesso à saúde e o entretenimento e religiosidade dos moradores.

No capítulo III, um capítulo metodológico, mostramos todo o percurso para a conclusão dessa pesquisa: as viagens de campo, a chave de transcrição que foi usada

para o registro das entrevistas, a paralisação da pesquisa devido à pandemia, e outras experiências importantes vivenciadas pela pesquisadora.

No capítulo IV, fizemos um levantamento dos estudos que versam sobre o léxico das comunidades quilombolas das regiões brasileiras, salientando os trabalhos na região do norte do Espírito Santo com ênfase na região do Sapê. E, por fim, apresentamos alguns léxicos presentes nos falares de São Domingos, consultando, para nossa discussão e comparação, o *corpus* de Castro (2001).

Os léxicos mapeados nesse estudo foram analisados observando o significado das palavras consultadas no vocabulário do livro *Falares africanos na Bahia: um vocabulário Afro-brasileiro* (2001), de Yeda Pessoa de Castro, verificando o contexto de fala dos informantes como, também, a definição dada pela autora em sua obra.

Esse processo de consulta, possibilitou a interpretação de palavras que, na discussão, observou-se uma aproximação de sentido, enquanto outros léxicos trouxeram significados diferentes aos descritos por Castro. Essas observações foram importantes para se pensar em uma retomada futura de estudo para investigação desse território.

As viagens de campo, necessárias para as gravações das entrevistas e recolhimento das palavras, foram cessadas diante da pandemia e isso nos afastou do *lócus* da pesquisa. Deste modo, o trabalho não pode seguir com os objetivos pretendidos inicialmente, devido ao tempo para conclusão desse estudo.

Sendo assim, este trabalho apresentou uma descrição da comunidade São Domingos e seu entorno, somando-se a outros trabalhos sobre quilombolas no Brasil, com o propósito em mostrar esse espaço de saberes e discutir esses falares, ratificando a importância em estudar os aspectos etnolinguísticos do Sapê do Norte.

Mapear esses léxicos e apresentá-los nessa pesquisa, possibilitou, também, uma reflexão importante acerca do ensino da língua portuguesa, pois é necessário debater as falas das comunidades, não somente na escola quilombola de “Mário Florentino”, mas, também, nas da região que abriga as cidades de Conceição da Barra e São Mateus.

Sob esse ponto de vista, entendemos que essas palavras fortalecem a identidade dos moradores e dos estudantes. Por esse motivo, seria importante trabalhar com formações sobre os falares das comunidades e, com isso, ressignificar a cultura quilombola na região, pois, com essa prática, poderíamos promover a identidade e trabalhar/amenizar o preconceito linguístico presente nas escolas do norte do estado.

Consideramos este trabalho como uma etapa inicial de uma caminhada em curso, já que somente pudemos elencar aqui, alguns léxicos mapeados nas análises. Este estudo nos impulsiona a dar prosseguimento à investigação, pois não foram esgotadas todas as questões neste trabalho. O propósito em continuar a pesquisar é porque há uma necessidade de buscar elementos para a delimitação de uma área linguística que venha acrescentar este estudo etnolinguístico.

Para finalizar, gostaríamos de retomar o título dessa pesquisa, “*Comunidade Quilombola de São Domingos região do Sapê Do Norte/Es: Aspectos Etnolinguísticos com ênfase no léxico*”, destacando que ele traduz a paisagem cultural do Sapê do Norte. *São Domingos* é a força de um território que existe e resiste com as lutas sociais; *etnolinguístico* como um adjetivo que se refere, ao mesmo tempo, à cultura e sociedade e à língua; que acompanhado pelo *léxico*, traduz esses falares africanos falados no norte do estado do Espírito Santo. E nesses mecanismos, a resistência e as memórias se encontram, em movimento e afetividade.

Diante do que foi apresentado nessa dissertação, ratificamos a relevância da retomada desse estudo para o universo acadêmico, sabendo que se trata do primeiro estudo linguístico sobre essas comunidades quilombolas do/no Espírito Santo. Dessa forma, a continuidade de trabalhos que abordem todos os campos da linguística no Sapê do Norte e a ligação das festas na área com festas em outras áreas devem ser os caminhos para os próximos trabalhos nesse território que muito tem a nos dizer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACÁCIO, Maria Sílvia Jucá. **Um estudo etnolinguístico centrado na variedade de português vernacular dos Tembé do rio Guamá (PA)**. 2020. 306 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

ABREU, Uana Vanessa Pinheiro; ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes de; BARREIROS, Patrício Nunes. Da África à Bahia: um estudo sobre o léxico africano em comunidades do semiárido baiano. *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*. **Revista Philologus**, Ano 26, n. 77. Rio de Janeiro: CiFEFiL, mai./ago.2020.

AGUILERA, VADERCI De Andrade; BUSSE, Sanimar. Contato Linguístico e Bilingüismo: algumas reflexões para o estudo do fenômeno da variação linguística. **Revista: Línguas e Letras**, Paraná, 2008.

ALMEIDA, Marcos Abreu Leitão de. **Tráfico de africanos para o Brasil**. Unicamp/Fapesp. Rio de Janeiro, 2014.

Almeida, Alessandra Preussler de. **A concordância verbal na comunidade de São Miguel dos Pretos, Restinga Seca, RS**. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2006.

ALKMIN, Tania; PETTER, Margarida. **África no Brasil: a formação da língua portuguesa**. São Paulo, editora: contexto, 2008.

ALTENHOFEN, Cléo; MELLO, Heliana; RASO, Tommaso. Os contatos linguísticos e o Brasil: Dinâmicas pré-históricas, históricas e sociopolíticas. In: ALTENHOFEN; MELLO; RASO. (Org.). **Os contatos linguísticos no Brasil**. Belo Horizonte, ed. UFMG, 2011, p. 13-56.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução do Trabalho Científico: Elaboração de Trabalhos na Graduação**. 5 Ed. – São Paulo: atlas, 2006. 174p.

ANDRADE, Patrícia Gomes Rufino. **Olhares sobre jongos e caxambus: processos educativos nas práticas religiosas afro-brasileiras**. 2013. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013.

ANDRELINO, Dirce; BORGES, Jardiléia Pereira; FERRAZ, Flaviane. A influência da Língua Africana no campo semântico na comunidade São Jorge no município de São Mateus/ES. São Mateus: **Revista Mundo Acadêmico**, 2014, p. 60.

ANDRÉ, Marli Eliza D.A. **Etnografia da prática escolar**. São Paulo: Papyrus, 2005.

ARAÚJO, Gilberto Paulino de. **O conhecimento etnobotânico dos Kalunga: uma relação entre língua e meio ambiente**. 2014. 218 f., il. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Imigrantes: estatísticas**. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/imigrantes/html/estatisticas.html>. Acesso em: 16 ago. 2010.

ARQUIVO NACIONAL MAPA MEMÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA. **Lei Eusébio de Queirós**. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/>. Acesso em: 15 jan. 2021.

ARESI, Cláudia. O território como suporte identitário para a cultura kaingang¹. Campo território: **Revista de geografia agrária**. Rio Grande do Sul, 2008, p.264-279.

BAGNO, Marcos. **A norma culta – língua e poder na sociedade brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Parábola editorial, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Ed. 34, 2004.

BARBOSA, Diego Romerito Braga. **Das roças do Sapê**: estudantes quilombolas, identidades e ensino de História na EEEFM 'Córrego de Santa Maria', São Mateus. Mestrado em ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, 2017.

BARBOSA, Quezia Maria Reis de Oliveira. **Um perfil lexical do português falado em comunidades quilombolas em barreirinha (am)**: um estudo dialetológico. 2013. 179 f. Dissertação (Mestrado em Linguística, letras e artes: letras) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

BASSO, Renato Miguel; GONÇALVES, Rodrigo Tadeu. **História da língua**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010.

BISPO, Antônio dos Santos. **Colonização, Quilombos, modos e significados**. Brasília, 2015. Edição: José Jorge de Carvalho

BONVINI, Emílio. **Línguas africanas e português falado no Brasil**. In: FIORIN, J.L; PETTER, M. (Org.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 15-61.

BORGES, Jardiléia; CERILLO, Joyce Rangel; SANTOS, Molaynni Cerillo. **O ensino da história e cultura afro-brasileira na educação básica**: uma proposta de sequência didática. São Mateus – ES, 2017.

BRASIL. MEC. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep)**. Censo da Educação Básica – 2020. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica> Acesso em 15 de jul. 2020.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.887/2003, de 20 de novembro de 2003. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 21 nov. 2003. p. 4. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=4887&ano=2003&ato=d43MTVE5EeRpWTf21>. Acesso em: 10 jan. 2020.

CALAZANS, Marcelo. Agricultura, identidade e território no Sapê do Norte quilombola. **Revista Agriculturas**. Vol. 7. Espírito Santo, 2010.

CÂMARA JR., J. M. **Dicionário de Filologia e Gramática**. São Paulo, ed. Jozon, 1968.

CAPES - **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br>. Acesso em: 18. maio.2021.

CARMO, Laura do; LIMA, Ivana Stolze. **História social da língua nacional 2: diáspora africana** (Org.). 1º. ed. Rio de Janeiro: NAU 2014.

CARTOGRAFIA social do carvão no sapê do norte. **Equipe do fundo Brasil de direitos humanos**, Vitória, ed. EDITORAÇÃO e tratamento de fotos Rayza Mucunã Paiva. IMPRESSÃO: mil exemplares p. 01-36, 2013.

CASTRO, Yeda Pessoa de. **A Influência de Línguas Africanas no Português Brasileiro**. Art. Científico. Salvador. Secretaria Municipal de Educação, 2005.

CASTRO, Yeda Pessoa de. **A sobrevivência das línguas africanas no Brasil: sua influência na linguagem popular da Bahia**. II Congresso Internacional de Africanistas. Dacar, 1968.

CASTRO, Yeda Pessoa. **Falares africanos na Bahia (um vocabulário afro-brasileiro)**. 1ªed. Academia Brasileira de Letras; Rio de Janeiro: ed. Topbooks, 2001.

CASTRO, Yeda Pessoa de. **Antropologia e Linguística nos Estudos afro-brasileiros**. X Reunião Brasileira de Antropologia, Bahia: Salvador, 1976.

CNN BRASIL. **Veja quais países iniciaram a vacinação contra a Covid-19; Brasil está fora**. São Paulo. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/12/24/quais-os-paises-que-ja-comecaram-a-vacinacao-contra-a-covid-19>. Acesso em: 20.jul.2021

COLONIZAÇÃO e Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/quilombola>. Acesso em: 16.jan.2020.

COLETIVO DE MULHERES DA CONAQ. **Quando uma mulher quilombola tomba, o quilombo se levanta com ela**. São Paulo, 2020.

CONAQ. **Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas**. Disponível em: <http://conaq.org.br/coletivo/terra-e-territorio/> Acesso em: 28 set. 2020.

CONDE, Bruno Santos. **Senhores de fé e de escravos: a escravidão nas fazendas jesuíticas do Espírito Santo**. Trabalho apresentado no 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Curitiba, 2009.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 no art. 215, parágrafo. 1º. Da Educação, da Cultura e do Desporto. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 20 mar. 2021.

CORONAVÍRUS Brasil. **Painel Coronavírus**, Brasília. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

COSTA, Eliane Gonçalves; SANTOS, Zaira Bomfante dos. **A educação étnico-racial em diálogo com a semiótica social**. São Paulo, 2018.

COSTA, Eliane Gonçalves da. **No fim o princípio: Raízes de Luanda**. 2007. 118 f. Dissertação (Mestrado em Literatura). PUC, São Paulo, 2007.

COSTA, Catarina de Sena Sirqueira Mendes da. Variação/diversidade linguística, oralidade e letramento: discussões e propostas alternativas para o ensino de língua materna. Uberlândia – MG. Volume 2, 2012. **Anais do SIELP**. Volume 2, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2012. ISSN 2237-8758

DECRETO nº 4.887. Art.2º principal do planalto. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto. Acesso em: 10. jan.2020.

DEALDINA, Selma dos Santos. **Mulheres quilombolas defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política**. São Paulo, 2020.

DIAS, Marcelo Pires. **Atlas geossociolinguístico quilombola do Nordeste do Pará (AGQUINPA)**. 2017. 2 v. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Belém, 2017. Programa de Pós-Graduação em Letras. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10559>. Acesso em: 15.jul.2021

DOTA, Ednelson Mariano; COELHO, André Luiz Nascentes; CAMARGO, Danilo Mangaba de. **Atlas da migração no Espírito Santo**. Dados eletrônicos. 1. ed. - Vitória: UFES, Proex, 2017.

ESPÍRITO SANTO (estado). **ES em dados**. Vitória, 2016. <https://www.es.gov.br/es-em-dados>. Acesso em: 10 de out. 2020

FAUSTO, Boris. História do Brasil. **Edusp**. São Paulo, 1996.

FRANCESCHETTO, Cilmar. **Imigrantes no Espírito Santo**. Disponível em: <http://imigrantes.es.gov.br/html/historico.html>. Acesso em: 11 de out. 2020

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **“Donos do lugar”**: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte – ES. Niterói [s.n], 2009. 531 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida. **África no Brasil: a formação da língua portuguesa (Org.)** São Paulo, 2008.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. **Literatura e oralidade africanas: mediações**. Revista Mulemba / Revista do Setor de Letras Africanas de Língua Portuguesa -

Departamento de Letras Vernáculas. Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Volume 14, número 2, jul-dez de 2016.

FORDE, Gustavo Henrique Araújo. **Vozes negras na história da educação: racismo, educação e movimento negro no Espírito Santo**. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2018. 304 p.

FUNDAÇÃO PALMARES. **Certificação das comunidades quilombolas**. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/> Acesso em: 07 nov. 2020.

FURTADO, Hildeniza Castro da Silva. **Levantamento de lexias características dos falares do Guaporé, com especial menção dos possíveis bantuísmos**. 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística). Ciências da linguagem. Universidade Federal de Rondônia, Rondônia, 2009.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas** / Clifford Geertz. – 1ª.ed., Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projeto de Pesquisa Científica**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999, p.115.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. Minas Gerais, Açãoeducativa.org.br, 2012.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. Brasília, 2018.

GONÇALVES, Francisca Valda. **Identificação e análise de alguns vocábulos básicos dos falares dos quilombolas do vale do Guaporé**. 2009. 174 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Ciências da linguagem. Universidade Federal de Rondônia, Rondônia, 2009.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Governo ES**. Disponível em: <<https://www.es.gov.br/Not%C3%ADcia/curso-de-producao-audiovisual-em-sao-mateus-e-conceicao-da-barra>>. Acesso em: 29 out. 2020.

GUIMARÃES, Eduardo. **A língua portuguesa no Brasil**. Campinas, 2005. Cienc. Cult. vol.57 no.2 São Paulo Apr./June 2005

HISTÓRIA dos quilombolas. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/breaking-news/2016/10/acuados-a-historia-dos-quilombolas-no-espírito-santo/>. Acesso em: 06.fev.2020

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/conceicao-da-barra/panorama>. Acesso em: 15 out. 2020.

IMIGRANTES.ES. **Projeto imigrantes Espírito Santo**. Disponível em: <http://imigrantes.es.gov.br/html/historico.html> Acesso em: 13 out. 2021

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Regularização de territórios quilombolas**. Brasília – INCRA, 2019.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Dados da escola Mário Florentino**. Disponível em: <http://idebescola.inep.gov.br/ideb/consulta-publica>. Acesso em: 30 jun. 2021.

INSTITUTO BUTANTAN. **Vacina da CoronaVac**. Disponível em: <https://butantan.gov.br/>. Acesso em: 21 jul.2021.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **ES em mapas**. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=109. Acesso em 19 out. 2020.

INSTITUTO JONES SANTOS NEVES. **ES em Mapas**. <http://www.ijsn.es.gov.br/> Acesso em: 02 out. 2020

IPAN/USP. **Projeto piloto**. Disponível em: <https://www5.usp.br/tag/iphan>. Acesso em: 20 abr. 2021.

IZOTON, Roberto. **Identidade e territorialidade quilombola na comunidade de Alto Iguape – Guarapari – Espírito Santo**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.

JUBRAN, Clélia Spinard. (Org.). **A construção do português culto falado no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2019.

KOINONIA – Presença Ecumênica e Serviço. **Quilombos do Sapê do Norte: as comunidades negras rurais dos municípios de Conceição da Barra e São Mateus**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: www.koinonia.org.br/oq. Acesso em: 25 mar.2021.

LAVILLE, Christian. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Minas Gerais-MG. Editora: UFMG, 1999.

Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 15 out. 2019.

Lei nº 9.768, de 26 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a definição das Microrregiões e Macrorregiões de Planejamento no Estado do Espírito Santo. **Estado do Espírito Santo.** Vitória. <http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LO9768.html> Acesso em: 01 de out. 2020.

Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, que declara extinta a escravidão. Presidência da República Casa Civil. Brasília. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm. Acesso em: 10 de out. 2020.

LIMA, Rachel Pereira. **O ensino da Língua Portuguesa:** aspectos metodológicos e linguísticos. Scielo. Curitiba, 1985. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440601985000100002. Acesso em: 13 de set. 2019.

LIMA, Fernanda Barboza de. **Comunidade quilombola caiana dos crioulos: um estudo sociovariacionista.** 2014. 295 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

LINS, Alex Batista **Três, Hipóteses e alguns caminhos para melhor compreender o processo constitutivo do português brasileiro.** SciELO Livros. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 329 ISBN 978-85-232-0602-4.

LORDELLODAS, Eliane. **O Porto de São Mateus ES:** Historicidade e atualidade. São Mateus, jan. 2018. Revista Vitruvius. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/minhacidade/18.210/6834>. Acesso em: 30 out. 2020.

LUCCHESI, Dante. Africanos, crioulos e a língua portuguesa. In: CARMO; LIMA. (Org.). **História Social da Língua Nacional.** Rio de Janeiro: NAU, 2008, p. 151-180.

LUCCHESI, Dante. **História do contato entre as línguas no Brasil.** Scielo Books. Salvador, EDUFBA, 2009.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alex; RIBEIRO, Ilza. **O português Afro-Brasileiro.** Salvador: EDUFBA, 2009, 576 p.

LUCCHESI, Dante. A diferenciação da língua portuguesa no Brasil e o contato entre línguas. Bahia, 2012. **Revista Estudos de Linguística.** Galega Estud. lingüíst. galega 4 (2012): 45-65 DOI 10.3309/1989-578X

LUCCHESI, Dante. **Chave de transcrição:** projeto vertentes do português popular do estado da Bahia. Bahia, 2010.

LUCCHESI, D. L. A importância de se estudar a fala das comunidades rurais afro-brasileiras. **Revista do GELNE**, v. 4, n. 2, p. 1-6, 2 mar. 2016.

KI-ZERBO, J. **História geral da África I: Metodologia e pré-história da África.** 2.ed.rev. UNESCO. Brasília, 2010. / editado por Joseph Ki -Zerbo 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO

MACHADO, Laryssa da Silva. Os africanos presentes na lista nominal da população de Itapemirim em 1833. In: **REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2018, p. 24-39.

MACHADO, Thiago Luiz D'agostin. **O processo de titulação das comunidades quilombolas à luz do direito fundamental à memória: os casos de “Retiro” e “Linhariño”**. 2012. 260 f. Dissertação (Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais) - Programa de Pós-Graduação em Direitos e Garantias Fundamentais, Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2012.

MACIEL, Cleber. **Negros no Espírito Santo**. 2ª. Ed. Vitória, Espírito Santo, 2016.

MARTINUZZO, J. A. **Germânicos nas terras do Espírito Santo**. Tradução de Helmar Reinhard Rölke. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2009. Edição bilíngue Português e Alemão.

MATTOS, Ana Paulla Braga. **Kalunga: An Afro-Brazilian Portuguese Variety**. 2019. 249 f. Tese (Doutorado em linguística). Aarhus University, Dinamarca, 2019.

MIRANDA, Wania da Silva Araújo. **O sintagma nominal do caboverdiano: uma investigação semântica**. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) – Universidade de São Paulo, 2013.

MELLO, Heliana. Formação do português brasileiro sob a perspectiva da linguística de contato. In: ALTENHOFEN; MELLO; RASO. (Org.). **Os contatos linguísticos no Brasil**. Belo Horizonte, ed. UFMG, 2011, p. 173-186.

MELLO, Heliana. Conceitos linguísticos 2. In: CARMO, L; LIMA, I.S. (Org.). **História Social da Língua Nacional 2: diáspora africana**. Rio de Janeiro: NAU, 2014, p. 363-374.

MENDONÇA, Renato. **A influência Africana no Português do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação Quilombola**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-quilombola>. Acesso em: 19 jun. 2021.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Programa luz para todos – PAC**. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/infraestrutura-social-e-urbana/luz-para-todos>. Acesso em: 18 jun. 2021.

MOURA, Maria Lúcia Seidl de; FERREIRA, Maria Cristina. **Projetos de pesquisa: Elaboração, redação e apresentação**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2005.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Espírito Santo indígena: conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios.** Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2017.

MUNICÍPIO de Conceição da Barra. Disponível em: <https://conceicaodabarra.es.gov.br/quem-somos>. Acesso em: 13 fev. 2020.

MUNIZ, Kassandra. **Ainda sobre a possibilidade de uma linguística “crítica”:** performatividade, política e identificação racial no Brasil. Minas Gerais. Universidade de Ouro Preto, 2016.

NASCIMENTO, Olindina Serafim. **Educação Escolar Quilombola:** memória vivência e saberes das comunidades Quilombolas do Sapê do Norte, Escola de São Jorge. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) Universidade Federal do Estado do Espírito Santo, 2011.

NEGRÃO, E. & E. Viotti (2008). **África no Brasil:** a formação da língua portuguesa, Capítulo Estratégias de impessoalização do português, pp. 179-203. São Paulo: Contexto.

OLIVEIRA, Edna dos Santos. **DEVOÇÃO, TAMBOR E CANTO:** um estudo etnolinguístico da tradição oral em de Mazagão Velho. 2015. 264 f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, São Paulo, 2015.

OLIVEIRA, J. T. de. **História do estado do Espírito Santo.** 3 ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008 (Coleção Canaã; v. 8).

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. **O projeto político do território negro de retiro e suas lutas pela titulação das terras.** 2005, 410 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2005.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. Conflitos sociais, consciência étnica e patrimônio cultural. **Revista Do Centro De Estudos Rurais – UNICAM.** Vol. 5. São Paulo, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Doença de Coronavírus (COVID-19) Pandemia.** Disponível em: <https://www.who.int/pt>. Acesso em: 14 jul. 2021

PASINI, Isabela Leao Ponce. **CONFLITO TERRITORIAL E SOBERANIA ALIMENTAR:** um estudo de caso na comunidade quilombola Angelim i, no Sapê do Norte – ES. Mestrado em Extensão Rural. Universidade Federal De Viçosa, Viçosa, 2014.

PEREIRA, Mateus; AMORIN, Gisella; PORTO, Amélia. **Quilombolas e quilombos:** histórias do povo brasileiro. Belo Horizonte, 2012.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. A Tabatinga revisitada: a manutenção de um léxico de origem africana em Minas Gerais (MG-Brasil). **Moderna sprÖk**, Uppsala, v. 107, n. 1, p. 89-100, 2013. Disponível em: <http://ojs.ub.gu.se/ojs/index.php/modernasprak/article/viewFile/2174/1930>.

PETTER, Margarida. **Introdução à Linguística Africana**. São Paulo: Contexto, 2015.

PETTER, Margarida Maria Toddoni. Línguas especiais, línguas secretas: na África e no Brasil. **REVISTA da ANPOLL**, n° 4, p. 185-201, jan./jun. 1998.

PETTER, Margarida Maria Taddoni; OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte de. **Novas luzes sobre a descrição do português afro-brasileiro**. Simpósio Mundial de Língua Portuguesa – SIMELP. Macaus, 2011.

PETTER, Margarida. A influência das línguas africanas no português brasileiro. In: ALTENHOFEN; MELLO; RASO. (Org.) **Os contatos linguísticos no Brasil**. Belo Horizonte, ed. UFMG, 2011, p. 255-274.

PLATAFORMA sucupira Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4996973. Acesso em: 25.jan.2020.

PRATAS, Fernanda. **O sistema pronominal do Caboverdiano**: variante de Santiago. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2002. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/123494/mod_folder/content/0/Pratas%20%282002%29.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 5 out. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÀ. **História**. Disponível em: <http://www.pmsmj.es.gov.br/>. Acesso em: 27 out. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA. **História**. Disponível em: <https://conceicaodabarra.es.gov.br/quem-somos>. Acesso em: 27 set. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS. **História**. Disponível em: <https://www.saomateus.es.gov.br/sao-mateus/historia>. Acesso em: 27 de set. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Guaianases é nossa terra, 151 anos de muita história**. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/guaianases/noticias/?p=32303>

QUEIROZ, Sônia Maria de Melo. **Pé preto no barro branco**: a língua dos negros da Tabatinga. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

RANGEL, Gleisiele Saraiva. **No movimento do Jongo**: a educação física e as relações étnico-raciais na escola. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro Universitário Norte do Espírito Santo, 2017.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3ª. Ed. São Paulo: Global, 2015.

RIO ITAÚNAS. **Foto:** rio Itaúnas (ES) em trecho preservado. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/blogs/meu-passeio/24724-foto-rio-itaunas-es-em-trecho-preservedo/>. Acesso em: 28 out. 2020.

RODRIGUES, Luiz Henrique. **Quilombolas e jongueiros: uma etnografia nas comunidades de Linharinho e Porto Grande, Conceição da Barra (ES)**. 2016. 252 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Naturais). Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.

RÖLKE, Helmar. **Raízes da Imigração Alemã: história e cultura alemã no Estado do Espírito Santo**. Vitória (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

SALIM, Maria Alayde. 2020. **A ocupação da região norte do Espírito Santo: conflitos sociais e degradação ambiental**. In Teixeira, João; Teixeira, Marcos. (orgs.). *Uma paisagem, um ambiente, um lugar, um território cultural*, p. 107-134. São Mateus, Espírito Santo: Araçá me.

SANTOS, Georgiana Márcia Oliveira. **Um saber semioticamente construído: a visão de mundo no léxico do Quilombo Jamary dos Pretos - Turiaçu/MA**. 2013. 202f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2013.

SANTOS, José Elias R. dos. **Processos organizativos e identidade Afro-Brasileira: A transmissão cultural do congo em Cariacica-ES**. v. 1 n. 1 (2011): Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFES, 2013.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª. Ed. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal**. 6ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. SOUZA, Maria Adélia A. de. SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. 4ª. Ed. HUCITEC, São Paulo, 1998.

SAQUET, Marcos Aurélio; SILVA, Sueli Santos da. **MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território**. Rio de Janeiro, 2008. ISSN 1981-9021 - Geo UERJ - Ano 10, v.2, n.18

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PATRIMÔNIO – ALAGOAS. **Estudo sobre as comunidades Quilombolas de Alagoas**. Maceió: SEPLAG, 2015.

SERAFIM, Olindina Cirilo Nascimento. **O caminho do quilombo. Histórias não contadas na educação escolar quilombola: território do Sapê do Norte**. 1.ed. Curitiba: Appris, 2020.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. **Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas**¹. Instituto de Psicologia - USP, São Paulo, Psicologia USP, 2006, 17(2), 11-41. 2006.

SIMÕES, Everton Machado. **África Banta na região Diamantina: uma proposta de análise etimológica**. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) – Universidade de São Paulo, 2014.

SISTO, Celso. O conto popular africano: a oralidade que atravessa o tempo, atravessa o mundo, atravessa o homem. **Revista do programa de pós-graduação em Estudo de Linguagens**. Bahia, s.d, p. 1-17.

SENADO FEDERAL. Presidência da República. Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 23 de setembro de 2017.

TICUMBI DE SÃO BENEDITO. **Prefeitura de Conceição da Barra Espírito Santo**. Disponível em: <http://www.conceicaodabarra.es.gov>. Acesso em: 10 abr. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Mapa migratório**. Vitória, 2020. Disponível em: [http://lemm.ufes.br/sobre-n%C3%B3s/mapa migratório](http://lemm.ufes.br/sobre-n%C3%B3s/mapa%20migrat%C3%B3rio). Acesso em: 01 de out. 2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Departamento de Geografia**. Vitória, 2020. Disponível em: <http://geografia.ufes.br/>. Acesso em: 01 de out. 2020

VALENTIN, Renata Patrícia Forain de. **Os três Tempos da Memória: Aspectos Psicossociais da Memória Social Entre Quilombolas do Norte do Espírito Santo**. Doutorado em Psicologia Instituição de Ensino: Universidade Federal Do Espírito Santo, Vitória, 2011.

VERTENTES Projeto, **Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia**, 2009. Disponível em: <http://www.vertentes.ufba.br>. Acesso em: 02 mar. 2019.

VOGT, Carlos; PETER, Fry. **Cafundó – A África no Brasil**. 2ªed. São Paulo, Editora da Unicamp, 2013.

XIMENES, Luciano J. F. (Org.). **Perfil socioeconômico do Norte do Espírito Santo**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2017.

ZANATTA, Bethânia Dias. **"O Mundo é Composto": Territorialidade e Cosmologia na Comunidade Quilombola Angelim I, Conceição da Barra - ES**. Dissertação (Mestrado em 17 de novembro. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS.

ANEXO

UFES - CENTRO
UNIVERSITÁRIO NORTE DO
ESPIRITO SANTO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A INFLUÊNCIA E CONFLUÊNCIA DOS ASPECTOS SEMÂNTICOS VOCABULARES DAS LÍNGUAS AFRICANAS E O PORTUGUÊS BRASILEIRO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA SÃO DOMINGOS REGIÃO DO SAPÊ DO NORTE - ES

Pesquisador: JARDILEIA PEREIRA BORGES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 32101120.4.0000.5063

Instituição Proponente: CENTRO UNIVERSITARIO NORTE DO ESPIRITO SANTO - CEUNES

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.125.079

Apresentação do Projeto:

O Projeto em si pretende investigar a influência e confluência dos aspectos semânticos vocabulares das línguas africanas e o português brasileiro na Comunidade Quilombola São Domingos, Região do Sapê do Norte no estado do Espírito Santo. Dessa forma buscará compreender como se deu o processo da construção linguística ao longo da história na formação do português brasileiro (PB), bem como estudar o léxico e os aspectos semânticos através do contato com outras línguas, em especial, as línguas africanas.

Utilizar-se-á, para tanto, a pesquisa bibliográfica fundamentada nos seguintes autores: Fiorin (2007), Petter e Fiorin (2008), Castro (2005), Queiroz (1998), Vogt e Fry (2013) e uma extensa referência bibliográfica.

O lócus da pesquisa será a comunidade rural quilombola "São Domingos", localizada em Conceição da Barra/ES; composta por oitenta e uma (81) famílias e considerada uma das comunidades mais antigas da região.

Os participantes envolvidos neste estudo serão divididos para a coleta e produção dos dados por gênero e faixa etária. Utilizar-se-ão observações e entrevistas, além de conversas com três

Endereço: Rodovia BR101 Norte, Km 60

Bairro: Litorâneo

CEP: 29.932-540

UF: ES

Município: SAO MATEUS

Telefone: (27)3312-1519

Fax: (27)3312-1510

E-mail: cepceunes@gmail.com

UFES - CENTRO
UNIVERSITÁRIO NORTE DO
ESPÍRITO SANTO



Continuação do Parecer: 4.125.079

categorias: criança/adulto/idoso – compondo dois grupos de masculino e feminino, num total de trinta participantes.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

A pesquisa se propõe estudar a influência e confluência dos aspectos semânticos vocabulares das línguas africanas e o português brasileiro na comunidade quilombola São Domingos, Região do Sapê do Norte no estado do Espírito Santo, ratifica-se que a região é cenário da história do período escravocrata brasileiro.

Assim sendo, supõe, de acordo com as bibliografias a respeito da temática, que há uma grande influência no léxico da língua materna por diversas etnias; a indígena e, principalmente, as línguas africanas.

Objetivo Secundário:

- Analisar o contato das línguas africanas com o português brasileiro para a formação das comunidades quilombolas;

- Mapear palavras de origem das línguas africanas presentes no cotidiano das comunidades quilombolas da região;

- Compreender como essas palavras se constituem em identidade quilombola por meio da oralidade para manutenção da cultura da comunidade quilombola na região do Sapê do Norte;

- Transcrever os léxicos, como se dão, com base na interpretação da oralidade.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos em tipos e graus variados. Por envolver a observação das vivências realizadas na comunidade pode haver constrangimento dos envolvidos na situação das observações e diálogos.

Em casos de ocorrência com relação aos riscos e desconfortos será dada assistência imediata que se configura na assistência emergencial e sem ônus de qualquer espécie ao participante da pesquisa, em situações em que este dela necessite e assistência integral, que é aquela prestada

Endereço: Rodovia BR101 Norte, Km 60
 Bairro: Litorâneo CEP: 29.932-540
 UF: ES Município: SAO MATEUS
 Telefone: (27)3312-1519 Fax: (27)3312-1510 E-mail: cepceunes@gmail.com

**UFES - CENTRO
UNIVERSITÁRIO NORTE DO
ESPÍRITO SANTO**



Continuação do Parecer: 4.125.079

para atender complicações e danos decorrentes, direta ou indiretamente, da pesquisa. Também será garantida a indenização diante de eventuais danos, através da cobertura material para reparação ao dano, causado pela pesquisa ao participante da mesma.

Benefícios:

Os benefícios dessa pesquisa estão relacionados à contribuição do reconhecimento da identidade no que se refere às concepções teóricas e às relações das línguas que se estabelecem na confluência das línguas de contato, indo ao encontro da análise e compreensão da oralidade dos participantes da pesquisa e contribuindo para o reconhecimento da sua essência linguística.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto de pesquisa, ora apresentado, reveste-se da máxima relevância no âmbito territorial local, regional, estadual e nacional uma vez que se coloca na trilha das investigações sobre identidade, cultura e estudos linguísticos tentando estabelecer relações étnico-raciais entre a comunidade local e o universo de estudos sobre africanidade e territórios quilombolas, herdeiros de toda uma tradição sócio-cultural a ser identificada, preservada, promovida e valorizada em sua memória e sua história.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O projeto apresenta os seguintes documentos:

- a) Folha de Rosto devidamente preenchida e assinada;
- b) Projeto na íntegra incluindo:
 - Resumo
 - Introdução
 - Objetivos: Geral e específicos;
 - Fundamentação Teórica;
 - Metodologia de pesquisa;
 - Referências Bibliográficas;
 - Cronograma;
 - Planilha de Custos.
- c) Roteiro de entrevistas anexado na plataforma do comitê de ética em pesquisa do Ceunes;
- d) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Participante e para o responsável legal;
- e) Termo de Assentimento para o menor de idade;
- f) Termo de compromisso do Pesquisador, devidamente assinado, de apresentar o Relatório Final na conclusão da pesquisa;

Endereço: Rodovia BR101 Norte, Km 60
 Bairro: Litorâneo CEP: 29.932-540
 UF: ES Município: SAO MATEUS
 Telefone: (27)3312-1519 Fax: (27)3312-1510 E-mail: cepceunes@gmail.com

**UFES - CENTRO
UNIVERSITÁRIO NORTE DO
ESPÍRITO SANTO**



Continuação do Parecer: 4.125.079

g) Termo de compromisso do pesquisador, devidamente assinado, de iniciar a pesquisa somente após aprovação do CEP/CEUNES;

h) Declaração de concordância da instituição coparticipante, neste caso uma líder comunitária da localidade onde se desenvolverá a pesquisa;

i) Termo de Autorização para utilização de áudio e/ou imagem.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Sr(a). Pesquisador(a),

a) Segundo a Resolução 466/2012 (CONEP/CNS), a eticidade da pesquisa implica em assegurar aos participantes da pesquisa os benefícios resultantes do projeto, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa (Título III, 1.n). Tal imperativo deve constar dos Projetos e devem ser previstas formas de tais benefícios;

b) De acordo com a Resolução 466/2012 (CONEP/CNS), o pesquisador deve apresentar Relatórios Semestrais de sua pesquisa (Título X, X.1, item 3, letra b). Para pesquisa com duração menor que um ano, Relatório Final (Regimento Interno do CEP/CEUNES, Art. 34º). Os Relatórios Parcial e Final devem ser enviados através da Plataforma Brasil (item "enviar notificação", anexar o respectivo documento).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1491384.pdf	19/06/2020 00:16:12		Aceito
Outros	CARTARESPOSTAAPENDENCIASCOMITEDEETICA.docx	19/06/2020 00:12:48	JARDILEIA PEREIRA BORGES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETODEPESQUISA.docx	19/06/2020 00:11:42	JARDILEIA PEREIRA BORGES	Aceito
Outros	ROTEIRODEENTREVISTAS.docx	18/06/2020 18:14:11	JARDILEIA PEREIRA BORGES	Aceito
Orçamento	PLANODECUSTO.docx	18/06/2020 18:13:25	JARDILEIA PEREIRA BORGES	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	18/06/2020 18:13:06	JARDILEIA PEREIRA BORGES	Aceito

Endereço: Rodovia BR101 Norte, Km 60

Bairro: Litorâneo

CEP: 29.932-540

UF: ES

Município: SAO MATEUS

Telefone: (27)3312-1519

Fax: (27)3312-1510

E-mail: cepceunes@gmail.com

**UFES - CENTRO
UNIVERSITÁRIO NORTE DO
ESPÍRITO SANTO**



Continuação do Parecer: 4.125.079

Outros	TERMODECONSENTIMENTOLIVREEE SCLARECIDOPARAOSPARTICIPANTE S.docx	20/05/2020 14:45:24	JARDILEIA PEREIRA BORGES	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAODECOMPROMISSODOF ESQUISADORRESPONSAVEL.docx	10/02/2020 13:11:54	JARDILEIA PEREIRA BORGES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMODECONSENTIMENTOLIVREEE SCLARECIDOPARAOSPAISEOURESP ONSAVEIS.docx	14/01/2020 01:17:43	JARDILEIA PEREIRA BORGES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termodeassentimentolivreeesclarecido.docx	14/01/2020 01:09:55	JARDILEIA PEREIRA BORGES	Aceito
Outros	TERMODEAUTORIZACAOPARAUTILIZ ACAODEIMAGEMESOMDEVOZPARAF INSDEPESQUISA.docx	14/01/2020 01:06:38	JARDILEIA PEREIRA BORGES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracaodeinstituicaoocoparticipativa.pdf	14/01/2020 01:01:41	JARDILEIA PEREIRA BORGES	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTOASSINATURA.pdf	14/01/2020 01:00:51	JARDILEIA PEREIRA BORGES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO MATEUS, 30 de Junho de 2020

**Assinado por:
Juliano Manvailier Martins
(Coordenador(a))**

Endereço: Rodovia BR101 Norte, Km 60
 Bairro: Litorâneo CEP: 29.932-540
 UF: ES Município: SAO MATEUS
 Telefone: (27)3312-1519 Fax: (27)3312-1510 E-mail: cepceunes@gmail.com